

Beatriz Gang Mizrahi

**Trabalho e Parentalidade: Interferências
do Mundo da Produção no
Ambiente Facilitador**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Clínica

Rio de Janeiro

Dezembro de 2002

Beatriz Gang Mizrahi

**Trabalho e Parentalidade: Interferências do
Mundo da Produção no Ambiente Facilitador**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Esther Maria de Magalhães Arantes

Volume I

Rio de Janeiro

Dezembro de 2002

Mizrahi, Beatriz Gang

Trabalho e parentalidade : interferências do mundo da produção no ambiente facilitador / Beatriz Gang Mizrahi; orientadora: Esther Maria de Magalhães Arantes. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Psicologia, 2002.

[10], 111 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Organização do trabalho. 3. Pais. 4. Crianças. I. Arantes, Esther Maria de Magalhães. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Beatriz Gang Mizrahi

**Trabalho e Parentalidade: Interferências do
Mundo da Produção no Ambiente Facilitador**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Esther Maria de M. Arantes
Orientadora – PUC/Rio

Prof. Benilton Carlos Bezerra Jr.
UERJ

Prof^a. Silvia Rodrigues Jardim
UFRJ

Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 2003

Visto e permitido a impressão

____/____/2003

Jürgen Heye

Coordenador Setorial de Pós-Graduação

*Este trabalho é dedicado à minha filha Juliana Mizrahi.
Foi entrando em contato com a sua força que pude
também descobrir a minha.*

Agradecimentos

À **Esther Arantes** pela enorme sabedoria e generosidade, tão integrados que surgem com grande simplicidade.

Aos professores do Departamento de Psicologia pelas importantes contribuições.

A CAPES e à PUC-RJ por terem permitido e apoiado a realização deste trabalho.

À **Sílvia Jardim** que tanto me ajudou a encontrar os “sentidos do meu trabalho”. Por tudo o que você tem me ensinado, meu imenso carinho.

À **Regina Guariglia**, minha amiga e companheira na hora de pensar e remar contra a corrente juntas temos buscado nosso espaço nas creches, nas escolas e quem sabe o que ainda vamos conseguir...

À **Tatiana Katz**: agradeço pelas críticas e pelo reconhecimento, pelas tardes passadas em meio às brincadeiras de Michelle e Juju e os cafés com Hélio e Isaac, quando conseguíamos, ainda assim, conversar sobre o meu trabalho. Obrigada pelos muitos “colos”, você tem sido mesmo uma “mãe/ amiga suficientemente boa”.

Aos professores Benilton Bezerra, Jurandir Freire Costa e Francisco Ortega pelas aulas preciosas no Instituto de Medicina Social que muito enriqueceram as minhas reflexões.

À **Rachel Steinberg** pela rica troca de idéias.

Gustavo Matta: obrigada pelo incentivo ao mestrado, pelas reflexões e sugestões de leitura. Por uma escuta onde eu me vi escrevendo “só, embora na presença de alguém”.

Aos colegas do programa “Organização do Trabalho e Saúde Mental”/IPUB-UFRJ, e à Letícia Nobre pelo acolhimento e pelas contribuições.

Às amigas Beatriz Farah, Valéria Rodrigues, Alzira Kuster, Daniela Menaged, Edna Mello, e Danielle Goldrajch pelos cafês e conversas proveitosas.

À minha mãe Sara: leoa incansável e brigona no cuidado com os filhos, netos e com a psicanálise... **Ao meu pai Rafael:** sonho de menina, pela delicadeza e enorme dedicação... **Adri,** grande irmã que nos últimos tempos pude redescobrir. Vocês são referências vivas para mim, no trabalho e na parentalidade.

À minha filha Juliana, pela inspiração diária que você me dá... Pelo tanto de vida que você traz!

À minha analista, Edna Pereira Vilete, que me permitiu a confiança para que eu pudesse arriscar a diferença.

Isaac: obrigada pela simplicidade, pela capacidade de amar e fazer cumprir as suas promessas... Tudo tem valido a pena... Você é uma grande pessoa...

Às pessoas, adultos e crianças, que comigo compartilharam as suas experiências através da pesquisa e do trabalho e, assim, tanto me ajudaram a crescer.

Resumo

Mizrahi, Beatriz Gang; Arantes, Esther Maria de Magalhães (Orientadora). **Trabalho e Parentalidade: Interferências do Mundo da Produção no Ambiente Facilitador**. Rio de Janeiro, 2002, 121p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir de inquietações surgidas em grupos de reflexão realizados em algumas creches privadas do Rio de Janeiro, procuro compreender a influência da atual crise do trabalho na relação entre os pais e seus filhos pequenos. Recorro à investigação bibliográfica sobre a história das relações família /trabalho no capitalismo, incluindo suas recentes transformações. Realizo também uma pesquisa qualitativa na qual são feitas entrevistas com pais de crianças de classe média. Constatado que, com o nascimento da sociedade industrial, opera-se uma cisão entre a esfera privada tida como íntima e de cuidado e a esfera do trabalho industrial vivida na impessoalidade. O modo de vida da primeira é então concebido de modo a ser útil às prescrições da segunda. Observo que as transformações mais recentes na esfera produtiva fazem emergir o ideal de um trabalhador tanto mais autônomo quanto menos dependente de empregos estáveis, o que intensifica a contradição entre os ideais de proteção na esfera privada e de absoluta desproteção na esfera pública. Procuro entender como esse novo modelo repercute sobre as expectativas que os pais hoje dirigem às crianças, trazendo com ele certos impasses. Um contraponto para os mesmos é pensado à luz do conceito de experiência transicional desenvolvido por Winnicott, que permite uma crítica à dissociação operada desde a modernidade entre o cuidado aos filhos e o campo cultural mais amplo .

Palavras-chave

Organização do trabalho; Pais, Crianças

Abstract

Mizrahi, Beatriz Gang; Arantes, Esther Maria de Magalhães (Orientadora). **Work and parenthood: Interferences from the world of production in to the good enough environment.** Rio de Janeiro, 2002, 121p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Following some issues raised in reflection groups carried out in private nurseries in Rio de Janeiro, I've tried to understand the influence of the current crisis of labor on the relationship among parents and their little children. I have resorted to a bibliographical research about the relationship between family and work in capitalism, including its recent changes. It was also accomplished a qualitative research in which mid-class parents were listened in interviews. I have verified that the emergence of the industrial society brought about a split between the domestic and the work environments; the former is considered the space of care and intimacy whereas the latter is seen as cold and impersonal. The domestic environment will start, then, to be defined in a way as to satisfy the requirements of the industrial organization. I've also verified that the most recent transformations in the productive process destroy stability and in this way create the ideal of a completely "independent" worker, so enhancing the contradiction between the ideal of protection in the domestic environment and that of absolute exposure in the public one. I've also tried to understand how such new model influences the expectations that parents have about their children, with all their intrinsic difficulties. A counterpoint to that is thought in the light of the concept of transitional experience developed by Winnicott, that allows a critic to the modern concept of parenthood that reduced it as being disconnected from the wider cultural field.

Keywords

Work organization; Parents; Children;

Sumário

Introdução.....	11
Objetivo.....	14
Considerações Metodológicas.....	14
1. A construção da família moderna a partir da sociedade industrial.....	17
1.1 - As contribuições de Ariés.....	18
1.2 - O refúgio invadido.....	20
1.3- O nascimento do amor materno ou o se aprisionamento?.....	27
1.4- O dispositivo da sexualidade.....	33
1.5- Weber e o espírito do capitalismo: qual é o lugar da família nessa ética?.....	36
1.6- Particularidades da família brasileira: a casa e a rua.....	40
1.7- Família e trabalho: refazendo um elo perdido.....	43
2. As transformações contemporâneas no mundo do trabalho e as mudanças na relação pais filhos.....	45
2.1 - A crise do trabalho em nosso tempo e o ideal de excelência que começa a se delinear desde a infância.....	46
2.2 - A desproteção como condição naturalizada.....	57
2.3 - O conflito atual entre família e trabalho.....	64
2.4 - A “ética” do consumo.....	70
2.5 - Sobre a governamentalidade contemporânea.....	73
2.6 - Defesas no trabalho e parentalidade.....	76
2.7 - Pais separados e trabalho.....	80
2.8 - Considerações sobre algumas experiências de desemprego.....	81
2.9 - O que mudou afinal?.....	83
3. Um olhar sobre a questão parentalidade/ trabalho a partir do pensamento de Winnicott.....	85
3.1 - Adentrando nos impasses de uma crítica que não acuse os pais.....	86
3.2 - O desenvolvimento segundo Winnicott.....	88
3.3 - Por um conceito ampliado de parentalidade.....	96
3.4 - Interferências do mundo da produção no ambiente facilitador.....	99
3.5 - A nova face da clínica infantil.....	108
3.6 - Encaminhando soluções possíveis.....	110
Conclusão.....	112
Referências Bibliográficas.....	115
Anexo.....	119

Mas não... O sonho é meu e eu sonho que...

Deve ter alamedas verdes a cidade dos meus amores...

E quem dera os moradores, e o prefeito, e os varredores, os pintores e os vendedores, os guardas e os inspetores, as senhoras e os senhores...

fossem somente crianças...

Chico Buarque de Holanda

Introdução

A história desse trabalho começa numa atividade de observação que realizei como pós-graduanda do curso de Especialização em Saúde Mental Infanto-Juvenil oferecido pela PUC-RJ, numa creche da zona sul do Rio de Janeiro em 1998. O objetivo dessa tarefa era encontrar subsídios para refletir sobre o desenvolvimento emocional de crianças pequenas tendo em vista o contexto institucional de uma creche.

Na ocasião pude perceber que a crescente entrada de bebês pequenos oriundos de famílias de classe média em berçários situados em creches privadas colocava a criança e seus pais em um contexto relativamente novo, na medida em que este recurso educacional é de utilização recente nesta camada social. Tive então a oportunidade de acompanhar o momento de ingresso da criança pequena na instituição, ouvindo as dúvidas, angústias e esperanças de seus pais e os motivos que alegavam no momento em que buscavam a creche.

Aos poucos pude constatar que a questão do trabalho dos pais era um tema central na medida em que, freqüentemente, era em função de suas atividades profissionais que sentiam a necessidade de recorrer a essa instituição. Em especial a sobrecarga vivida na esfera produtiva parecia interferir na disponibilidade para que pudessem participar do período de adaptação do filho, bem como das reuniões e encontros promovidos pelos educadores. Ao mesmo tempo, era possível escutar na fala dos pais uma forte expectativa de que a creche, através do acompanhamento pedagógico especializado e do estímulo à independência e à socialização da criança, pudesse contribuir para o ganho de habilidades que no futuro facilitariam o seu bom desempenho escolar, e mais tarde, a sua entrada no mercado de trabalho.

A partir do interesse e das reflexões iniciais suscitadas por essas observações, pude, num segundo momento(1999) desenvolver em parceria com uma colega que concluiu o curso na mesma época -Regina Guariglia- um trabalho onde oferecíamos, junto a algumas creches e pré-escolas, um espaço grupal de reflexão para pais e educadores separadamente. Para isso eram feitas inicialmente

algumas entrevistas com os diretores e coordenadores onde procurávamos identificar as principais questões que surgiam no dia a dia. Tínhamos como objetivo o oferecimento de um olhar externo à instituição que pudesse complementar o entendimento dos problemas vivenciados. O trabalho grupal com os educadores incluía a supervisão a partir do relato das situações que eles vinham experimentando com as crianças ou com seus pais. Com frequência, isso exigia de nós a observação pontual de algumas das interações no cotidiano da própria creche, bem como a discussão de possíveis soluções junto aos diretores.

Com os pais realizávamos encontros para a reflexão específica de alguns temas contemporâneos que eram escolhidos a partir de suas próprias sugestões. A idéia era promover a troca de experiências conjunta entre eles próprios, permitindo discussões sobre a infância no contexto social contemporâneo.

A partir dessa proposta a questão do trabalho dos pais surge novamente, agora em suas falas grupais. Muitos relatavam o tempo escasso e o cansaço recorrente como fatores que prejudicavam o contato com seus filhos. Alguns diziam que em função da culpa que sentiam costumavam tentar compensar a sua ausência pela compra de brinquedos, o que acabava “viciando” a criança pequena na busca compulsiva por novos presentes. Um outro fator importante era a extensão das atividades produtivas no espaço doméstico através do computador pessoal e dos celulares. A sobrecarga na esfera profissional era frequentemente mencionada, bem como a preocupação em manter o emprego em tempos inseguros. Os pais então confessavam muitas vezes como era difícil, com todos esses atravessamentos, poderem acompanhar de forma mais próxima e entusiasmada a vida do filho pequeno.

Entretanto, se eles se queixavam do trabalho como trazendo dificuldades na relação com os filhos, essa questão aparecia em suas falas muitas vezes como um problema inevitável. Algumas mulheres, apesar das dificuldades encontradas, pareciam acreditar que, diante da conquista recente do “direito” à realização profissional, seria natural que precisassem fazer sacrifícios, e que a maternidade ficasse, em algum aspecto, prejudicada.

O trabalho também aparecia como um dado inalterável na medida em que os pais demandavam, desde a creche, o máximo de atividades pedagógicas que começassem o quanto antes a “preparar” as crianças para que, no futuro, viessem

a se tornar profissionais “inteligentes”, “criativos” e “qualificados”. Inglês, natação, informática, estimulação psicomotora especializada, culinária e teatro eram parte do currículo solicitado por algumas famílias, sendo que estas atividades eram, de fato, frequentemente oferecidas, não só pelas creches mas também por serviços externos a ela. Ocorria-me, a imagem da criança sendo posta numa espécie de linha de produção com o objetivo de maximizar a sua performance educativa.

Afinal as crianças podiam estar sofrendo da mesma sobrecarga de atividades que seus pais viviam no trabalho? Tinham que dar conta desde cedo de um ideal de excelência no desempenho das tarefas pedagógicas? Em que medida e como a vivência de trabalho dos pais estava relacionada ao fato de exigirem mais de seus filhos? A idéia da infância como uma fase especial de cuidados e dependência poderia estar sofrendo um abalo relacionado ao aumento nas expectativas de qualificação profissional?

Com essas indagações, procurei então a partir de agosto de 2000 o programa de pesquisa “Organização do Trabalho e Saúde Mental” coordenado pelo Professor João Ferreira da Silva Filho e pela Doutora Silvia Jardim no Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Pude então participar dos seminários onde estavam sendo discutidas precisamente as atuais mudanças no processo produtivo e as suas implicações psicológicas. Esses encontros tiveram importância fundamental na medida em que me permitiram perceber que a radicalidade das transformações no mundo do trabalho, tal como exposta na obra de Antunes (1999) não podiam senão trazer enormes implicações subjetivas que acarretariam, certamente, repercussões significativas na esfera familiar.

Pude compreender que a imbricação entre os ideais transmitidos pela família e a esfera da produção capitalista está longe de ser um fato recente mas vem ocorrendo desde a constituição da sociedade industrial. Para Jardim (1997), o trabalho, que destacou-se das tradições que antes fixavam os papéis sociais, passando a ser organizado de modo a priorizar o valor comercial dos objetos produzidos, torna-se desde a idade moderna a medida de valor, fazendo com que dele dependa quase todo reconhecimento em nossa cultura. O trabalho estará desde então historicamente marcado, como um “passaporte” capaz de incluir o

sujeito na vida social, ao mesmo tempo em que nosso acesso a ele deixa de ser garantido pelo lugar ocupado nas antigas hierarquias das sociedades tradicionais.

Nesse sentido embora hoje o trabalho possa estar sendo ameaçado pelo desemprego e pela instabilidade gerados pela crise que nos assola, ele continua sendo um critério hegemônico de valor em nossa sociedade, não tendo sido encontrado, até agora, outro candidato capaz de substituí-lo efetivamente. Não podemos por isso desconsiderar a influência das atuais configurações produtivas nas atitudes e nos ideais que, através dos adultos, se apresentam hoje às crianças.

Objetivo

A partir dessas primeiras reflexões coloco como objetivo central desta pesquisa investigar a forma pela qual as transformações no mundo do trabalho vem influenciando a relação pais e filhos na atualidade. Em especial desejo compreender em que medida a nova organização produtiva pode trazer com ela novos modelos de subjetividade socialmente esperados, e quais as implicações que trazem para o tipo de tratamento a ser dado à infância em nossa cultura. Recorro a família de classe média urbana como alvo de minha investigação. Veremos no primeiro capítulo deste trabalho que foi no seio desse grupo que as idéias de privacidade e de cuidado diferencial com a criança primeiro se desenvolveram, estabelecendo-se aos poucos como valores dominantes na sociedade ocidental.

Considerações metodológicas

Para Rorty (2000) todo conhecimento se ancora na linguagem. Esta última, a partir de uma visão naturalista, é concebida pelo autor como uma atividade que, apesar de ser encontrada exclusivamente entre os homens, responde, apenas de maneira muito mais complexa à necessidade inerente aos seres vivos de lidarem com as diversas contingências de seu ambiente. A linguagem, seria portanto um instrumento que o homem dispõe para redescrever a realidade de diferentes formas, de modo a interagir com certas condições temporais e históricas nas

quais encontra-se inserido. Estas últimas incluem objetivos culturalmente construídos, que, não sendo universais, são compartilhados pelos membros de uma comunidade específica.

Nessa concepção desistimos da possibilidade de um conhecimento capaz de transcender o próprio tempo em busca de essências universais. Só o que temos é a linguagem que estabelece relações diversas entre os objetos do mundo. Não temos como saber qual delas é a mais verdadeira, nem podemos nos elevar acima das várias descrições humanas concebendo uma “racionalidade” absoluta que nos una ao olhar “divino”. Tudo o que podemos fazer é redescrever o mundo e a nós mesmos de modo a melhor atingir certos objetivos comuns adotados em nosso contexto.

Com isso, falar de trabalho ou de relações pais e filhos de determinada forma é estabelecer certas relações e não outras de tal modo que nos seja útil para determinados propósitos. Utilizo portanto uma abordagem histórica onde as idéias de trabalho, família e cuidado à criança não são entendidas como essências imutáveis, mas são vistas à luz de certas necessidades sociais construídas desde a modernidade. No primeiro capítulo utilizo as análises de Ariés (1981[1973]), Lasch (1991[1977]), Badinter (1980), Foucault (1988), Weber (2001[1904]), e Da Matta(1997), para expor as relações entre a valorização da privacidade e as normas de funcionamento que lhe são colocadas a partir do nascimento da sociedade industrial.

No segundo capítulo procuro mostrar as transformações atuais que acontecem na vida produtiva e sua influência sobre as práticas de cuidado infantil, dando origem a novas idéias e expectativas sobre a criança. Nessa parte utilizo autores que descrevem as mudanças trazidas pelo novo capitalismo nas últimas décadas e suas conseqüências subjetivas: Antunes (1999), Castel (1998), Sennett (1999), Dejours (1999) e Baumann (2000).

As reflexões advindas dessa pesquisa bibliográfica são relacionadas nessa parte àquelas provenientes da pesquisa de campo na qual realizei 18 entrevistas com pais e mães pertencentes à classe média, de crianças de 0 a 10 anos, cujas atividades profissionais e de trabalho variam de modo aleatório. Uso um roteiro semi-estruturado de perguntas (ver anexo) onde interrogo os sujeitos sobre temas relacionados à história de trabalho e à relação com os filhos. Procuro compreender

o material que surge nesses discursos a partir das práticas sociais específicas descritas não apenas nas falas dos entrevistados mas também nas exposições dos autores acima mencionados.

Os entrevistados foram indicados por profissionais de duas creches particulares, localizadas uma na zona sul e outra na zona norte do Rio de Janeiro, bem como por um pediatra e duas psicólogas. Uma parte complementar da pesquisa incluiu a minha participação como ouvinte em reuniões de pais com os educadores de uma das instituições mencionadas, bem como a observação de crianças pequenas e seus pais durante os primeiros dias de entrada na creche, quando estes últimos estavam em vias de começar a deixar seus filhos. Nessa pesquisa tenho como prioridade investigar as possíveis projeções das vivências no trabalho sobre a relação com os filhos, e em função dos limites de minha análise, observo apenas de modo secundário suas repercussões sobre o casal.

No último capítulo utilizo algumas idéias de Winnicott para pensar no significado da parentalidade como uma experiência na qual pode ser obtida uma satisfação pessoal através do cuidado a um outro dependente (que não precisa ser exclusivamente o próprio filho). Procurarei mostrar como essa vivência pode ser desvalorizada pelo ideal de uma autonomia supostamente absoluta, que emerge hoje em sua radicalidade, a partir da atual organização do trabalho.

A respeito dessa última parte cabe uma observação importante. Penso que a descrição winnicottiana do processo maturacional humano, não contradiz os pressupostos que utilizei aqui para justificar uma abordagem histórica. Assim como para Rorty (2000), a linguagem permite ao homem, através da possibilidade de redescrever as relações entre as coisas, a capacidade para agir de acordo com diferentes circunstâncias de seu ambiente, para Winnicott (1975[1967]) não podemos sequer pensar num bebê ou num indivíduo independente de suas interações com o meio singular no qual está e esteve inserido ao longo de sua história. Nesse sentido a noção de parentalidade que tento sugerir a partir de certas idéias relacionadas ao desenvolvimento emocional não corresponde a um conjunto padronizado de condutas universais cuja essência se manifesta independente do contexto, mas levam em conta, como veremos, as experiências únicas de cada um, que são “recriadas” no acolhimento ao filho (ou a um outro dependente).

1

A construção da família moderna a partir da sociedade industrial

Nessa parte desenvolvo a idéia de que a família tal como viemos a conhecê-la a partir da era moderna não é um fenômeno universal, sendo historicamente datado. Os diversos autores utilizados compõem um quadro que visa resgatar a sua formação no momento da passagem da sociedade medieval para a industrial. Apontam para o enfraquecimento dos vínculos sociais mais amplos e um retraimento do sujeito para a esfera doméstica, cada vez mais separada da vida pública e comunitária.

A importância da parentalidade e dos cuidados infantis vai emergir como elemento central, capaz de fazer a família voltar-se para si mesma e buscar afastar-se do mundo. Este último deixa de ser o espaço das trocas sociais fundadas em vínculos hierárquicos de fidelidade e proteção para tornar-se o espaço impessoal da indústria e do comércio, do qual a subjetividade deverá retirar-se, buscando refúgio na esfera privada. Essa mudança não seria apenas um movimento defensivo da própria família, mas contaria com a atuação dos administradores da nova sociedade: o Estado moderno, a medicina, os moralistas, juristas e educadores. Estes últimos tenderão a definir os papéis de pai e mãe e as relações dentro do casamento como categorias únicas e invariáveis.

Na medida em que reconstituímos as condições que permitiram o aparecimento desse modelo, compreendemos que a relação pais e filhos nasceu como preocupação social batizada pelo modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, no cuidado com a criança esperava-se a sobrevivência de uma ilha de proteção e autoridade, isto é, de aspectos que desapareciam cada vez mais do tecido social na medida em que o mercado surgia como grande organizador.

Poderíamos nos perguntar nesse começo de caminho: o espaço privado será capaz de oferecer a compensação pelo esvaziamento das relações sociais? O cuidado infantil teria apenas sido libertado das restrições impostas pela sociedade medieval, ou por emergir atrelado à fixação do homem na intimidade, conteria

também os germes de seu empobrecimento? A parentalidade teria sido, no mesmo movimento, reconhecida mas por outro lado aprisionada pelos administradores e especialistas que tentaram defini-la de fora, restringindo seu campo de possibilidades e impedindo a sua articulação com o espaço político? Em que medida podemos traçar nos processos que supervalorizaram a sua forma nuclear, a origem dos problemas enfrentados pela família?

1.1

As contribuições de Ariés

Segundo o autor (1981), a família ocidental medieval tinha como atribuições a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, não dominando a educação das crianças, e não penetrando profundamente nas sensibilidades. O casamento não se baseava no amor, eram os senhores, chefes de família, que decidiam as uniões em função do interesse de seu domínio que incluía não só os territórios mas toda uma rede social: os parentes distantes, criados e servos, camponeses e amigos.

Ariés nos fala também que cada um nessa sociedade hierárquica tinha um espaço definido. Mas era preciso também ocupá-lo plenamente, conquistando a comunidade, o que pressupunha o jogo de interação social, revestido de certa “teatralidade” e valorização do discurso (não tanto do saber formal).

A esposa deveria ser escolhida na medida em que por sua posição social, ou pelos dotes, ajudasse estrategicamente o marido em sua empreitada. Os filhos por sua vez, eram vistos também como estando a serviço dos domínios do pai e de suas alianças, e em função disso eram privilegiados segundo o sexo e a progeneritura. As crianças eram em geral entregues às amas e depois de um desmame tardio – em torno de sete anos –, misturavam-se ao tecido social que incluía os adultos. Em torno de 12 anos de idade, em geral já passavam a trabalhar como criados nas casas de outras famílias vizinhas, e participavam muito antes disso dos mesmos jogos, festas e demais encontros públicos, não havendo um tratamento social diferenciado para a criança.

A imobilidade social e a firmeza das definições dos papéis sociais (religioso, senhor-nobre e servo) fazia com que a convivência próxima dos

diferentes personagens não fosse sentida como ameaçadora. A sociedade medieval era um bloco único e denso, onde as idades e as pessoas de diferentes condições misturavam-se permanentemente, cientes da invariabilidade de suas relações.

Foi primeiro a burguesia ascendente do século XVIII, classe que trazia com ela a idéia e a vivência de mobilidade social, quem passou a considerar a mistura social entre ricos e pobres como ameaçadora. Na medida em que os vínculos de obrigação e fidelidade tornavam-se menos definidos, surge a valorização da intimidade como forma de compensar a diminuição das distâncias hierárquicas pela distância física. A casa deverá então separar-se da comunidade, constituindo-se como refúgio. Uma vez que o medo da multidão fez nascer a privacidade como espaço privilegiado, a criança, por sua vez, deverá também ser retirada da convivência com os adultos, sendo confinada na família e na escola.

Enquanto a sociedade se transformava e as grandes diferenças encontradas fora de casa tornavam-se assustadoras, a família deveria constituir-se no espaço tranquilizador da igualdade: o amor no casamento, – a escolha do cônjuge, e o amor entre pais e filhos fundamentariam trocas recíprocas. Nesse sentido o cuidado infantil torna-se um dos organizadores do sentimento moderno de família.

Para o autor, a valorização da intimidade é uma revolução na afetividade, mas não pode ser entendida como separada de outras duas mudanças ocorridas no século XVIII. A primeira delas é a rejeição pelo Estado moderno (que nascia nessa época) dos antigos espaços vazios e da vida não controlada. A partir da industrialização e da racionalização científica caberá à máquina burocrática administrar todos os locais e todas as iniciativas, devendo limitar essas últimas às vias já programadas: sucesso na escola e promoção no trabalho.

A outra mudança descrita pelo autor é a separação do local de trabalho em relação aos lugares onde se passam as demais atividades: a casa, a rua, o campo. O trabalhador abandona sua comunidade para ir trabalhar confinado, sob a rígida disciplina das fábricas, devendo submeter-se à precisão do conjunto da produção. Ariés constata que a vida vai tornar-se permanentemente vigiada: a criança na escola, o trabalhador na fábrica, o louco no asilo.

Para Ariés é essa perda crescente dos espaços livres (para a organização do trabalho e para o Estado) que determinará cada vez mais o fechamento da família sobre si mesma. Na intimidade devem ser cumpridas onipotentemente todas as

expectativas. A sociabilidade embora preservada minimamente num primeiro momento da vida urbana (ele cita os cafés e ruas Parisienses do início do século XX, como alguns redutos de espaço livre), vai se deteriorar cada vez mais ao longo do tempo. O surgimento do automóvel, por exemplo, será um recurso que contribuirá para esse processo, permitindo a existência de distâncias ainda maiores entre a casa e o local de trabalho, reduzindo a necessidade das pessoas caminharem pela rua, onde, antes, ainda conviviam.

Segundo sua análise é no sentido da crescente privatização que as relações humanas caminham de modo mais ou menos linear a partir da modernidade, sendo que o cuidado com as crianças torna-se cada vez mais assunto dos pais, e cada vez menos diz respeito à sociedade. Da família espera-se tudo: o amor paixão mas também a ternura serena, a preparação para vida mas também o lazer. Os pais devem educar seus filhos e promovê-los para o trabalho, porém ao mesmo tempo, também mantê-los numa rede de afeição exclusiva voltada para dentro de casa. A crise na família se daria pelo excesso de atribuições que passa a incidir sobre ela.

Podemos contrapor a sua visão à de Lasch. Este último enfatizará menos o crescimento linear da privacidade, apontando para um movimento mais sutil. A sociedade industrial invade cada vez mais a esfera privada através dos especialistas, do consumo e da publicidade. Nesse processo de interferência externa é a própria intimidade que acaba sendo prejudicada, em movimentos que aparentemente pretendem preservá-la.

1.2

O refúgio invadido

Ao recorrer à história da constituição da família moderna Lasch (1991[1977]) busca compreender os impasses que foi capaz de perceber na família de seu próprio tempo. Ele parte de algumas observações fundamentais a respeito da crise vivida nas relações privadas que julgo importante descrever aqui, pois justificam o recurso à história a partir de questões recentes.

O autor nos chama a atenção para a separação vigente na família americana entre amor e disciplina: Os pais acreditam que devem ter apenas momentos bons com os filhos e atitudes permissivas, enquanto parece cada vez

mais caber aos agentes externos a colocação de regras e normas sociais. Assim, a escola, as profissões assistenciais, e o grupo de pares se encarregam de funções antes realizadas pela família. Esta cisão entre autoridade e afeto, não deixaria espaço para a ambivalência, dando à relação pais e filhos um colorido superficial.

Lasch descreve também como em nossa sociedade o horário de trabalho é visto como mais importante do que o horário da família, o que obriga as crianças a serem criadas pelas creches, pela TV e pela cultura de rua. Critica a contracultura e o feminismo que desde meados dos anos 60 teriam intensificado certas críticas à família que ele considera rasas por não penetrarem no âmago de seus impasses. Para ele o mesmo discurso que a condena como intrinsecamente opressora, baseia-se no individualismo romântico que acompanhou o capitalismo desde o início e fez surgir a vida privada como espaço supervalorizado. Critica-se a família pela restrição às liberdades individuais na esfera sexual ou por gerar desigualdade nas relações de gênero, mas a liberdade aqui continua sendo pensada por oposição aos vínculos e compromissos. Ora foi precisamente essa desconfiança com relação às obrigações sociais que deu origem à família nuclear, destacada da comunidade e com sua grande atenção sobre a moral sexual.

O autor considera que ninguém poderia questionar a justiça da reivindicação feminina pela igualdade política e no trabalho. Entretanto considera indevido buscar essa emancipação sem alterar as condições econômicas. Sem transformar o trabalho, o consumo e a busca imediata por satisfação, geramos simplesmente uma indiferença frente à necessidade de jovens e crianças, passando eles a serem vistos como um simples peso à liberdade da mulher.

É nesse sentido que Lasch vai retomar a preocupação feminista, problematizando o trabalho da mulher em relação à esfera produtiva como um todo, retrazando no tempo, a forma como essa questão se colocou: como aconteceu que no mundo contemporâneo passou-se a culpar exclusivamente a família pela submissão da mulher, quando na verdade é a organização do trabalho como um todo que deveria ser responsabilizada? Coloco em suas palavras a inquietação fundamental que o leva a buscar na origem da família moderna o esclarecimento para esse problema:

“(...) A crítica mais importante à atual organização do trabalho é que obriga às mulheres a escolher entre seu desejo de auto-suficiência econômica e a necessidade de seus filhos. Em lugar de culpar a família por esta situação deveríamos culpar a organização do trabalho em si. Em lugar de perguntar como as mulheres podem ser liberadas da família, deveríamos perguntar como seria possível reorganizar – humanizar – o trabalho para que seja possível às mulheres competir economicamente com os homens sem sacrificar suas famílias ou, inclusive, a esperança mesma de ter uma família(...)” (Lasch, 1991, p.17)

Penso que essa afirmação pode parecer ainda muito referida às mulheres e ao exercício da maternidade como atribuição feminina. Entretanto podemos com facilidade estendê-la aos homens: afinal, como de fato pensar a promoção do papel masculino no cuidado infantil, com a expectativa feminista de pais dedicados, que dividam com as mulheres as atribuições domésticas e acompanhem de perto o desenvolvimento da criança, sem considerar a transformação nas condições de trabalho que tal mudança pressupõe?

Ao voltar-se para a origem da família moderna Lasch irá precisamente atentar para essa cisão fundamental entre assunto de trabalho, como pertencente à esfera pública, e assunto doméstico, como pertencente ao campo privado. Essa ruptura ao mesmo tempo em que atribui à família toda a responsabilidade pela criança, a invade na medida em que impõe as regras internas de seu funcionamento, segundo o que interessa à organização do trabalho.

Continuando a olhar para o seu tempo, Lasch constata o crescimento do divórcio e do conflito de gerações na sociedade americana, e a busca paradoxal de que a família ofereça conforto diante de um mundo dos negócios cada vez mais selvagem e cruel. O impasse se estabelece na medida em que a vida privada fragilizada encontra-se cada vez menos capaz de “compensar” a crescente falta de ternura no trabalho.

O autor irá criticar aqueles que sugerem a inevitabilidade dessa crise como se ela não fosse resultado de ações concretas, mas do abstrato esgotamento da família em adaptar-se às novas “condições”. Procedendo dessa forma, a ciência social, em sua tradição moderna, influenciada pelo iluminismo científico, compreenderá os processos sociais como regidos unicamente por leis de conjunto, independente de lutas concretas pelo poder que envolvem a vontade humana. Da mesma forma, a economia clássica dos séculos XVIII e XIX, interpretou as leis que regem o capitalismo industrial como princípios universais e

disfarçou com isso a dominação de classe como se fosse um mero fenômeno natural.

Lasch considera que longe de ser um processo inevitável, a desintegração da família vem acontecendo lentamente na Europa ocidental e nos Estados Unidos desde o século XIX, sendo que a história da sociedade moderna foi marcada pela afirmação crescente do controle social sobre atividades antes relegadas a ela.

Embora pareça em princípio que o autor esteja fazendo uma espécie de “apologia” nostálgica da família, - e de fato, num certo sentido sua análise diferencia-se da de Ariés pela idéia de que a função dos pais junto aos filhos deva ser de alguma forma protegida – devemos evitar uma redução de suas colocações. Afinal, não é apenas a família nuclear que ele descreve como tendo sucumbido diante do peso de suas próprias contradições, mas toda uma rede social mais extensa de proteção.

Sua descrição histórica da revolução industrial a concebe como envolvendo três estágios relacionados. No primeiro deles, os capitalistas teriam retirado a produção do âmbito doméstico, tendo coletivizado a mesma na fábrica sob sua supervisão. Num segundo momento, teriam se apropriado do conhecimento técnico dos trabalhadores, através da administração científica do trabalho. Com essas duas mudanças a decisão sobre o próprio trabalho, no sentido de “o que fazer?” “para quem?”, “como?” e “em que ritmo?”, foram perdidos. O ritmo e o conteúdo da produção passaram a ser estritamente ditados pela maximização do lucro.

Entretanto, o controle segundo Lasch não parou por aí, foi estendido também sobre a vida privada do trabalhador quando médicos, psiquiatras, professores, funcionários da justiça de menores e outros especialistas começaram a supervisionar a educação das crianças. Enquanto que as duas primeiras etapas ele chama de socialização da produção, a última é considerada como sendo a socialização da reprodução. Este seria um processo que tenta valorizar a vida privada, mas que paradoxalmente, ao impedir a sua interação com a organização social maior, leva à sua crescente invasão por parte dos técnicos.

Seu conceito de socialização da reprodução pode ser contraposto à análise de Ariés que enfatiza muito mais o fechamento da família nuclear. Para Lasch nada seria mais vulnerável à infiltração externa do que a família moderna. A

sociedade burguesa teria trazido a promessa de que as satisfações privadas compensariam o fato do trabalho ter sido reduzido à rotina, mas o lazer foi aos poucos organizando-se como indústria e associando-se ao consumo, sendo que sua interferência é sentida cada vez mais. Nesse sentido o mesmo processo de empobrecimento das relações sociais que fez surgir à necessidade do refúgio emocional terminou submetendo-o ao controle externo.

Na medida em que a partir do início do capitalismo as relações humanas fora de casa assumem a forma fantasmática da relação entre coisas, sendo atribuído um caráter absoluto às leis econômicas, a família terá seus papéis definidos também de modo universal. Um mundo público “sem coração” pressupunha a necessidade de postular a mulher como a grande consoladora natural do homem trabalhador no espaço da intimidade. Afastada do mundo cruel dos negócios, ela deve proporcionar alívio para as dores do marido e proteção para as crianças. Passa também a ser considerada como possuindo um instinto de devoção, que a deixaria “biologicamente” propensa ao sacrifício pessoal.

Uma vez definido o refúgio familiar como a imagem invertida da crueldade do mercado, nos diz Lasch, as crises futuras da família começam a ser plantada. Para começar, a posição da mulher passa a ser permeada de ambigüidades: ao mesmo tempo em que o ideal do casamento por amor e o papel importante que passa a desempenhar no cuidado infantil tenderam a valorizá-la, a retirada da produção da vida doméstica e a entrada das crianças na escola acabam diminuindo a sua importância. Se antes ela participava ainda que indiretamente do trabalho do marido em casa, o deslocamento do mesmo para as fábricas priva a mulher de contribuir nessa esfera. Sua função como educadora dos filhos é enfatizada, mas ela é obrigada a dividir com os colégios a atenção dirigida às crianças: a orientação de profissionais rouba-lhe boa parte de sua importância nesse sentido.

Na origem da família moderna, esses aspectos contraditórios das demandas dirigidas à mulher formam a base da insatisfação feminina, manifesta, segundo Lasch na sociedade americana desde o final do século XIX. Daí se originam o movimento feminista e as crises que levam ao divórcio, crescente já nas primeiras décadas do século XX. Afinal, a vida da mulher, tendo sido deslocada do resto do campo social que envolvia a produção, tinha também se tornado

“vazia”. Se a importância da função materna justificou uma preocupação com a educação feminina e por isso uma certa emancipação de sua condição, essa mudança entrava em choque com a redução real da presença feminina fora do lar. Constatamos que não só a mulher, mas também o espaço social que ela passa a ocupar – a privacidade – serão contraditoriamente valorizados e desvalorizados.

Por outro lado, o grande controle familiar sobre crianças e jovens visava também, de modo incongruente, por um lado sua proteção e cuidado, mas também sua futura adaptação às exigências do mundo produtivo. Nesse sentido, o confinamento do jovem na casa e na escola e a disciplina obsessiva com que se tentava garantir a qualidade de sua formação, geraram também, segundo Lasch, importantes conflitos geracionais que se traduziram no crescimento da delinquência infanto-juvenil, observada no início de século XX.

Ora, se o refúgio fracassava diante do seu próprio “peso” era preciso recompô-lo para proteger a própria ordem social de um questionamento. É nesse sentido que o Estado cria toda uma tecnologia de intervenção que, tentando salvar a intimidade, impedia a desorganização da sociedade e das relações de trabalho. Entretanto a medicalização e racionalização da vida familiar contribuiu mais uma vez, segundo Lasch, para seu próprio enfraquecimento.

É importante acompanhar o crescimento dos discursos técnicos em torno da família, pois é fácil confundi-los com propostas aparentemente libertadoras. O autor nos diz, por exemplo, que desde as décadas de 20 e 30 nos EUA, médicos e assistentes sociais, tentando reduzir o número de divórcios, chegam a atacar o próprio romantismo amoroso, relativizando a idéia de monogamia. Passam então a promover a tolerância e a busca de prazer no casamento, aconselhando medidas “racionais” para sua aquisição. Não me parece que ao levantar essa questão Lasch esteja perdendo de vista as dificuldades relacionadas ao romantismo; aponta entretanto para a superficialidade das críticas a esse modelo que não questionem as próprias condições econômicas que o tornaram necessário.

De acordo com a análise do autor a “evolução” da família não se deu apenas em resposta aos impasses colocados por mudanças econômicas, ela foi também deliberadamente transformada para fazer com que se adaptasse a essas últimas. Daí os projetos ambiciosos colocados pela Saúde Pública americana do início do

século XX: educação moral para os pais, assessoramento matrimonial, assistência social e psiquiátrica.

A justiça de menores é um exemplo desse processo de medicalização do desvio quando, no início do século, começa a tratar o jovem criminoso como vítima “das circunstâncias”, fazendo concorrer a custódia do Estado liberal com a custódia dos pais, controlando o ambiente privado a partir de uma perspectiva considerada preventiva. A família é também vista pelos educadores como aquela que introduz a diferença – tradições culturais diversas e saberes comunitários – impedindo a homogeneidade social como fator de “progresso”. Postula-se portanto a necessidade de aumentar a influência da escola em substituição crescente à do lar, introduzindo-a o mais cedo possível, pois promove a padronização e a cooperação futura do indivíduo com a dinâmica do trabalho.

O autor refere-se também ao papel da publicidade e do consumo em procurar padronizar as atitudes dos trabalhadores, e aparentemente reintegrá-los à sociedade. Por outro lado, as queixas no trabalho são interpretadas não como reivindicações políticas, mas como problemas de ordem exclusivamente psicológica. Da mesma forma, as dificuldades dos pais na educação dos filhos são consideradas como questões de ordem individual independente das que envolvem a sociedade como um todo. Com isso, a terapia, o consumo e os cuidados médicos são vistos como substitutos das transformações coletivas.

Lasch nos mostra como a propaganda e os profissionais que orientam a família tenderão a jogar mulheres contra homens, crianças e jovens contra seus pais, o que diminuirá cada vez mais o conflito inicial entre a domesticidade e a sociedade de mercado. O enfraquecimento da autoridade na família faz com que ela se torne cada vez mais exposta ao controle externo: as regras da sociedade capitalista substituem o “super-ego” representante das normas paternas.

A importância da reflexão de Lasch se traduz na forma com que o autor situa processos tão atuais - a racionalização da vida privada, a insegurança dos pais na educação dos filhos e a invasão dos especialistas – no momento mesmo da constituição desse modelo familiar e de seus primeiros impasses. A parentalidade é, desde o início da industrialização, um mero veículo para introduzir na vida da criança os pressupostos da organização social voltada para o mercado, daí o fato de os pais serem enfraquecidos no mesmo movimento em que são aparentemente

valorizados como educadores. Cada vez que a família sofre crises internas podem surgir questionamentos maiores ou revoltas, para barrar esse processo, culpa-se a ela mesma por seus próprios problemas. Nesse sentido, a privacidade é falsamente onipotente, na medida em que, aparentemente, pode resolver todos os problemas, desde que tudo ela aceite de fora.

Podemos perceber a enorme contribuição do autor, no sentido de mostrar as sutilezas presentes no processo de constituição da família moderna, que por assemelhar-se nas diversas culturas ocidentais pode nos permitir traçar paralelos com a realidade brasileira. Sua análise mostra também que se a privacidade nasceu submetida à produção capitalista, torna-se impossível analisar as vicissitudes e mudanças da primeira sem examinar os destinos da segunda.

A partir disso, podemos suspeitar fortemente que as transformações recentes no mundo do trabalho deverão certamente operar mudanças significativas nas relações. Se até agora, apesar de invadida, a intimidade sobreviveu pelo menos em nossos ideais como espaço da ternura e do cuidado infantil, o que acontece quando o capital ganha a enorme liberdade que lhe é proporcionada atualmente? E quando a tecnologia permite, como hoje, a extensão das atividades industriais para o interior das casas? Essas questões serão desenvolvidas quando examinarmos em outro capítulo as transformações no mundo do trabalho.

1.3

O nascimento do amor materno, ou o seu aprisionamento?

O esforço de Badinter (1980) ao recorrer à análise histórica, é o de demonstrar que o amor materno não é instintivo, sendo uma invenção recente que data do século XVIII, no ocidente. Para ela, o “mito” do amor à criança teve como consequência central o enclausuramento da mulher na casa, e sua responsabilidade sobre tudo o que pode dar errado com seus filhos ou com seu marido. Ao acompanharmos aqui a sua argumentação observamos que ela se incluiria, possivelmente, na vertente feminista criticada por Lasch: aquela que postula que a família, mais do que a organização do trabalho, é a culpada pelas mazelas da condição feminina.

A autora aponta que inicialmente na alta idade média, até o século XIII, a igreja havia promovido uma atenuação inicial do poder paterno justificada pelo estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres perante Deus. Entretanto, principalmente no século XIV, com o desenvolvimento do absolutismo político na Europa, os reis passaram a usar os ideais religiosos para justificar a sua autoridade apoiada naquela conferida aos senhores, chefes das famílias e das comunidades. A sociedade se organizou então de modo a fortalecer as hierarquias, conferindo-se um poder cada vez maior aos homens, sendo desprezados como totalmente secundários os papéis da mulher e da criança. O rei, nos diz ela, passa a ser para seus súditos, o que Deus é para os homens, o que o pai é para seus filhos, e o que o homem é para a mulher: representantes de uma superioridade natural e inquestionável.

O enorme prestígio da obediência, nessa sociedade, determinaria a pouca preocupação com o amor: seja entre os conjugues, ou em relação aos filhos. Segundo ela, diante da importância das obrigações sociais, que giravam em torno das fidelidades às figuras masculinas, o amor à criança podia ser prova de fraqueza, ou mesmo sinal de pecado.

Ao descrever a condição da criança antes da segunda metade do século XVIII na Europa, Badinter (1980) nos mostra como para Santo Agostinho que muito influenciou o pensamento medieval, a criança era a anti-transcendência divina. Nessa concepção a infância estava associada ao mito da queda: no início estaria o pecado, o bebê é nele concebido, e é dessa condição inicial que o homem deve se afastar o quanto antes para se aproximar de Deus. A igreja condenava portanto as mães dedicadas por perdoarem os vícios de seus filhos, e a ternura dos pais, quando ainda manifesta, era tida como um estorvo.

A autora apontará para a indiferença materna e paterna na idade média como prova do aspecto contingente e não universal do amor materno. Mostra como, desde o século XIV, o infanticídio, embora condenado pela igreja, é tolerado efetivamente junto com o abandono do lactente. Segundo ela o recurso às amas de leite é um hábito que começa entre a aristocracia, estendendo-se principalmente nos séculos XVII e XVIII para todas as classes sociais. As péssimas condições oferecidas à criança se manifestam na longa viagem de muitos bebês até a moradia das amas, na alimentação precária e na aglomeração de um

grande número de lactentes submetidos a terríveis condições de higiene. A indiferença expressava-se no desinteresse das famílias, mesmo as mais abastadas, em obter informações sobre seus filhos (tratando com as amas através de intermediários mercenários), e na raridade com que os pais lamentavam a sua morte tão freqüente. A autora sugere que o descaso com a criança não é tanto o resultado do alto índice de mortalidade, mas ao contrário sua causa principal.

É descrito o distanciamento afetivo dos pais em relação à criança mesmo quando ela retornava à casa paterna em torno dos 7 anos. As mulheres aristocratas viam como deselegante a dedicação aos filhos, preferindo seus interesses mundanos: receber visitas, freqüentar o teatro e a ópera, enfeitar-se para os acontecimentos festivos.

Um aspecto que cumpre marcar em sua análise histórica é o crescimento do recurso à ama e da indiferença com relação à criança num período já tardio-séculos XVII e XVIII, isto é, precisamente quando a sociedade sofria importantes transformações e dirigia-se para o liberalismo econômico e político. Num primeiro momento, nos diz ela, o século das luzes com seus ideais de igualdade e liberdade estimulou uma revisão da condição feminina que levou várias mulheres das classes abastadas – principalmente aristocratas – a trocar as obrigações familiares pelos salões, pela arte e pelo conhecimento filosófico. Por outro lado as terríveis condições das primeiras trabalhadoras nas fábricas e a mudança freqüente do campo para a cidade, fizeram com que inicialmente a industrialização estimulasse ainda mais o abandono das crianças e sua entrega ao cuidado alheio. A esse quadro somava-se ainda a enorme incidência do trabalho infantil entre a população operária desse período.

Badinter menciona também a procura pelos colégios internos nessa época como uma maneira de retirar a infância do mundo adulto, inicialmente não tanto para educá-la mas para livrar-se dela. Nesse ponto ela distingue-se de Ariés (1981) que relaciona de modo mais direto o recurso à escola para crianças e o desenvolvimento de uma maior preocupação com suas particularidades.

Não é senão através de um árduo processo comandado pelo Estado e pelos moralistas do século XVIII, que a nova sensibilidade voltada para a criança e para a família nuclear assume gradualmente a sua hegemonia. A atenção para com a infância origina-se em primeiro lugar da necessidade de evitar o desperdício de

vidas para a produção industrial e para o exército. O espírito de cálculo acenava para o papel econômico futuro da criança que ao se desenvolver de modo “saudável” tornar-se-ia bom trabalhador, consumidor e soldado para a expansão colonial. Desse modo a infância deixaria de ser um fardo de curto prazo para tornar-se um investimento. A organização da assistência aos filhos abandonados e de apoio filantrópico às mães miseráveis, bem como o desenvolvimento da obstetrícia e da pediatria passaram a preparar o futuro homem produtivo.

Rousseau, segundo a autora terá influência fundamental no processo de conversão das mulheres para a maternidade. Postula uma igualdade inerente às relações domésticas semelhantes àquela que deveria existir formalmente entre os cidadãos da sociedade liberal. Foi a partir desse discurso que as mulheres foram atraídas para suas novas funções. A família foi considerada a única sociedade natural, onde as associações não dependiam inicialmente de convenções mas das necessidades naturais iniciais da criança, e da devoção da mãe também biologicamente determinada. Nesse sentido, o poder do pai é enfraquecido diante do grande papel atribuído à mãe. A autoridade dos adultos deixa de ser considerada absoluta, e irá basear-se naquilo que a criança precisa e não mais na supremacia do homem, antes equivalente ao poder real e divino. Tão logo a criança cresce, ela adquire, teoricamente, uma condição de liberdade para escolher suas associações independente dos desejos paternos.

Essa nova visão, ao conceber a mulher como naturalmente voltada para o sacrifício pessoal e o cuidado com a família, teria levado à construção de uma nova forma de prisão feminina. A felicidade teria se tornado um ideal reconhecido em primeiro lugar na microsociedade doméstica, e guardado pela devoção da mãe/esposa.

Seduzida pelo prestígio que ganhava no romantismo amoroso e com a função que lhe foi atribuída como educadora “natural” da criança, a mulher teria se submetido, segundo Badinter ao “engodo” da maternidade. Sobrecarregada por esses ideais ela teria sido “coagida” a ser mãe e embora o homem também não escapasse de suas obrigações com os filhos, suas funções seriam mais limitadas pelo tempo passado no trabalho que restringia seu papel “natural” ao de provedor (responsável pelo suprimento doméstico).

Podemos observar que desde o início a preocupação humanista com a infância, promovida pelas profissões sócio educativas, aconteceu em função da dependência do capital em relação aos trabalhadores, precisando ser asseguradas à sobrevivência e a formação desses últimos. Por outro lado, a partir da ligação do amor parental à sua função econômica no capitalismo, poderíamos nos perguntar se ele foi de fato valorizado socialmente a partir da época moderna? É certamente indiscutível que na idade média a exigência de obediência aos senhores homens concorria com a atenção à criança chegando mesmo a condená-la. Entretanto será que podemos pensar numa real promoção do amor aos filhos pelo discurso que definiu o comportamento “natural” e “correto” dos pais? Não poderíamos considerar que na medida em que esses papéis parentais foram delimitados de modo preciso sofreram ao mesmo tempo uma outra forma de dominação?

Esse questionamento assume maior importância quando lembramos que a família foi solicitada a oferecer sozinha os cuidados com a criança que a organização do trabalho efetivamente desconsiderava ao confinar as pessoas na fábrica, num espaço rigidamente separado de sua vida doméstica.

Badinter duvida da existência prévia de qualquer afetividade importante entre pais e filhos: se o sentimento praticamente não existia antes, não se trata de valorizá-lo ou aprisioná-lo, mas da invenção mesmo da parentalidade, que foi datada historicamente. Entretanto, se consideramos o aspecto contingente das experiências humanas tal como ela propõe, então não poderemos afirmar que o afeto pelos filhos é universal, nem tampouco dizer que o egoísmo e a indiferença à criança fazem parte de nossa “verdadeira” natureza. Por vezes, como no trecho abaixo, a autora nos dá a entender que acredita ter descoberto a essencial falta de amor por trás de uma dedicação à criança tida como artificial. Em suas palavras:

“(…) Se não sofre nenhuma pressão desse gênero, a mãe age segundo sua própria natureza que é egoísta, e não impelida a sacrificar-se pelo filho que acaba de pôr no mundo. (...)” (Badinter, 1980, p.143).

Poderíamos talvez sugerir uma outra interpretação do amor materno e paterno que, embora não o considere como fenômeno instintivo universal a ser definido de modo definitivo pelos especialistas, possa vê-lo como mais um campo

de possibilidades humanas. Nesse sentido a dedicação de pais e mães deixaria de ser uma prescrição de normalidade familiar, e passaria a ser entendida como mais uma construção feita pelo sujeito ao interagir com as condições específicas do ambiente no qual se insere.

Badinter parece, ao contrário, naturalizar a condição feminina contemporânea, afirmando que a entrada maciça da mulher no mundo do trabalho prova a artificialidade da afetividade materna. Segundo ela, quando finalmente saiu de casa para a atividade produtiva, igualando sua trajetória profissional a do homem, a mulher mostrou que sua natureza não é ser mãe, mas uma vez libertada da família, apresenta as mesmas ambições econômicas do homem. Aqui parece que a “verdade” feminina escondida debaixo do véu da maternidade teria sido descoberta: o que é reificado agora é o trabalho que visa à satisfação pessoal, entendida por oposição a preocupação com os outros.

Nessa concepção, como Lasch nos sugere, a batalha contra a opressão feminina dentro de casa limitou-se, muitas vezes, a reivindicar uma igualdade de acesso ao trabalho, que assume como natural à maneira como ele está estruturado. Pode-se cair facilmente numa mera substituição de uma visão universalista por outra: o instinto fundamental passa a ser não mais o de cuidar dos filhos, mas o de ambicionar a participação na atividade produtiva tal como ela se apresenta. O que acaba esquecido é o fato de que, para muitos homens e mulheres deixar as crianças cada vez mais na mão dos diversos serviços talvez não seja uma opção, mas uma condição mesmo de “empregabilidade” em tempos difíceis.

Badinter deseja, o que podemos certamente concordar, uma atitude menos moralista em relação à mulher, que imponha menos a natureza do seu comportamento. Entretanto cabe aqui nos perguntarmos se tal liberdade não pressupõe considerar a maternidade e a paternidade dentro do amplo campo das manifestações humanas: não necessariamente presente na vida de todos, nem tampouco menos verdadeiras em relação a certos anseios egoístas tidos como universais.

1.4

O dispositivo da sexualidade.

Para Foucault (1988) o poder dos soberanos durante a idade média – seja ele Rei ou senhor de terra – baseava-se num poder de retirar algo de alguém: subtrair a vida de quem atentasse contra seus direitos, ou dispor de parte da produção daqueles que viviam em seu território. O poder era negativo e baseava-se no direito: as regras da aliança fixavam certos limites para o que era ou não permitido em termos de associações entre os homens – a vassalagem, a servidão, os matrimônios – e a sua transgressão envolvia punições. Nesse sentido se as técnicas de confissão cristã do século XVI começaram, aos poucos, a fazer falar a sexualidade dos que a ela se submetiam, estas tinham inicialmente como função verificar possíveis desvios a essas tradições.

A esse poder individualizado, exercido pelos soberanos e nobres, baseado na lei e na punição, Foucault vai opor aquele que, desde o advento das sociedades modernas (a partir do século XVIII), deverá gerenciar a vida ao invés de subtraí-la, regulando-a segundo normas científicas abstratas e nada pessoais, com vistas a torná-la útil, impondo de modo permanente regulações de conjunto e controles precisos dos gestos humanos. A emergência do assim chamado biopoder foi fundamental para o capitalismo que depende da inserção estritamente controlada das pessoas nos espaços de produção e de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos. Passou a ser necessário não apenas disciplinar cada corpo individual e potencializar ao máximo as suas capacidades, como também controlar o conjunto: os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, a distribuição demográfica, a duração da vida.

A partir dessa dupla necessidade – controlar os corpos em sua forma anatômica e individual e ao mesmo tempo em sua forma biológica de conjunto enquanto espécie - o discurso em torno da sexualidade será privilegiado, adquirindo função distinta daquela que antes possuía nos rituais de confissão cristã. Enquanto nessa última tratava-se de impedir que as regras da aliança e da tradição fossem fraudadas, agora a imposição de colocar o sexo em discurso vai se dever aos controles constantes que tal dispositivo permite. Este, dando lugar a exames médicos e psicológicos detalhados permite a construção de um saber

científico que, propondo-se universal, viabiliza a regulação minuciosa dos comportamentos. Por outro lado, ao gerar também estimativas de conjunto, dá margem para intervenções globais sobre a população.

É nesse sentido que, a partir do fim do século XVIII, o sexo passando a ser tido como algo aparentemente secreto e contido, porém ao mesmo tempo permanentemente presente nos olhares vigilantes e na atenção que lhe é conferida por médicos, educadores e pela família, parece impor-se como verdade última que guarda a essência dos homens e da espécie. Se no final da idade média o controle sobre a sexualidade era para fazê-la servir às antigas formas de associação familiar, imersas que estavam no dispositivo das alianças e no arbítrio dos antigos senhores, agora, ao contrário, é a família em sua forma nuclear, com seu contato intenso entre pais e filhos, que deverá servir à “sexualidade” como se ela fosse uma coisa em si. Os discursos definidores dessa última irão proliferar de forma a permitir a gestão dos fenômenos da vida segundo sua conveniência para o modo de produção vigente.

Para Foucault, foi primeiro na família burguesa que esse discurso penetrou, marcando seus distintivos de classe, antes mesmo de chegar até os trabalhadores. Dessa forma justifica-se a sua dominação sobre as classes mais pobres pela forma “superior” com que passa a cultivar o corpo e a inteligência, através de uma vigilância constante sobre a sexualidade, fonte potencial de força ou de patologia. O discurso dessa família burguesa mistura-se ao da medicina e da educação que juntas procuram “revelar” o sexo como se ele fosse um objeto. Este passa a ser considerado como base da doença ou da saúde, noção que substituí aquela que, na idade média, o via mais como pecado e motivo de punição.

Esses saberes investiram, segundo o autor, primeiro sobre a mulher atribuindo-lhe naturalmente um novo rol de obrigações conjugais e maternas, opondo a mãe e esposa dedicada à histérica nervosa. A sexualidade era dita como estando paradoxalmente presente e ausente na infância, sendo que a criança precoce poderia desperdiçar a sua energia na masturbação, se não fosse alvo de vigilância permanente. As perversões por sua vez eram vistas como perturbações da finalidade sexual normal, sendo esta última relacionada às descrições anátomo-fisiológicas. O casal é descrito de modo que seus prazeres devem ser gerenciados em nome de uma economia da procriação. Nos discursos eugenistas

que datam da primeira metade do século XIX mostra-se sempre presente o risco de deterioração das futuras gerações, ocasionada, segundo os mesmos, por práticas sexuais inadequadas.

Segundo Foucault, apenas num outro momento – a partir da segunda metade do século XIX – o dispositivo da sexualidade irá se estender amplamente ao proletariado, quando a ocorrência de problemas no espaço urbano – epidemias, coabitação, prostituição – e o desenvolvimento da indústria pesada, com a necessidade de uma mão de obra estável e competente, fizeram surgir à necessidade de um maior controle que adestraria seus corpos finalmente reconhecidos.

Mas se essas técnicas, que antes constituíam um diferencial de classe se difundem com o tempo por todo o tecido social, e penetram na população mais pobre, como então continuar a justificar a dominação burguesa? Qual seria a verdade que permitirá que esta classe continue tendo seus “distintivos”? É nesse sentido que Foucault situa a entrada da psicanálise como discurso que abandonando a perspectiva hereditária eugênica, permitirá que as classes economicamente privilegiadas possam ser descritas como tendo, distintamente das outras, uma sexualidade mais reprimida. A recém criada técnica psicanalítica vai apresentar-se como remédio que faz falar o sexo, principalmente nas camadas sociais privilegiadas, libertando-o dos perigos de um aprisionamento excessivo, que o deixaria inacessível a qualquer gerenciamento. Pela penetração do discurso psicanalítico, essas famílias serão colocadas diante de novas prescrições, não só no sentido de um exame permanente dos desejos ocultos por parte de seus membros, como também pela definição, no campo da teoria edipiana, da capacidade dos pais de, por um lado suscitar e, por outro controlar a sexualidade infantil, regulando a conduta da criança.

De todo modo podemos observar que essa “tecnologia” descrita por Foucault, tanto em suas primeiras formas como através desse recurso mais recente trazido pela psicanálise, descreve a sexualidade como fenômeno oculto, escondido por trás de pressões sociais, disfarçando desta forma seu caráter positivo como mecanismo de poder socialmente construído. Sua existência é apresentada como independente da vontade dos homens, sendo que o conhecimento a seu respeito aparece como necessário para a boa administração

da vida privada. Existiria uma verdade maior na vida íntima, que nos imporia certas regras de como lidar com ela, não podendo esta ser redescrita de outras formas pelas pessoas segundo os caminhos variados que pudessem tomar nas trocas culturais. Como Lasch (1991[1977]), Foucault aponta para formas supostamente absolutas de pensar as relações familiares, que são construídas de modo a fazer da vida – em suas manifestações públicas ou privadas – um instrumento para aumentar as riquezas e distribuí-las de modo diferencial entre as classes.

1.5

Weber e o espírito do capitalismo: qual é o lugar da família nessa ética?

Weber (2001[1904]) ao distinguir como característica central do espírito capitalista a centralidade da acumulação como um fim em si mesmo, delimita um ethos particular não comparável ao de nenhuma outra sociedade. Enquanto que em culturas tradicionais antigas pré-capitalistas o “fazer dinheiro” só tinha sentido dentro de finalidades de satisfação humana delimitadas pela própria tradição, podendo, por exemplo, estar relacionado ao espírito aventureiro ou mesmo inescrupuloso e ganancioso de certos comerciantes antigos, o que caracterizou o capitalismo moderno foi à submissão do homem aos preceitos racionais que levariam à multiplicação mais eficiente da riqueza. Em outras palavras: as pessoas e seus costumes passam a existir em função de seu negócio ou de seu trabalho e não ao contrário.

Para o autor na medida em que a sociedade industrial avança, o próprio funcionamento econômico passa a “selecionar” os comportamentos: por um lado o fabricante que não sacrificar qualquer outro ideal em nome do lucro não sobrevive à competição de mercado, e por outro, o trabalhador que não se adaptar à intensidade máxima de sua atividade é mandado embora. No entanto, nos diz ele, para que esses comportamentos pudessem ser selecionados eles precisaram começar a existir como valores, o que aconteceu inicialmente através da ética protestante que surge no século XVII.

É importante notar, entretanto que os valores ascéticos da reforma religiosa aos quais o autor se refere, não geram projeções apenas no modo de vida de países protestantes, mas nas diversas culturas capitalistas ocidentais. O que no início se associou de perto com a religião, se transformou mais tarde em princípios sociais dela separados, que mantiveram em boa parte sua força de mandamento. Assim a exigência de uma vida inteiramente voltada para o trabalho intenso sobreviverá, segundo o autor, como um fantasma mesmo em um mundo não religioso.

No entanto ao penetrar nos preceitos protestantes, principalmente de origem Calvinista, o autor nos oferece a possibilidade de notar a novidade do Ethos proposto, que pode passar despercebido em sua radicalidade, ou ser tido como consequência unilateral do funcionamento econômico, se forem examinadas apenas as suas manifestações posteriores, já desprovidas de religiosidade. É na doutrina da predestinação que podemos ver nascer segundo Weber o homem econômico.

Ela se contrapõe à ética católica: nesta última a salvação na vida eterna depende também da conduta humana que pode dela se aproximar através das boas obras, do cumprimento dos sacramentos e da absolvição confessional promovida pelos padres. O homem não está em condição de isolamento, mas pode contar com a ajuda da igreja no que se refere ao seu destino. Para o católico, suas imperfeições, e o caráter conflituoso de seus desejos são compensados pela absolvição. O sacerdote é uma espécie de mágico que tem as portas do céu, aliviando com isso suas dúvidas em relação ao julgamento de Deus.

No Calvinismo, ao contrário, a salvação não se daria mais pela igreja, ou pela prática das boas obras, ela fugiria por completo ao controle das pessoas, imprimindo uma separação radical entre a ordem de Deus e a dos homens. Nessa perspectiva a graça da salvação seria escolha exclusivamente divina e nesse sentido predestinada, não podendo ser perdida nem tampouco adquirida. Os eleitos para a vida eterna teriam sido selecionados, ainda antes da criação, e receberiam, no momento certo, um chamado divino que os livraria de sua condição natural de pecado. É através do desempenho eficaz de certa atividade específica voltada para a organização racional do mundo, isto é através de uma vocação secular, que o chamado para a salvação se manifestaria. Nesse sentido o

trabalho deixa de voltar-se para obtenção dos meios necessários à vida tal como definida pela tradição, tornando-se, aos poucos, uma atividade cujo objetivo transcende o próprio homem: ele deve servir à realidade divina localizada num espaço absolutamente externo, multiplicando maximamente os bens, obedecendo dessa forma ao chamado para a vida eterna.

Com isso nos diz Weber, o homem passa a estar firmemente ancorado no mundo secular, já que não é mais através da reza, de obras isoladas, ou da igreja que ele se tranqüiliza a respeito de sua futura salvação, mas é buscando incessantemente o acúmulo eficaz de riquezas através de uma intensa atividade produtiva, que obterá a prova de ter sido escolhido. Tornando-se um instrumento do mundo de Deus, deverá renunciar a qualquer satisfação pessoal tornando-se um asceta: ao enriquecer não deve portanto usufruir, mas evitar o consumo também para a “glória do criador”.

Paradoxalmente, embora as atividades valorizadas sejam agora firmemente realizadas para a comunidade conforme a “vontade divina”, e não mais nos mostérios fechados, o homem agora ficará extremamente sozinho no que se refere ao seu destino espiritual. A sociedade dos homens, que comporta também muitos “não eleitos”, torna-se um perigo potencial, na medida em que pode revelar interesses pessoais contrários ao ascetismo dos predestinados.

É no isolamento portanto, retirando-se espiritualmente da “cidade da destruição”, embora trabalhando no mundo, que o homem diminuirá suas dúvidas quanto a seu destino. Nesse sentido podemos pensar na função da família, ao sinalizar para o sujeito que trabalha fora de casa, que seus interesses não se concentram no espaço exterior, mas na interioridade de si e do lar, onde pode ouvir solitariamente o chamado dos “céus”.

Ao mesmo tempo, se a amizade dos homens é desprezada e a família aparece como espaço mais ascético e menos perigoso, os filhos não devem interessar enquanto tais, mas apenas como manifestação da ordem divina. Se as relações sexuais e o casamento passam a ser valorizados em contraposição à ética monástica que os desprezava, estão também condicionados ao mandamento: cresci e multiplicai, acumulando seus bens através da vocação.

O que cumpre ressaltar aqui é que, de novo, como nos sugere Lasch, o mesmo movimento que parece elevar a intimidade, acaba desvalorizando-a. O

amor às crianças e entre o casal, embora aparentemente valorizado, não serve à busca de satisfações humanas e sim à realidade externa racional e objetiva. Essa racionalidade, embora relacionada nesse primeiro momento à vontade divina, traduz o preceito econômico reificado e intimamente relacionado ao capitalismo: o de que cada gesto e aspecto da vida do homem deve relacionar-se exclusivamente à eficácia da acumulação e da produção. O espírito que faz do homem um mero administrador da riqueza através de seu trabalho se conservará, mesmo quando se tornar independente dos preceitos religiosos.

Observamos novamente como a experiência da parentalidade encontra-se numa encruzilhada. Os filhos, também nessa perspectiva, parecem em princípio referidos aos pais, cabendo a eles dedicarem-se à sua formação de modo atencioso e presente. No entanto as crianças pertencem a uma outra ordem: se nada deve existir na vida que leve ao desperdício de bens divinos, ou à diminuição do lucro, nada deve existir na relação pais e filhos e na educação que não sirva futuramente à organização eficiente do trabalho. Esta última continuaria a pairar na mentalidade familiar como o Deus protestante, que pouco interage com os homens e suas vontades.

É possível ainda perceber, mesmo na atualidade, indícios desse “ascetismo” na parentalidade. A preocupação de muitos pais em oferecer aos filhos uma educação que contribua para a sua competência futura, parece ser, como veremos, antecipada cada vez mais para os primeiros momentos da infância. Atrás do discurso que postula o oferecimento de uma variedade de atividades para que a criança escolha e seja mais autônoma em relação à família podemos talvez notar um ideal de excelência que permeia tudo o que ela faz. O tempo da criança deve ser maximamente dirigido para a aprendizagem uma vez que nada afinal, segundo o espírito do capitalismo, pode ser desperdiçado diante da racionalidade do trabalho. Na medida em que este último se torna mais exigente, as particularidades da infância podem perder terreno, face à nova performance esperada.

Entretanto, o que dizer do consumismo que afeta hoje as famílias? Afinal corresponderia ele a um aumento de satisfação pessoal que concorre com o preceito geral da acumulação máxima? Ou essa mudança aparente teria gerado

um outro ascetismo, submetendo também toda satisfação à exigência de servir sempre a uma finalidade econômica: seja produzindo ou comprando?

1.6

Particularidades da família brasileira: A casa e a rua.

Para Da Matta (1997) o mundo industrial teria introduzido junto com as noções de indivíduo e de cidadania concepções de tempo e espaço destacadas com relação à diversidade das práticas humanas. Nas sociedades onde o capitalismo e o protestantismo teriam se estabelecido plenamente (principalmente Inglaterra e Estados Unidos), o tempo começou a aparecer como algo concreto e separado da vivência das pessoas: podemos lutar contra ele para dar conta de nossas tarefas, economizá-lo, desperdiçá-lo. Quando tudo pode ser comprado e vendido, tempo e espaço precisam ser destacados dos diversos contextos para serem coordenados num sistema único de medidas universais. É aí que o homem passa a ser comandado pelo relógio ao mesmo tempo em que os locais da cidade passam a ser sistematicamente planejados.

Essa visão se opõe a das sociedades tradicionais (ou relacionais) – incluindo aqui a sua forma feudal medieval – quando a própria atividade social era a medida para as coisas. O tempo aí era contado por exemplo pelo tempo de uma reza, ou de uma colheita. O espaço ocupado por cada pessoa era também relativo à posição que lhe estava reservada, numa teia de relações heterogêneas e assimétricas que não estavam separadas de uma realidade natural e objetiva.

Foi então no momento em que as cidades da Europa Ocidental passaram a se organizar em torno das trocas comerciais que adveio a necessidade de separar os indivíduos de suas relações hierárquicas para colocá-los frente à realidade do mercado e das leis gerais tidas como universais e iguais para todos. É daí que surge a noção de cidadania. É que para desimpedir os sujeitos dos vínculos comunitários e deixá-los “livres” para vender sua força de trabalho e comprar os produtos disponíveis, foi necessário, segundo o autor, o advento de uma ética única, acabando com códigos diferenciados de conduta que antes referiam-se a pessoas, posições e situações distintas. Assim nessa nova sociedade, todos os cidadãos devem estar submetidos à ética niveladora da rua, o que significa que a

família moderna não poderá interferir no processo de homogeneização do tempo, do espaço, e do trabalho tornando-se antes uma aliada nesse processo.

Da Matta (1997) aponta entretanto que nas sociedades ibéricas e na brasileira essa passagem aconteceu de modo mais lento e permaneceu de certo modo “incompleta”. O Estado português conservou por mais tempo um poder que supervalorizava a posição de sua burocracia frente a dos comerciantes e dessa forma influenciou o Brasil no sentido de uma permanência da hierarquia, que resistiu parcialmente ao lado da modernidade capitalista. A ética tradicional, que conduzia de modo diferenciado as pessoas segundo as posições particulares que ocupavam em totalidades maiores- na família e na comunidade local - foi de certo modo conservada em nossa cultura. Aqui ela se opôs e complementou a noção de cidadania que iguala as pessoas diante das leis, mas também diante do mercado e das medidas.

O autor explica que é apenas no espaço da “casa”, referido a essa ética relacional, que o brasileiro se sente amparado, isto é, na medida em que é tratado de modo diferenciado do conjunto de leis que se aplicam a todos. A proteção vem em função das relações pessoais e familiares situadas de modo específico no tempo e no espaço. Assim quando o sujeito se vê em posição de ser julgado por uma infração cometida, ou quando se vê limitado por uma regra geral, defende-se com a frase comum: “*Você sabe com quem está falando?*” (Da Matta, 1997, p. 84).

Ocorre portanto na prática uma desvalorização das lutas políticas e uma tentativa de resolver os problemas de modo a afastar-se do espaço público. A cidadania seria temida como uma forma de definir os sujeitos “por baixo”. Ser igual significaria ser ninguém, ver-se maltratado pelos grupos diferenciados que compõem a sociedade e possuem seus privilégios: coronéis, burocratas, policiais, amigos, famílias.e etc...

O impasse que aqui se coloca relaciona-se à nossa dificuldade em limitar a lógica do mercado e do Estado, uma vez que não chegamos a entrar completamente nela. Quando a cidadania é plenamente valorizada em sua concepção igualitária, pode-se ainda contrabalançar as efetivas desigualdades produzidas pelo isolamento do indivíduo e sua desproteção diante da realidade econômica. É possível lutar por medidas compensatórias que diferenciam os

sujeitos para reduzir os efeitos de sua posição de desvantagem ou pobreza: direitos trabalhistas, serviços públicos, seguros e auxílios sociais. Entretanto, se buscamos como nos descreve Da Matta, resolver nosso desamparo moderno recorrendo à ética tradicional da hierarquia, estamos talvez destinados a cair em soluções ainda mais individualistas, onde continuamos ignorando realidades sociais maiores, que ultrapassam nossa teia mais imediata de relações.

Como essa questão pode então aparecer na relação pais e filhos? Uma primeira consequência possível seria a de que em nossa sociedade o cuidado infantil talvez seja ainda menos passível de ser considerado como tema político. Se no mundo industrial como um todo a tendência foi atribuir à família toda a responsabilidade pela criança, tomando seu desenvolvimento como processo abstrato e independente das condições sociais, no Brasil, essa situação pode se exacerbar devido à desvalorização geral do espaço público. Levar a questão da infância para o âmbito da cidadania talvez não signifique em nossa cultura considerar a sua relevância, mas sim fazê-la ocupar a mais baixa posição social: aquela que nivela tudo no espaço da rua, entendido como lugar do desamparo.

Isso talvez explique porque, muitos pais que escutei, por mais aflições que pudessem ter ao se perceberem sem tempo, sem espaço ou disponibilidade para os filhos, pouco acreditavam na busca de soluções coletivas para seus impasses. É que lutar por condições de trabalho que lhes permitam estar com os filhos de modo mais tranquilo e tentar um diálogo efetivo com as instituições, são consideradas tarefas secundárias da família. Ao contrário, pude observar que freqüentemente buscavam “dar um jeito” virando-se como podiam no universo “relacional”, apelando para seus parentes ou mesmo preferindo pagar profissionais e serviços numa tentativa de oferecer mais bem estar ao filho. É assim que referidos ao espaço da casa como o único que pode lhes dar proteção, tratam os problemas que compartilham no trabalho como fenômenos inevitáveis da rua.

1.7

Família e trabalho: refazendo um elo perdido:

Ao longo de minha prática, no contato que tive com profissionais de creches e escolas, seja quando planejava com eles os encontros de pais, ou já como pesquisadora, pude perceber que a questão do trabalho era em geral pouco considerada por eles quando pensavam na realidade atual das famílias. Embora esse tema aparecesse na fala dos pais como queixa, como fator de sobrecarga e muitas vezes como um elemento que perturbava o contato com os filhos, no discurso dos educadores parecia não haver espaço para refletir seriamente sobre essa questão. Quando procurava saber mais sobre esse tema perguntando a respeito, minhas questões eram muitas vezes recebidas com surpresa, ou então faziam emergir um discurso muitas vezes acusador: “Os pais de fato não podem trabalhar tanto, devem dar mais atenção aos filhos”. Como se essa fosse uma simples questão de escolha a ser feita no âmbito individual, independente do que pudesse permiti-la.

Penso que essa dificuldade, por parte dos profissionais, em reconhecer a importante influência do trabalho na relação pais e filhos se deve principalmente à insistência em preservar mesmo diante da crise atual, a concepção de família cujas bases procurei descrever, onde ela é vista como célula isolada. Entretanto, como veremos no próximo capítulo, os transtornos que o trabalho impõe hoje à família, nos indicam de modo ainda mais explícito, que o refúgio íntimo não pode ser preservado se encontra-se em posição de submissão ao mundo exterior. As pressões da vida laboral passam a ameaçar as próprias funções parentais tais como construídas na modernidade: não apenas em seus aspectos concretos mas também nos ideais que pressupõe, não apenas entre as classes desfavorecidas, mas também no seio da classe média.

O caminho que procurei refazer nesse capítulo, ao apontar para o caráter histórico e contingente da separação entre espaço privado e espaço público que inclui o trabalho, visa contribuir para relativizar essa cisão levando-nos a considerar em nossa prática profissional a totalidade que liga essas esferas. Se a noção de indivíduo destacado surgiu para permitir sua venda como força de trabalho, tornando-se ele mesmo uma mercadoria, o isolamento da família,

produtora de indivíduos, aconteceu para padronizar o modo de construção subjetiva que ocorreria na infância. Nesse sentido quando desejamos que, ao contrário, o sujeito em desenvolvimento disponha de condições favoráveis para expressar-se de modo singular, precisamos problematizar a teia maior de relações em torno dele, onde estão incluídos não apenas os seus pais, mas também a sociedade e a organização produtiva.

2

As transformações contemporâneas no mundo do trabalho e as mudanças na relação pais e filhos

Nessa parte recorro à bibliografia atual que descreve as importantes mutações por que passa o atual processo produtivo e suas conseqüências subjetivas, procurando ao mesmo tempo relacionar essas formulações teóricas com reflexões advindas da pesquisa de campo qualitativa. Esta última visa levantar questões específicas sobre as implicações do atual mundo do trabalho na relação entre os pais (ou adultos significativos) e as crianças.

Posso desde já sinalizar uma possível tendência, apontada pelos pais entrevistados, no sentido de uma aparente aceleração no ritmo de desenvolvimento infantil. Esse aspecto aparecia de modo recorrente embora de diferentes formas. Alguns elogiavam a “criança prodígio” de nosso tempo mais rápida na aprendizagem, mais atenta aos temas adultos, mais eficiente no manuseio das novas tecnologias, desde cedo aparentemente mais adaptada ao convívio social com seus colegas em creches e pré-escolas. Outros assumiam posições mais críticas, chegando a manifestar certo pesar sobre a “adultização” precoce de seus filhos, opondo-se ao que parece prevalecer como tendência atual. Entre um extremo e outro estiveram aqueles que adotaram posições intermediárias, ora discordando ora promovendo a rapidez com que a criança é inserida hoje no universo adulto pelo aumento de informações e obrigações.

Ao longo das entrevistas, o fator trabalho foi freqüentemente relacionado com essa nova configuração que parece demandar uma infância mais competente e supostamente mais autônoma. Ficou claro pelos depoimentos que com a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, e com a intensificação das atividades laborais dos pais que continuam no próprio ambiente doméstico, a criança parece dispor de um contato pouco tranqüilo com eles. Esses últimos são freqüentemente substituídos pelas creches, pelo maior tempo passado nas escolas, assistindo TV ou em atividades complementares. Os recursos educacionais hoje muito variados também foram mencionados por vários entrevistados como instrumento de preparação para o trabalho futuro mais exigente e qualificado.

Nesse sentido, parece haver um apelo à performance infantil mesmo em atividades aparentemente lúdicas, que entretanto, mantém a criança sempre dirigida, seja pelo recreador, professor, especialista ou pela mídia eletrônica.

Embora esse modelo tenha prevalecido na pesquisa de campo, a diferença entre os entrevistados dizia respeito ao seu posicionamento diante dele. Elogiada ou criticada a rapidez da maturação infantil hoje, relacionada também ao mundo do trabalho fazia-se sempre presente. Entretanto, mesmo quando os pais criticavam a sobrecarga vivida por seus filhos, descreviam o processo como inevitável. Parecia ocorrer uma falta de canais de comunicação satisfatórios externos ao círculo familiar onde eles pudessem buscar saídas para essa questão.

A única forma de resistir às exigências precoces que recaem sobre a infância parecia ser, o uso de estratégias individuais: deixar de trabalhar (se a mulher dispõe de possibilidade financeira para tanto), “optar” por trabalhar mais em casa (devendo o sujeito aprender sozinho a “administrar” melhor o seu tempo para conciliar suas atividades com a atenção à criança) ou mesmo contratar babás bem remuneradas (para os que podiam). Em especial foi sugerido por alguns entrevistados que aqueles pais que desejassem ficar mais tempo com seus filhos deveriam arcar com isso sem “prejudicar” a empresa que lhes empregara, o que implicaria que sua jornada apenas pudesse ser reduzida se concordassem com a diminuição de seu salário. Observamos nesse sentido que, na maior parte dos depoimentos, os entrevistados parecem ainda bastante referidos à concepção moderna de família (descrita no capítulo anterior), uma vez que sugerem o espaço privado ou das escolhas pessoais como o único lugar para resolver os impasses que vivenciam na relação com os filhos.

2.1

A crise do trabalho em nosso tempo e o ideal de excelência que começa a se delinear desde a infância

No capítulo anterior vimos que a idéia de cuidado infantil desenvolveu-se no bojo da necessidade de formar os trabalhadores futuros, o que contribuiu para o nascimento de uma privacidade submetida à organização produtiva. Diante disso podemos supor que as atuais mudanças vivenciadas na esfera privada e que tocam

a forma de conceber e tratar a criança devem ser vistas sob o pano de fundo das transformações trazidas pelo novo capitalismo. Estas últimas têm feito emergir novos modelos de trabalho para a qual a criança deve já ser preparada durante o tempo de sua socialização primária. Passo agora portanto a examinar essas mudanças tendo em vista sua influência sobre a subjetividade que se pretende hoje formar.

Antunes (1999) ao analisar as condições atuais de trabalho, refere-se ao início da década de 70 como um divisor de águas onde o capitalismo entrará numa crise estrutural cuja solução, visando recuperar os patamares de lucro, culminou nas novas configurações produtivas observadas hoje.

Entretanto para compreender o impasse que então se colocou o autor parte ainda de um momento anterior quando, a partir do pós guerra, ocorreram várias conquistas sociais que tornaram mais cara a força de trabalho. O chamado Estado de Bem Estar consolidou-se desde então como um compromisso onde eram concedidos aos trabalhadores uma série de ganhos sociais em troca do abandono por parte desses últimos de seu projeto societal alternativo. Assim o tema socialista seria deixado de lado como contrapartida da concessão de estabilidade, de certas garantias e do aumento do poder de compra dos assalariados.

Esse mecanismo regulador do Estado de Direitos teve como pano de fundo segundo Antunes, o modo de produção Taylorista/ Fordista caracterizado pela produção homogênea e em massa de mercadorias, com rígido controle de tempo para cada tarefa, que preenchia plenamente os estoques de modo relativamente independente das flutuações do mercado consumidor. A produção era toda realizada no espaço interior da fábrica fortemente verticalizada numa hierarquia clara de funções distintas. A enorme divisão de tarefas transformava a prática operária num conjunto repetitivo de atividades, dispensando delas a dimensão intelectual. A concepção do trabalho cabia exclusivamente aos administradores e gerentes, enquanto que aos trabalhadores eram atribuídas as funções rotineiras. As tarefas eram fortemente parceladas, fazendo com que o sujeito desconhecesse o processo total de produção.

Entretanto, apesar da enorme rigidez dessa estrutura, era permitida uma razoável constância nas funções e atribuições dos trabalhadores favorecendo uma certa estabilidade. O Estado – principalmente nos países centrais europeus e nos

Estados Unidos – oferecia também um esquema consistente de direitos trabalhistas. Dessa forma teria sido alcançado um certo equilíbrio na disputa entre capital e trabalho, que promoveu uma aceitação por parte da classe operária do modo de produção vigente, em troca de certas proteções sociais, do acesso ao consumo e aos serviços públicos.

Os sinais de esgotamento desse sistema que se manifestaram no início da década de 70, não foram, segundo Antunes, frutos de uma crise econômica abstrata. Se a produção diminuiu e a esfera financeira começou a crescer como campo prioritário para especulação, isso aconteceu porque o trabalhador, a partir dessas conquistas sociais, passou a custar mais, começando a reduzir a lucratividade do capital.

Além disso, um outro elemento fundamental para entendermos a crise que então se abateu é a contradição fundamental que se impôs entre por um lado às técnicas de disciplinamento fordista que tiravam do trabalhador qualquer controle sobre o processo produtivo e por outro a ampliação dos direitos que procuravam assegurar a estabilidade. Se em certo sentido era promovida uma emancipação da força de trabalho como resultado de algumas conquistas, essas últimas consistiam entretanto em medidas apenas compensatórias, não chegando a oferecer ao trabalhador uma real participação na forma de organizar a produção. A gestão da fábrica continuava além do campo de decisões dos operários, que embora tenham se tornado alvo de políticas sociais, não podiam senão ser comandados pelos gerentes em seu próprio trabalho. Nesse sentido Antunes (1999) observa que a crise do capital também se exacerbou devido aos movimentos trabalhistas europeus que no final da década de 60 (e início de 70) visaram à ocupação mesmo de indústrias, ansiando pela gestão operária sobre as mesmas.

O autor nos diz que embora esse movimento pouco tenha conseguido articular-se para além do microcosmo isolado de algumas fábricas, permitiu entretanto que os trabalhadores mostrassem a sua capacidade de gestão. Ao ser revelado o poder de decisão dos empregados nessas rebeliões, este passará, gradualmente, a ser aproveitado pelo próprio capital para aumentar a lucratividade dos negócios. As atuais propostas toyotistas de qualidade total envolvendo gestão participativa permitem a expansão do lucro através da

exploração da imaginação, dos dotes organizacionais, da capacidade de cooperação e das virtudes intelectuais da força de trabalho.

Além disso, as empresas investiram maciçamente em tecnologia para reduzir pessoal e diminuir os custos da produção. A resposta à crise incluiu também a retração das forças mediadoras do Estado, que se traduziu recentemente num cenário de desregulamentação global dos mercados, com a expansão mundial da concorrência e do capital financeiro especulativo. Essas mudanças foram fortalecidas no plano ideológico pela queda do regime soviético e pela subordinação econômica dos países do leste Europeu aos países centrais do ocidente (principalmente os Estados Unidos).

As chamadas reorganizações produtivas, que se apresentaram em escala mundial, se constituíram num projeto para a recuperação da hegemonia do capital não apenas no plano econômico como também no da sociabilidade. Nesse sentido Antunes (1999) afirma que as novas formas de produção inspiradas no toyotismo japonês, embora aparentemente incentivando a cooperação entre os trabalhadores e a sua tomada conjunta de decisões, farão, na verdade, um forte apelo ao individualismo exacerbado.

O novo modelo organizacional incluirá uma produção mais vinculada à especificidade da demanda e por isso heterogênea, obrigando a força de trabalho, a adaptar-se às mudanças frequentes na sua organização, colocando amplos contingentes da mão de obra em posições terceirizadas, parciais, ou subcontratadas, a mercê das flutuações do mercado. As novas máquinas informatizadas e de comunicação viabilizam o conhecimento prévio das tendências de consumo através da pesquisa e do “marketing”. As modernas tecnologias não apenas substituem trabalhadores aumentando o desemprego estrutural, como aumentam consideravelmente as atribuições da mão de obra, determinando a exploração do trabalho intelectual que mistura-se hoje, crescentemente, às funções produtivas.

A aproximação atual entre as tarefas de gerência e produção, concepção e execução, tornam necessário o modelo de trabalhador inteligente que reage às distintas situações de produção, equacionando rapidamente os problemas inesperados. Com isso se torna necessária a multifuncionalidade e o aprendizado constante. O “super-trabalhador” qualificado emerge como ideal, sinalizando uma

tendência que ainda contrasta com os amplos contingentes que trabalham em tarefas repetitivas e precarizadas, muitas das quais intensificadas para tirar o máximo proveito das novas máquinas. A precarização além disso não é incompatível com o trabalho intelectual, uma vez que a mesma tecnologia de informação que requer freqüentemente atividades mais “inteligentes”, contribui também para a pulverização da classe trabalhadora, favorecendo o trabalho em casa ou terceirizado, com baixos salários ou parcialmente contratados.

Dessa forma a nova “classe que vive do trabalho” descrita por Antunes (1999, p. 101) se traduz numa mistura mais heterogênea, deixando os trabalhadores mais distantes de seus companheiros também pela fragmentação do espaço produtivo imposta pelos novos recursos de comunicação. Nessa categoria encontram-se ainda os desempregados, que embora “sem trabalho” engrossam o chamado exército industrial de reserva, o que contribui para a redução dos salários, e a aceitação das atuais condições. Na medida em que a demanda por emprego aumenta esse sistema encontra menos resistência, ocorrendo também um enfraquecimento da organização sindical, incapaz de absorver trabalhadores que possuem hoje identidades profissionais menos definidas.

Temerosa por sua sobrevivência econômica e exposta a uma organização Global do capital que contrasta com suas lutas ainda locais, a atual classe que vive do trabalho tem dificuldade em traduzir as suas experiências no plano do embate político. As condições econômicas atuais apresentam-se como formas reificadas, que penetram cada vez mais em todas as esferas da vida. O espaço privado é invadido pelo trabalho domiciliado ou pela preocupação permanente com o emprego escasso. O ideal de “qualidade total” significa reduzir a vida útil dos produtos visando aumentar a velocidade do ciclo produtivo, introduzindo permanentemente no mercado novos objetos que são apresentados como consumo necessário. Uma outra forma de invasão destacada por Antunes é a necessidade de qualificação permanente, e a supervalorização da educação como uma maneira de abrir caminho num mundo do trabalho tão concorrido. Ao mesmo tempo, trata-se de um aprendizado que envelhece rapidamente assim como os objetos de consumo, uma vez que as empresas em permanente transformação, solicitam de seus empregados novas habilidades que variam circunstancialmente.

Hirata (2002) aponta que hoje ocorre também uma entrada maior da mulher no mercado de trabalho, que acontece, entretanto, de modo diferenciando, tendo essas últimas salários mais baixos e ocupando posições mais precarizadas e menos qualificadas. A autora aponta para o fato de que a organização produtiva atual continua a aproveitar as diferenças de gênero que, embora socialmente construídas, são tidas falsamente como formas universais do feminino e do masculino. Assim, a mulher ganha menos porque é considerada referida naturalmente ao espaço doméstico. Além disso, as atividades que desempenha na casa (das quais o homem ainda participa menos), embora necessárias ao capital para a manutenção e reprodução da classe trabalhadora, por serem consideradas relativas à experiência íntima e amorosa, não são remuneradas.

O fato da mulher ser inserida de modo diferencial e sem consideração pelo caráter produtivo das tarefas domésticas, nos permite pensar que a emancipação feminina através do trabalho é apenas relativa. Se antes eram mais as suas atribuições como mãe que eram naturalizadas fixando-a no espaço privado, hoje parece ser o peso das exigências de ascensão profissional num mundo de emprego raro que parece impor-se como realidade inquestionável.

De todo modo à falta de diálogo entre a esfera familiar e a do trabalho continua e parece mesmo se exacerbar em função da precarização do mesmo. As condições de inserção na esfera produtiva são impostas aos homens e mulheres muitas vezes sem consideração por sua vida privada. Este fato fica particularmente evidente, quando, em nossa economia globalizada, certos trabalhadores são obrigados a se mudar para outros países, independentemente das preferências de sua (seu) parceira(o) ou de seus filhos.

Antunes (1999) reafirma a centralidade do trabalho e discorda das teses que sugerem uma substituição do mesmo pela ciência como força de produção. O desenvolvimento científico, nos diz ele, é submetido ao preceito capitalista de produzir mercadorias e de submeter o valor de uso dos objetos ao seu valor de troca comercial. Isso significa que as novas máquinas não permitem que a produção seja realizada com base no tempo disponível e nas disposições singulares do contexto de cada trabalhador, ao contrário ocorre uma intensificação das atividades para o aproveitamento máximo da tecnologia moderna.

Com o novo maquinário, as funções gerenciais serão incorporadas às tarefas diretamente produtivas. Em vez de ser simplesmente comandado, o novo trabalhador dos setores avançados deverá ser capaz de tomar decisões, analisar situações, e oferecer alternativas frente a fatos inesperados, organizando-se em equipe numa estrutura mais horizontal que mistura pessoal de diferentes cargos numa hierarquia menos definida. Muitas vezes, com os recursos atuais de comunicação, o produto é vendido antes mesmo de ser produzido (alguns automóveis são exemplo disso), o que exigirá uma integração das funções de pesquisa, propaganda, venda e produção.

O que nos interessa em especial nas mudanças mencionadas é o fato de as novas organizações pretenderem uma completa absorção da subjetividade de quem trabalha. A tendência detectada é a de uma apropriação pelas empresas modernas da imaginação do trabalhador sendo dele esperado um envolvimento pessoal total. Se antes, no processo taylorista/fordista, o trabalhador possuía certas atribuições e tarefas mais claramente definidas, as quais devia começar e concluir, hoje ele deve se acomodar a situações que não são previamente conhecidas, mas que se delineiam ao longo do tempo, absorvendo-o completamente. Essa mudança que pode ser facilmente confundida com criatividade e autonomia, é entretanto marcada por um quadro de insegurança permanente, que sugere um aumento da submissão do trabalhador, que esforça-se para garantir a sua “empregabilidade”.

Podemos com isso notar que atrás do sujeito inteligente, que trabalha em equipe e parece depender menos dos comandos de um superior, existe aquele que se encontra permanentemente temeroso: de falhar, de ser considerado obsoleto, de perder seu “lugar ao sol”. Além disso, o objetivo final de sua imaginação e inteligência já é dado de ante-mão: deve voltar-se para a auto-reprodução do capital, hoje dependente da chamada “qualidade total” no atendimento ao consumidor.

Na pesquisa de campo que realizei, pude perceber que essa necessidade de absorção completa da pessoa pelo trabalho se traduzia também numa necessidade de construir na infância um ideal de sujeito permanentemente voltado para objetivos variados de aprendizagem sistemática. A incerteza, a impossibilidade de visualizar as qualidades específicas que seriam solicitadas futuramente de seus filhos no trabalho, parecia impor para muitos um ideal de bom desempenho

educacional que penetra de forma onipresente nas mínimas atividades infantis desde a mais tenra idade.

Muitos pais disseram buscar oferecer aos seus filhos uma educação que lhes preparasse para uma grande variedade de tarefas, tentando enfatizar o caráter “libertário” de uma concepção que vai além das disciplinas formais. Assim a própria creche para crianças pequenas, para ser considerada boa, deveria oferecer muitos estímulos que colocassem desde cedo desafios intelectuais diversos. Natação, culinária, iniciação musical, informática, inglês, teatro, psicomotricidade e outros faziam parte do que seria considerado um bom currículo para bebês e crianças pequenas. Embora estas tarefas fossem apresentadas como “brincadeiras” deveriam manter a criança sempre dirigida por um adulto especializado interessado na sua performance.

A importância de oferecer dessa forma ao filho as condições para o bom exercício profissional no futuro foi várias vezes mencionada. Como nos diz A. (advogada e trabalhando em escritório próprio) mãe de B (1 ano e meio):

(...) Meu marido dizia: Gastar tanta coisa numa creche para um bebê! O que uma creche vai dar a um bebê de 2 meses e meio? Para mim, o importante é que tenha um lugar onde ela tenha a maior quantidade de informações, onde ela vai poder se preparar melhor para esse mundo que está aí... Eu fico imaginando que eu vivo num mundo muito mais pesado que o do meu pai, e minha filha vai viver num mundo mais pesado ainda... Ele pôde adquirir as coisas através do seu trabalho... Eu fico pensando: Será que vou conseguir? Penso: talvez eu consiga, mas é porque eu comecei de um patamar acima do dele... Então é aí que entra o papel da educação...Quero dar a B. enquanto eu puder o quanto eu puder para que ela tenha subsídios...Eu quero que ela inicie num patamar acima do meu para ela chegar mais além...”

Observamos que o temor pelo futuro do trabalho não se restringe apenas à população mais pobre, ao contrário, parece penetrar com força entre famílias de classe média e profissionais liberais, mudando a sua perspectiva sobre a infância. Em especial parece que com a enorme valorização pela entrevistada dos recursos educacionais precoces ela parecia querer “vacinar” a filha livrando-a das incertezas que ela mesma vivia. Além disso, deseja permiti-la uma ascensão social e econômica que embora viável na época de seu pai, hoje mostra-se muito mais difícil de vislumbrar.

Pude constatar também pela minha participação como observadora em reuniões de pais e educadores em uma das creches onde realizei as entrevistas, que a maioria das questões colocadas pelos pais nesses encontros dizia respeito à preocupação com a quantidade de aprendizagem programada a ser oferecida aos filhos. Aspectos ligados ao cuidado afetivo eram pouco mencionados e isso mesmo quando se tratavam de bebês bem pequenos. As perguntas feitas, sugeriam que os pais queriam mesmo aprender com a creche a continuar o trabalho educacional em casa para garantir o melhor aproveitamento do filho. Nesse sentido quase não eram apresentadas críticas ou divergências dos pais em relação aos educadores.

Os profissionais por sua vez mencionavam nas reuniões a importância de maximizar o uso das potencialidades infantis, que diziam ter sido apenas recentemente descobertas pelas “pesquisas científicas mais recentes”. Marcavam em suas falas que a creche, com suas diversas atividades, tem uma função que transcende em muito o “simples” cuidado como se teria antes pensado. Usavam termos semelhantes aos atributos que Antunes (1999) aponta ao descrever as novas exigências sobre os trabalhadores. Queriam afinal despertar nas crianças: criatividade, desafio à inteligência e autonomia. Mencionavam também o fato da creche possuir ISO 9002, indicando um padrão de qualidade total nos moldes empresariais que desejavam manter. Quando falavam da rotina das crianças, toda ênfase incidia sobre o caráter imprescindível do programa pedagógico oferecido ao longo de todo o dia.

Podemos pensar talvez numa semelhança, entre, por um lado, o modelo que supõe uma criança mais independente, desde cedo convivendo mais “livremente” na creche com seus pares, precisando menos do cuidado dos pais e mais de novos estímulos à sua inteligência, e por outro lado o novo trabalhador que, da mesma forma, deve depender menos de empregos fixos e de cuidados sociais, aceitando os desafios intelectuais do atual mundo do trabalho, sendo que todo o seu esforço deveria também justificar-se por uma suposta maior liberdade e inventividade. Entretanto, assim como o adulto não deve criar nada em seu trabalho que se oponha ao ciclo de reprodução do capital, também a criança não deve opor-se aos objetivos de uma aprendizagem totalmente planejada de antemão.

Além disso, em concordância com a observação de Antunes de que o novo padrão de qualidade nas empresas implica detectar com rapidez as tendências do consumidor, introduzindo produtos sempre inovadores, a creche parece também responder de perto a certas demandas dos pais criando outras ao mesmo tempo. Ao oferecer um número crescente de serviços e atividades para a criança são detectadas e produzidas novas necessidades educacionais de modo permanente. A ansiedade dos adultos com o futuro profissional dos filhos parece ser aqui utilizada para vender o modelo que pensa a criança nos moldes do trabalhador atual.

Algumas entrevistas sugeriram que as creches e escolas privadas competem entre si através dos resultados de seus alunos, procurando garantir a performance desses últimos para atrair os pais. C. comunicadora, atualmente cuidando dos filhos D (1 ano) e E (4 anos), nos fala criticamente sobre isso:

“ Existe hoje em dia um mercado de vestibulinhos no Rio de Janeiro. Desde cedo, os meninos já tem que tirar as tripas, esse vestibulinho é uma entrada para o primeiro grau. Todas as boas escolas estão pedindo prova para entrar para o primeiro grau, a não ser aquelas que tem acordo com a pré-escola para receber seus alunos. Eu acho um absurdo submeter uma criança a um vestibulinho... É uma safadeza, submeter a isso uma criança em formação, você vai rejeitar o menino porque ele não sabe escrever o” 3” ou o “a”! Estão iniciando a aprendizagem muito cedo... A escola quer fazer o seu nome...”

E referindo-se as creches:

“Às vezes a necessidade vira dogma... Por uma questão de necessidade, para trabalhar as mulheres tiveram que colocar seus filhos nas creches. Ai de repente as pessoas passaram, até para se conformar,- e alguns profissionais também reforçaram isso- a fazer verdadeiras apologias... Todos me dizem que sem a creche as crianças ficam egoístas, burras, quando vou na praça com meus filhos não é isso que eu vejo... Às vezes eu percebo o contrário, que as crianças de creche costumam ser mais agressivas, não querem emprestar os brinquedos... Talvez, por necessidade, elas desenvolvem desde cedo a competição, já que tem poucos adultos para recorrer... Cheguei a ver algumas creches... As crianças ficam sempre esperando os outros: os outros comerem, os outros se vestirem, tomarem banho, jantam num horário estranho, você chega as quatro, seu filho está jantando...”

Em sua fala observamos que ela critica tanto o mercado de escolas que sobrecarrega as crianças antes mesmo que elas ingressem nela (uma vez que a “preparação” para a prova de admissão é feita ainda na idade pré-escolar), como a

idéia de que a criança precise sempre da creche para tornar-se sociável e inteligente.

A riqueza desse depoimento parece estar, entretanto, além de uma crítica estrita à creche propriamente dita. Afinal é o funcionamento da mesma que ela questiona: o fato de estimular a competição(dispondo de poucos adultos) e de impor à criança um horário estritamente padronizado . Notamos também – quando nos fala dos “vestibulinhos” – que discorda do excesso de aprendizagem imposta como preparação para a escola. Os aspectos aos quais a entrevistada se opõe talvez sejam aqueles que persistem quando a creche funciona exigindo das crianças o mesmo ideal de excelência que os pais vivenciam na vida produtiva, impondo também uma rotina infantil que não atrapalhe o dia a dia corrido dos adultos. Fica aqui a pergunta : que outro modelo de creche poderia surgir se o trabalho dos pais lhes permitisse mais escolha?

O que nos chama a atenção entretanto é que os discursos críticos como os de C., são os que parecem ter menos voz: Afinal por que, como ela mesma nos diz, grande parte das creches e escolas voltadas para a classe média parecem apostar na idéia de que é preciso começar desde cedo a preparar a criança para competir? Uma possível resposta para essa pergunta seria a de que talvez lhes interesse mais, como empresas de ensino que são, aproveitar a apreensão dos pais quanto ao desempenho futuro dos filhos para valorizar mais o que oferecem. Em outras palavras, se a “qualidade total” impõe a colocação acelerada de novos produtos no mercado para aumentar o consumo e ganhar a concorrência, pode ser mais lucrativo para as escolas fomentar a ansiedade dos que se angustiam sobre a capacidade de inserção acadêmica e profissional do filho, uma vez que são eles os que anseiam cada vez mais por novos serviços e que, se necessário, pagarão mais para tê-los. Dessa forma a reprodução do capital parece ser duplamente beneficiada: por um lado é incentivada a formação desde a infância de sujeitos que buscam a competição, a excelência e o desafio no modelo dos novos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, é alimentado o consumo de novidades que movimenta o “mercado educacional”.

2.2

A desproteção como condição naturalizada

Rabelo de Castro (1998) vem apontando para os novos contextos em que a infância hoje pode ser vista. A família permanentemente ocupada e lutando pela sobrevivência, determina uma outra configuração onde os adultos se tornam mais raros e a criança convive mais com seus pais. Além disso, informações antes restritas aos mais velhos, encontram-se cada vez mais disponíveis para todas as idades através da mídia eletrônica dos novos jogos e brinquedos. Para a autora várias dessas mudanças sugerem que a criança coloca-se hoje num patamar menos hierárquico e mais “igualitário” em relação ao adulto. O modelo herdado da modernidade que apresenta a infância como época da imaturidade, justificando dessa forma uma subordinação aos pais, vem sendo substituído, segundo ela, pela imagem de uma geração mais inteligente que supera muitas vezes os mais velhos, por exemplo, quando lida com a nova tecnologia.

Embora seja possível reconhecer, como vimos no primeiro capítulo, que a tutela exercida pela família sobre os filhos contribuiu para submetê-los através da educação às exigências da sociedade capitalista, não podemos deixar de observar criticamente que a posição aparentemente mais igualitária conferida atualmente à infância nem sempre produz uma experiência de fato libertadora. Se observamos por um lado as crianças e jovens mais “soltos”, em geral menos cercados pelos pais, desde cedo nas creches, assistindo à TV, e tendo “voz” como consumidores, é possível, por outro lado, suspeitar que a nova organização do trabalho, através dos ideais de excelência e da redução da disponibilidade dos pais, pode contribuir para uma vivência mais solitária, principalmente durante a primeira infância.

A vida da criança de classe média, parece por isso estar hoje permeada de contradições: as chances de emancipação frente ao adulto apontam paradoxalmente para o risco da perda de importantes suportes. Teríamos aqui, talvez, o mesmo impasse presente desde o advento do individualismo moderno expresso na atual condição infantil? Afinal como permitir ao sujeito em desenvolvimento uma liberdade em relação às diversas formas de enquadramento e autoridade sem deixá-lo abandonado e exposto à própria sorte?

De um lado temos a criança, que vendo-se suficientemente assistida pelos adultos, aproveita de fato a nova liberdade de estar menos com seus pais, de ampliar desde cedo o contato com seus pares, ou mesmo de conviver com os novos arranjos familiares. Por outro lado, temos um bebê que, tendo seus pais assoberbados pelo trabalho, deve não apenas se acostumar desde cedo com uma presença mais rarefeita de adultos disponíveis, como corresponder precocemente às novas exigências sobre seu desempenho educativo. Da mesma forma, no nível do trabalho, podemos contrapor duas conseqüências da “flexibilização” dos vínculos: existem os profissionais que longe dos empregos estáveis ainda conseguem – o que vem se tornando raro – ampliar suas áreas de realização pessoal através de projetos próprios, e os que, ao contrário, por sua condição instável vivenciam apenas a insegurança a respeito de sua inserção.

Castel (1998), ao refazer a história do individualismo, oferece importantes contribuições para compreendermos o quadro atual. O autor aponta para o retorno em nossa sociedade de uma condição de desproteção gerada no início da sociedade industrial e representada pela figura dos antigos vagabundos. Durante muito tempo a história consistiu numa tentativa de reverter a ameaça de desagregação e desamparo contida na própria concepção de indivíduo separado e “livre” que então surgia.

Na sociedade medieval cada homem tinha o seu senhor, a ele devia-se fidelidade mas contava-se por outro lado com a sua proteção. Era assim tanto na relação do servo com o nobre, quanto entre os artesãos estruturados em ofícios, com atribuições definidas para mestres e aprendizes. A nobreza também se definia por suas relações de vassalagem. Nesse mundo, muitos homens podiam ser extremamente pobres, mas não havia quem não tivesse um lugar que definia também certas atividades. Estas faziam parte de sua posição social.

Desde o século XIV este regime viu-se às voltas com o problema de uma população crescente de pessoas obrigadas a circular em busca de ocupação. Esse tecido social torna-se aos poucos mais complexo quando comerciantes enriquecidos começam a submeter o trabalho de artesãos na cidade e de famílias no campo, enfraquecendo os vínculos tradicionais. Dessa forma começa a surgir uma massa desgarrada, que passando a não dispor de trabalho em sua localidade de origem é obrigada a se deslocar para tentar vender a sua única propriedade: a

força produtiva . Estes seriam os então chamados vagabundos, condenados pela legislação medieval que não reconhecia a condição desses homens, situados fora de qualquer posição.

O desenvolvimento industrial tentou oferecer uma resposta ao problema dessa população excluída, ao mesmo tempo em que precisava de sua existência para compor o contingente de operários. Os homens foram finalmente autorizados a vender seu trabalho: o mercado surgia como possível instrumento de inclusão, que ao invés de condenar os vagabundos, permitiria a sua absorção como mão de obra nas fábricas.

Entretanto, as chamadas mãos invisíveis do mercado mostraram-se incapazes de incluir de modo pleno essa população. As condições de trabalho desumanas e a instabilidade que caracterizou os primeiros trabalhadores se traduziram nas grandes revoltas do século XIX na Europa.

Castel (1998) nos mostra como o individualismo “positivo”, que apresenta o sujeito como ser independente e autônomo, senhor dos seus empreendimentos, era representado na figura do burguês que tentou recompor o conjunto social sobre uma base contratual. O contrato, entretanto, é supostamente um acordo entre seres independentes, donos de seus bens e em princípio livres. O problema do chamado “individualismo negativo” se coloca quando nas relações de trabalho, essas prerrogativas são aplicadas a pessoas que da liberdade conhecem apenas a falta de suportes, sendo seu único bem a força de trabalho. São portanto obrigados a se comportar como seres autônomos, como se pudessem de fato aceitar livremente as condições de trabalho , quando, na verdade não tem outra opção.

O contrato pressupõe a destruição das proteções coletivas, antes asseguradas pelas relações tradicionais que estruturavam tanto a vida das famílias extensas quanto o modo de produção da sociedade feudal. Os primeiros trabalhadores industriais vivem portanto um processo de desfiliação em massa, que conjuga uma inserção precária no trabalho e um rompimento de sua rede de relações próximas.

Diante das revoltas que passaram a ameaçar a viabilidade da própria sociedade industrial foi necessária a criação de mecanismos que permitissem um mínimo de inserção e de estabilidade a essa população. Assim de modo progressivo, desde o século XX, o Estado de Direitos determinou a submissão dos contratos a uma ordem coletiva. O “indivíduo” passou a contar com novas

proteções reguladas juridicamente. Como trabalhador, o sujeito começa a ter o seu pertencimento a uma categoria profissional reconhecido, o que lhe permitiu certas garantias. Assim o risco de um individualismo por subtração, em que a perda dos vínculos consistia numa experiência de abandono, foi contornado por leis abstratas. Estas últimas, por serem impessoais dependiam menos da localidade ou dos vínculos de cada um, substituindo as antigas relações de proximidade por uma organização burocrática e jurídica do Estado.

Mesmo com as críticas que se pode fazer a esse modelo de regulação, ele vigorou como tentativa de tornar viável a “sociedade de indivíduos”, retirando o peso de uma autonomia imposta àqueles que de fato não tinham condição de exercê-la. Além disso podemos notar, como sugerido no primeiro capítulo deste trabalho, que a própria família nuclear que então surgiu como refúgio protetor, tentou oferecer também uma experiência de pertencimento compensatória ao sujeito, evitando a ruptura total de seus laços de inserção.

Hoje entretanto, o que vemos, segundo Castel é uma volta desse modelo onde a solidão é falseada como liberdade. Pela retração das funções protetoras do Estado, pela redução dos empregos e pela fragmentação do trabalho, o sujeito se vê obrigado a um esforço contínuo para vender a si próprio no mercado, que aparece novamente como o único organizador. Dessa forma embora a proposta seja a de uma maior liberdade – do trabalhador em relação aos empregos fixos, da iniciativa em relação aos enquadramentos institucionais – o que de fato se estabelece como tendência majoritária é a precariedade e instabilidade. Os desempregados de longa data, o jovem a procura do primeiro emprego, aqueles que por serem precocemente afastados do trabalho devem montar seu negócio próprio, e a busca eterna por educação e qualificação exemplificam essa condição. Para o autor é como se nossa sociedade passasse mesmo a aceitar a vulnerabilidade e o isolamento como condição humana “natural”. Essa concepção implica numa desistência de incluir o sujeito em coletividades, o que constitui, segundo ele, uma configuração social inédita.

Minha sugestão é que atrás do elogio à criança livre de nosso tempo, mais inteligente e independente, que parece dispensar a proteção do adulto, convivendo entre seus pares e exposta desde cedo aos desafios variados de uma educação diversificada, pode esconder-se a mesma condição de solidão e

vulnerabilidade vivida hoje nas relações de trabalho, e tida como aspecto “natural” da vida. Em consonância com esse modelo, o cuidado infantil (seja dos pais ou de outros) deixa de incluir uma gradual apresentação à cultura mais ampla que permita à criança dela participar a seu tempo. A própria vinculação afetiva do sujeito em desenvolvimento numa relação intensa e estável com o adulto pode deixar de ser desejada, passando a conter o risco de limitar suas potencialidades de inserção num mundo que rejeita por completo as proteções.

Essa concepção segundo a qual o cuidado aparece como risco de cerceamento da individualidade infantil foi claramente denunciada por algumas mães que, ao optarem por passar mais tempo em contato com seus filhos, são por isso veementemente criticadas por muitas de suas colegas. “Proteção desprotege” parece ser a palavra de ordem, que se estende da empresa até as relações familiares. Temos, muitas vezes, em função disso, uma passagem da rigidez que antes obrigava todas as mulheres a dedicarem-se exclusivamente a casa e aos filhos para a imposição social de um afastamento capaz de assegurar o desenvolvimento “autônomo” da criança.

Como nos diz F. grávida de 9 meses que optou por não trabalhar para cuidar de seu filho.

“Hoje acham esquisito, me olham de lado quando digo que resolvi ficar em casa. Minhas amigas dizem que vou deixar meu filho egoísta, mimado, que vou acabar perdendo qualidade, por buscar quantidade... Eu penso que na primeira infância a quantidade de tempo também é fundamental... As pessoas acham que vou ficar infeliz, que vou deixar meu filho infeliz ... Não percebem que nesse momento da vida não estou querendo trabalhar...”

Um outro pai, G. engenheiro, 37 anos (pai de H, 14 anos e de I, 4 anos) trabalhando em uma empresa multinacional, participa de um projeto de educação para o trabalho com crianças de 10 a 12 anos em algumas escolas públicas e privadas. Ele enfatiza o ideário da competição, onde as crianças em equipes não devem ser ajudadas pelo adulto, mas devem desde cedo resolver por si mesmas as situações. Cada um deve, segundo ele, aprender a apontar as falhas no trabalho dos outros. Falando do projeto:

“Eles percebem na prática a importância do trabalho em equipe. E aí “a gente” reforça isso... Deixa as coisas acontecerem ou melhor não acontecerem... Então nós perguntamos para eles: o que aconteceu? E aí as pessoas começam a lavar a roupa suja... o fulano não veio, não fez... Eles percebem que se não houver cooperação de todos as coisas não andam. Eles percebem isso muito na prática...É uma competição: Essa mini-empresa é realmente uma empresa, antes de tudo eles se capitalizam e depois eles vendem cotas de ação. Se eles não fizerem direito no final a cota de ação que valia 10 reais baixa para 5, ou 2, ou nada...”

Observamos aqui que pedir às crianças para cooperarem com seus pares sem que contem com a ajuda do adulto para administrar seus conflitos significa pedir que “não falhem” e que “façam tudo direito”. O espírito de equipe e de iniciativa pessoal, parece basear-se numa enorme pressão vinda de todos contra todos que pode acabar deixando-os de fato muito sozinhos. Cada um individualmente deve agir com máxima eficiência para maximizar os ganhos da “mini empresa”.

Pude também notar algumas falas mais contraditórias que são, por isso mesmo, significativas: ao mesmo tempo em que sinalizavam criticamente para o fato de a infância tornar-se mais desprotegida em função do trabalho dos pais, acabavam naturalizando essa situação como parte inevitável das experiências. Dentro dessa lógica não deveríamos “poupar” nossos filhos sob risco de prejudicar o seu amadurecimento. Como nos diz J. 35 anos, (pesquisador tendo também uma mini- empresa própria), pai de K. 2 anos.

(...) Hoje em dia a questão da creche ou da escolinha ela vem muito mais em decorrência do trabalho dos pais do que da necessidade da criança de ir com 2 anos para uma escola... O máximo que você pode fazer é procurar a melhor escola... Para a criança mesmo o melhor seria começar o ensino mais tarde (...)

E entretanto, pouco depois ele mesmo diz:

(...) “Hoje você não só tem que trabalhar como tem que ter vários empregos... Então isso com certeza surge: não ter o pai porque o pai está no trabalho, essa é uma questão inevitável, sem solução... E as situações geradas aqui eu acho que são importantes mesmo para a formação. É uma questão que envolve desde cedo a perda, o distanciamento.”

O que podemos ver com esse depoimento é que as perdas a serem vividas pela criança, e que são consideradas naturais e importantes para o desenvolvimento, são ditadas por uma organização do trabalho que não parece aos pais como passível de ser transformada. Nesse sentido da mesma forma que o indivíduo isolado é confrontado com uma realidade social pouco acolhedora, a escolaridade precoce pode surgir como imposição que desconsidera o ritmo que permitiria à criança dela participar sem se submeter.

É interessante observar também como, uma vez que o sujeito não se vê podendo evitar as frustrações relacionadas ao trabalho, devendo conformar-se sozinho às novas solicitações, as antigas formas de parentalidade passam a ser acusadas de serem por demais protetoras, tendo por muito tempo despreparado os indivíduos para enfrentar a real competição que hoje se manifesta plenamente. Desse modo, uma das entrevistadas, L. (38 anos, mãe de M – 1 ano) – ao vivenciar a angústia de ter que conviver com seu marido atualmente “deprimido” nos fala:

“Eu sinto que aqui em casa eu tenho que tomar conta da casa inteira: de bebê, de marido... É ele que me dá mais trabalho (referindo-se ao parceiro)... Vive deprimido sempre me pedindo ajuda, me sinto sugada ...A depressão é muito em função do trabalho, do dinheiro...Eu sempre busquei sozinha a minha estabilidade porque nunca quis sofrer essas coisas... *mas ele não foi preparado para isso, a mãe dele sempre protegeu muito ele, sempre lhe disse: “não precisa trabalhar agora”...Acho que o problema é por aí, a criação dele não foi legal...* “

Ao criticar a postura da mãe de seu marido que o teria fragilizado com seus cuidados, tornando-o incapaz de cumprir com as exigências atuais de trabalho, a entrevistada aponta para um novo modelo de parentalidade que parece surgir hoje. Se o trabalho protege menos, a única “proteção” que o refúgio familiar pode oferecer aos filhos é desprotegê-los o mais rápido possível. Assim o espaço privado parece devorar a si mesmo como espaço protetor na medida em que, mostra-se cada vez menos capaz de influenciar o mundo do trabalho.

2.3

O conflito atual entre Família e Trabalho

Ao apontar para as transformações subjetivas relacionadas às mudanças atuais no mundo do trabalho, Sennett (1999) irá comparar duas gerações de pais e filhos. O autor vai descrever as transformações no conjunto de crenças relacionadas à vivência familiar e à esfera produtiva.

O homem que teve sua vida adulta a partir do pós guerra, tendo vivido durante o apogeu do chamado Estado de Bem Estar, esteve cercado por uma realidade de emprego estável, de sindicatos fortes que o protegiam, podendo prever de modo exato o momento de sua aposentadoria e o quanto receberia. Desse modo estava inserido numa realidade onde o tempo previsível lhe dava um senso de autoria sobre a própria vida. A constância de seus vínculos acontecia não só no trabalho como na convivência com a comunidade, permitindo assim que outras pessoas fossem testemunhas de sua trajetória, contribuindo para a construção de sua identidade e de seu caráter.

Embora pudesse pertencer a uma escala social inferior, a estabilidade de sua condição lhe permitia concretizar para seus filhos o sonho da ascensão social. Nesse sentido seu objetivo era trabalhar duro para economizar e custear-lhes uma educação universitária – tendo como ideal promover melhores condições para sua família e em especial para a geração seguinte. Com isso sua vida era mais orientada para o adiamento da satisfação, para a contenção dos gastos e para a construção do futuro. O tempo dedicado à atividade produtiva era também nitidamente separado do tempo dedicado à vida privada. Ao mesmo tempo, as lutas sociais tinham levado ao estabelecimento de um compromisso entre os trabalhadores e as empresas, favorecendo um senso de lealdade que se harmonizava, ainda que parcialmente, com aquela esperada no âmbito familiar.

Ainda que pertencesse a uma classe desfavorecida, o sujeito podia relacionar com alguma coerência certas ações aos resultados alcançados, já que podia prevê-los com certa segurança. Dessa forma para Sennet, a história de trabalho estava relacionada, nessa época, a uma narrativa de conquistas próprias, que permitia ao sujeito retirar delas uma ética, um conjunto de crenças que podiam ser transmitidas aos filhos como estratégias de ação.

Toda essa configuração vai passar por mudanças radicais segundo o autor na medida em que o trabalho atualmente passa a não mais incluir carreiras claramente definidas. Diferente do antigo caminho linear por poucas instituições, hoje o trabalho exige do sujeito não só que mude de emprego várias vezes ao longo da vida, como que diversifique também suas atividades e aptidões na medida em que orienta-se para projetos variados. O mercado agora, sendo movido mais diretamente para o consumo impõe o fim do planejamento a longo prazo, sendo que muitos trabalhadores e pequenas firmas passam a ser contratados segundo a necessidade momentânea.

Isso significa que o sujeito será tão mais eficiente quanto puder se acomodar a enxurrada de novidades, tendo que deixar sempre para trás referências e idéias que construiu em experiências precedentes. Ao mesmo tempo, de modo paradoxal, ele é solicitado a trabalhar em equipes de modo integrado, colaborando com seus parceiros, mesmo que os contextos e as pessoas variem incessantemente.

Sennet nos fala em especial da superficialidade do ethos colaborativo de equipe uma vez que nela são condenados o conflito e a dependência. A equipe deve funcionar como uma unidade que obedece a padrões comuns necessários à “saúde financeira” da empresa. A “solidariedade” apenas circunstancial entre as pessoas envolvidas não permite a confiança de que possam acontecer discordâncias sem que as relações se rompam. Ao mesmo tempo ocorre a diluição da autoridade nos grupos de trabalho em que o chefe aparece mais como mero “facilitador”. Ninguém mais se responsabiliza pelo grupo: estão todos mais “autônomos” porém por conta própria. Dessa forma o que possa vir a acontecer com a equipe, incluindo sua dissolução ou a demissão de seus membros é tido como mera consequência abstrata do jogo econômico. A igualdade e o enfraquecimento da hierarquia nesse sentido, significam que todos estão, da mesma forma, sujeitos a certas derrotas pelas quais nenhuma autoridade responde.

De forma resumida podemos dizer que o dinamismo de mercado promovido por um capital impaciente que precisa da mudança constante para gerar o retorno rápido, pressupõe uma subjetividade capaz de inserir-se em contextos distintos a cada momento. Ao mesmo tempo a redução das medidas assistenciais do Estado

em nome da iniciativa e do esforço pessoal impõe a condenação da dependência, trazendo a suspeita de que qualquer ajuda social seria promotora de parasitismo e de acomodação. Nesse sentido, o autor vai criticar a suposição de uma independência absoluta do indivíduo, sugerindo que esse modelo é insustentável, abalando qualquer forma de coesão social, inclusive a da própria família.

A temporalidade do trabalho voltada hoje para o curto prazo entra em conflito com o ethos familiar que pressupõe compromissos de longo prazo. Um sujeito lançado à “deriva” no universo social mais amplo se vê muitas vezes tentando salvar no espaço íntimo uma experiência de pertencimento cada vez mais ameaçada. Essa mudança terá enormes projeções sobre a relação entre pais e filhos. Nas palavras de Sennet:

(...) O comportamento que traz o sucesso ou mesmo a sobrevivência no trabalho pouco dá a Rico para oferecer como modelo paterno. Na verdade para esse casal moderno, o problema é exatamente o contrário: como podem eles evitar que as relações familiares sucumbam ao comportamento a curto prazo, ao espírito de equipe, e acima de tudo à fraqueza de lealdade e do compromisso mútuo que caracterizam o moderno local de trabalho? (...)
(Sennett, 1999 p. 27)

Podemos portanto imaginar que assistimos a um momento onde as contradições da própria família nuclear, tal como ela foi constituída no início da modernidade, ganham relevo especial. Se a grande valorização da privacidade nasce, como vimos no primeiro capítulo, de um retraimento em relação aos compromissos e lealdades na esfera pública, como poderá a família sobreviver quando a organização atual do trabalho impõe uma falta de vínculos tão extrema que chega a ameaçar a preservação de qualquer laço interpessoal.

Ilustrando essa situação, o autor descreverá uma família que foi obrigada a mudar-se várias vezes em função do trabalho, sendo que o pai tornou-se finalmente consultor, tendo sua empresa própria. Mostra como esse homem não se sente dono de seu tempo, e como é obrigado a sacrificar o contato com os filhos em nome do horário de seus clientes ao qual deve submeter-se sem reservas. Teme ver as crianças transformadas em “*ratos de shopping center*” já que, quando as coisas ficam difíceis na empresa ele “*não conhece seus filhos*” (Sennett, 1999, p. 21). A impossibilidade de planejar sua rotina de trabalho que é atravessada pela imprevisibilidade do momento leva a inconstância de seu contato

com a família impedindo-o de cumprir as promessas que faz. É por isso que teme estar pronunciando palavras vazias ao falar em casa sobre responsabilidade e compromissos mútuos.

É possível que a família atual, com a perda de autoridade dos pais, faça com que ela se assemelhe mesmo ao modelo de equipe tão valorizado no trabalho. Ao mesmo tempo em que é suposta cada vez mais a igualdade entre seus membros, são afirmados valores apenas vazios de colaboração e compromisso, porque estes não se concretizam diante da vulnerabilidade e das mudanças constantes impostas de fora. Em outras palavras: embora tudo seja discutido entre pais e filhos como num time cooperativo, todos são, na prática, obrigados a organizar suas vidas em função da instabilidade trazida hoje pela organização produtiva. Nesse sentido, a exigência de qualificar-se bem para o trabalho pode apresentar-se como obrigação indiscutível, contrastando com a expectativa de relações menos autoritárias e mais livres entre os pais e as crianças. O depoimento de um dos entrevistados, engenheiro elétrico, tendo aberto sua própria loja depois de ter sido demitido ilustra bem esse aspecto:

“(...) Hoje em dia somos várias pessoas morando na mesma casa, tem problemas e tentamos negociar. A conversa, o modo de falar, ninguém está impondo nada, estamos apenas negociando... Isso não existia na minha época... Mas o trabalho está muito mais difícil. Antigamente era outro tipo de trabalho, você tinha que ter um dom, uma inteligência específica, por exemplo saber consertar... Hoje em dia é outro tipo de inteligência, saber de tudo, você mexe com computador, com imagens, cada hora te pedem uma coisa... Está tudo mais difícil, conseqüentemente as pessoas trazem as frustrações para casa, ocorrem brigas e o diálogo acaba, às vezes não quero falar com ninguém. Antigamente eu ria, brincava... Hoje eu fico vendo a minha frustração de não ter estudado mais, devia ter feito uma pós graduação... Por isso eu digo às minhas filhas: estudem muito, porque de repente vocês saem pela tangente, vão indo...”

Observamos em sua fala como os pais não tendo voz no mundo do trabalho, pouco podem criticar o modelo de competência que se coloca hoje para a criança. Resta-lhes então estimular o filho para que se qualifique, preparando-se para o que possa vir a ser solicitado dele no futuro. Diante da desvalorização atual das lutas políticas, a qualificação aparece, talvez, como tentativa última do sujeito de exercer algum poder sobre seu próprio destino e de seus filhos. A competência

tão procurada alimenta ainda a idéia de um refúgio seguro, mesmo que em nome dele seja necessário, paradoxalmente, expor a criança às enormes exigências de desempenho. Entretanto, ao que parece, a obsessão atual pela educação pode ser uma tentativa apenas frustrada de controlar as circunstâncias incertas, isso porque a enorme variação das atribuições requisitadas hoje pelo mercado de trabalho confere poucas garantias de inserção estável, mesmo para aquele que tornou-se qualificado.

Em algumas entrevistas apareceu com clareza o conflito que se coloca hoje quando se tenta conciliar os papéis sociais de pai e trabalhador. Foi comum os sujeitos descreverem o momento do nascimento de um filho como aquele em que passaram a sentir-se “presos”, buscando o sustento e a segurança da família acima de tudo. A partir do momento em que se tornaram pais deveriam lutar para o bem estar e conforto na casa, devendo por isso trabalhar mais e desistir de certos sonhos ou de atividades “alternativas” que não lhes garantiriam o sustento. Entretanto, ao buscarem hoje, com afinco a sua inserção no mundo produtivo, viam-se diante de uma disputa tão acirrada e da necessidade de uma dedicação tão integral ao trabalho, que acabavam insatisfeitos com a assistência limitada que ofereciam aos filhos e com a falta de coerência entre as vivências no trabalho e os ideais éticos que ainda pretendiam lhes transmitir.

Um dos entrevistados, N 29 anos, administrador, pai de O (2 anos), nos conta que depois de saber da gravidez de sua mulher entendeu que deveria buscar algo melhor para ganhar mais. É então que troca o seu emprego numa empresa de transportes – onde, além de receber pouco, trabalhava muitas vezes em projetos que o sobrecarregavam – por uma firma de consultoria que resolve abrir em parceria com alguns colegas. Tendo ficado decepcionado com a “falta de ética” desses parceiros, ele passa a trabalhar sozinho em casa, aprendendo a conciliar suas atividades com a rotina familiar. Ele vive então uma crescente fragmentação de suas relações de trabalho, passando de empregado a consultor autônomo, exposto à instabilidade de seus ganhos. Ele então nos fala:

“É difícil passar alguns valores nesse contexto em que estamos... O trabalho nos expõe mais... Como vou explicar hoje o egoísmo que precisamos ter para sobreviver? E depois, não tem jeito os problemas do seu filho são fracassos do pai e da mãe, o resto influencia, mas foi você que educou. Fica o faça o que eu digo mas não faça o que eu faço, é complicado...Em qualquer meio

profissional hoje você tem que fazer coisas que não são coerentes com o seu discurso... E fica aquela coisa : o que adianta dizer para a criança não bater se o adulto bate.”

E referindo-se ao trabalho em casa como consultor independente:

“Nós vivemos na mesma casa, mas tanto eu quanto a P.(companheira) estamos tão absorvidos com determinadas tarefas que a gente não se fala... Criança exige de você uma dedicação que você tem que dar...Eu mesmo às vezes estou lá fazendo algo para um cliente e a P. me pede alguma coisa. Eu tenho que me segurar porque a primeira coisa que eu penso é: puxa vida, mas eu estou aqui ganhando, vou perder duas horas de trabalho? É difícil administrar isso: duas horas de trabalho são 100 reais, eu vou ganhar isso ou vou pegar o E. na creche? Às vezes eu e a P. até discutimos. O ideal é que pudéssemos ter esse tempo, mas eu não vejo nenhuma saída prática”.

Esse depoimento parece nos sugerir alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, os pais podem continuar sentindo que a responsabilidade sobre o caráter do filho ainda depende exclusivamente deles, e isso apesar da dificuldade que encontram hoje em transmitir-lhe uma ética diante da cultura do individualismo extremo. Além disso o trabalho a domicílio em tempo “flexível”, parece estar longe de permitir um contato mais pleno entre os membros da família. De fato, a tarefa e seu instrumento (o computador) estão “sempre ali”, trazendo um grande conflito. Agora que N. não é mais empregado, tendo se tornado consultor autônomo, procurando corresponder a esse ideal máximo da organização produtiva, parece caber a ele todas as escolhas: usar todo o seu tempo para vender-se no mercado ou atender ao filho, sendo coerente com seus compromissos? De que forma irá proteger melhor a família? A crença de que no final, qualquer que seja a decisão, o sujeito deve ser o único responsável pelo próprio destino, pode, talvez, trazer uma vivência intensa de culpa, que varia apenas a sua direção: em relação ao trabalho, ao filho, ou ao parceiro amoroso.

2.4

A “ética” do consumo

Segundo Baumann (2000) o que caracterizou a era moderna foi à crença na idéia de progresso. O futuro numa sociedade de produtores seria visto como criação, e o trabalho industrial seria o meio para construí-lo. Esta idéia fazia com que o homem se sentisse comprometido com a promoção de um crescimento econômico que exigia a participação de cada um. A sociedade de mercado, obedecia a certas leis abstratas externas à vontade humana, mas que podiam entretanto, ser antecipadas, o que permitia ao homem planejar o seu destino integrado a um projeto coletivo do que seria a “boa sociedade”. Mesmo na idéia original que promoveu o liberalismo econômico, a livre iniciativa individual traria no final a felicidade para todos, não deixando de incluir a idéia de uma construção social pela ação. Tratava-se de uma concepção então inovadora que se opunha à visão medieval de uma ordem divina e imutável.

Hoje entretanto, com a redução dos mecanismos protetores do Estado e com as freqüentes mudanças na estrutura das empresas (que perdem a solidez da estrutura fordista), as pessoas desistem de um projeto político que incluía a promoção de um futuro comum. Com a incerteza provocada pela substituição dos empregos pelos projetos de curto prazo, a idéia de progresso social é reduzida a uma batalha individual para a própria sobrevivência imediata. Nesse sentido, a ética do trabalho, que como vimos, na concepção de Weber (2001[1904]) envolvia o adiamento da satisfação em nome de uma felicidade a ser vivida no futuro, é em grande parte substituída por uma ética do consumo que envolve a pronta busca de satisfações. Não apenas no trabalho, mas na vida é preciso aproveitar as “oportunidades imediatas”, as melhores jogadas, onde o planejamento não vai além de alguns poucos lances.

Para Baumann (2000), na cultura atual o trabalho, as mercadorias e também os relacionamentos devem ser apenas consumidos. Até mesmo as parcerias amorosas, quando deixam de satisfazer, devem ser abandonadas como as peças estragadas de um automóvel (que tendem a ser compradas e não concertadas), ou como os operários demitidos. Nessa lógica, tudo deve satisfazer pouco, deixando espaço para a aceitação de novidades a serem consumidas. O sujeito ideal não

deve prender-se a nada, estando livre de envolvimento assim como o próprio capital volúvel hoje se apresenta.

Entretanto, quando pensamos na idéia de infância concebida desde a modernidade, notamos que ela pressupôs a noção, agora decadente, de um planejamento do futuro representada também pelo próprio desenvolvimento infantil. A criança concebida em suas particularidades exigia dos adultos certos sacrifícios para criá-la, recompensados pela idéia de que seria possível no final incluí-la plenamente na ordem social e produtiva. Por outro lado podemos considerar que a concepção mais nítida do que era o trabalho no tempo da empresa Fordista permitia também uma idéia mais clara do que se esperava do sujeito no final de seu processo educativo. A estabilidade profissional podia tornar menos ameaçadores os pequenos desvios ou atrasos da criança, já que a vida era construída a longo prazo e não “consumida” no tempo imediato.

Pensar na criança como vivendo um processo maturacional gradual, envolvia também preservá-la de certas experiências. Cuidar dela, seria evitar que tivesse acesso precoce ao universo adulto. Dessa forma o progresso social, previsto e planejado há seu tempo, encontrava respaldo na própria idéia de aperfeiçoamento gradual do sujeito que ocorreria na infância. Se os homens moldavam com seu trabalho a sociedade, o amadurecimento do sujeito era também uma construção que dependia de quem cuidava da criança.

Observamos, hoje a encruzilhada vivida pelos pais quando percebem que diante da incerteza do trabalho perdem a capacidade de planejar a sua própria vida e a dos filhos. A possibilidade de sustentar o adiamento de uma satisfação pessoal em nome do futuro, deixa de ter a mesma importância de antes. A idéia de uma parentalidade “prática”, que prefere comprar pronto ao invés de acompanhar a criança de perto, parece concorrer hoje com o antigo ideal de dedicação aos filhos.

Dentro dessa lógica onde se deve agarrar o imediato na impossibilidade de comandar nossos rumos, não faz mais sentido adiar o contato da criança com certos estímulos. Os produtos aos quais passa a ter acesso, em especial através da mídia eletrônica, antecipam certas informações que outras gerações não tiveram acesso nessa fase da vida. O segredo sobre certos temas adultos termina: em especial a sexualidade, as guerras e a violência, são transmitidos de modo

acelerado deixando pouco tempo para que a criança se posicione a respeito. Assim a criança “inteligente” de nosso tempo conhece mais cedo a realidade, sendo entretanto, muitas vezes, colocada diante dela na posição passiva de consumidora, que, como nos diz Baumann, não modela os objetos nem a história, mas meramente recebe o que já é dado de fora.

O paradoxo se apresenta contudo, quando através do oferecimento permanente de novidades aos filhos, os pais desejam ainda assim recuperar alguma possibilidade de construção do futuro com as crianças. Isso acontece, na medida em que ao apresentarem muitos estímulos que mudam a todo momento (com a mídia, os brinquedos, a escola, e a creche) e que envolvem pessoas e situações diferentes (vários professores, turmas que variam, especialistas, recreadores, vendedores), pretendem também formar crianças capazes de se adaptar à falta de solidez dos vínculos, consumindo sempre novas experiências. É como se, por um lado, fosse necessário educar os filhos para a fluidez, para, por outra parte, tentar garantir-lhes, inversamente, alguma inserção minimamente estável num mundo que tem a mudança como valor máximo. É como nos diz Q. 35 anos, administrador, pai de R (8 anos), atualmente trabalhando na área de propaganda de uma empresa.

(...) Eu penso no modelo da Internet para educar meu filho. Uma página se abre para outra o tempo todo, o negócio é não parar... Você pode sempre ir mais um pouco... Eu deixo ele mesmo pesquisar, mas tento abrir para ele o máximo de sites, ele chega a um e eu mostro que tem mais, que aquilo é feito para continuar... Por isso eu gosto da escola... O integral tem essa proposta de que a criança possa saber sempre mais, por isso precisa ficar mais tempo... Acho que depois fica mais fácil enfrentar o que vem por aí, o inesperado, a novidade...”

Observamos que, segundo o entrevistado a educação seguindo o modelo da Internet, coloca para a criança a exigência de ir sempre em frente, como nessa rede em que a busca não tem um ponto de chegada. A “liberdade” aqui parece ser pensada prioritariamente em termos de escolha dos “sites”, ou seja do que será consumido. O ritmo intenso imposto à experiência pode não permitir ao sujeito o tempo necessário para que modifique o que é encontrado.

A vivência de que nos fala Baumann de que viajamos hoje sem uma esperança significativa de comandar nossos rumos pode ser ilustrada também

no trecho que cito abaixo de um texto distribuído aos pais pela escola que o entrevistado elogia.

(...) Enquanto no passado a metáfora que explicava como funciona a vida foi o ato de subir uma montanha, isto é, realizar pequenos passos cumulativos levando até um patamar onde poderíamos descansar, agora, devido à complexidade e à velocidade de mudanças, é mais apropriado usar a metáfora da corredeira, isto é, cada um de nós está num bote, num rio caudaloso, cheio de pedras, correndo risco de nos afundar, e temos que tomar decisões estratégicas e táticas com rapidez, sem nenhuma garantia de encontrar um lugar seguro para aportar. Neste cenário meio sombrio e assustador, como preparar o aluno para ser um remador e navegador que, no mínimo sobreviverá, mas que esperamos, venha a ter êxito como profissional? (...)”

Podemos a partir das reflexões de Baumann, considerar que toda a problemática do consumo infantil não pode ser destacada da questão do trabalho. Como vimos, é também na inconstância desse último que se introduz o modelo no qual nada deve sustentar-se por muito tempo.

2.5

Sobre a governamentalidade contemporânea

Veiga-Neto, procura pensar a noção de governamentalidade de Michel Foucault, apontando para suas transformações contemporâneas. Nos lembra como essa forma de poder decorre de um deslocamento ocorrido no início da era moderna quando a arte de governar o Estado afastou-se das habilidades e virtudes pessoais do governante e centrou-se na busca por princípios gerais, fazendo da população seu principal objeto. Desde então foram desenvolvidos diversos saberes e técnicas que se voltaram para a regulação da vida de forma a torná-la útil ao modo capitalista de produção. Estas se desdobraram em duas formas: por um lado dirigiam-se ao indivíduo, na forma do poder disciplinar que procurou controlar minuciosamente os corpos e as condutas – seja na família, nas escolas, fábricas, hospitais e presídios, tendo dado origem às ciências humanas- e, por outro lado, buscaram a regulação das populações, através de intervenções dirigidas a todo o corpo social ou aos grupos tomados globalmente, tendo esta

forma dado origem às ciências sociais como a estatística, a economia e a demografia.

Entretanto, no caso dos dispositivos reguladores que aqui nos interessam, como pensar aqueles que incidem atualmente sobre a família por trás das mudanças que hoje ocorrem permanentemente em suas configurações? Se as relações aparecem, como vimos sob formas mais fluidas, com parcerias amorosas que se formam e se rompem segundo as circunstâncias do momento e com as crianças sofrendo influências mais diversas na construção de sua subjetividade (mídia, maior contato com os colegas, escolas e creches com vários conteúdos) como ainda assim detectar o tipo de controle que nelas se faz presente?

Veiga-Neto (2000) mostra contudo, como, apesar desse aparente louvor às escolhas individuais, o neoliberalismo pode ser entendido também dentro do âmbito da governabilidade do Estado e dos micropoderes e saberes que procuram gerenciar a vida. Para o autor falar em bom governo de Estado implica falar em uma economia do governo a partir da qual se possa obter os maiores resultados a partir dos mínimos esforços. Essa estrutura, implica uma avaliação constante para que possa funcionar dentro da maior eficiência. É nesse sentido que no fim do século XX, tanto o socialismo quanto o Estado de Bem-Estar serão vistos como modelos pouco econômicos uma vez que implicariam uma inflação pouco racional dos mecanismos de governo. Em outras palavras: seria preciso governar menos para governar melhor.

A crítica feita a esses regimes se intensificou, segundo ele, a partir de uma mudança ocorrida nas últimas décadas, quando emerge a constatação de que uma maior lucratividade viria através da multiplicação das demandas de consumo, o que implica uma produção mais variada. Desse modo tornou-se necessário que, a família, a escola e a empresa pudessem “produzir” ativamente homens também mais diversificados, que viessem a trabalhar e consumir de diferentes formas, e que para isso se acreditassem ainda mais livres e autônomos do que até então teriam sido.

O autor aponta que o neoliberalismo, em função dessa nova configuração que exige uma aceleração do ciclo produção/consumo através da criação de novas demandas e formas de trabalhar, vai radicalizar o projeto liberal que nasce na modernidade. O homem não será mais descrito como essencialmente econômico,

capaz de naturalmente funcionar para o mercado, indivíduo que encerra em si mesmo a lógica utilitária global que regeria a sociedade como um todo. Agora ele será considerado como aquele que, sendo potencialmente capaz de realizar as escolhas mais vantajosas, precisa entretanto ser ensinado a fazê-las por si mesmo, em circunstâncias múltiplas, através da exposição a situações e estímulos variados. Apenas com esse aprendizado, oferecido também pela escola e pela família, o sujeito pode tornar-se útil no cenário atual, internalizando ainda mais os mecanismos de controle, que apresentam-se, nesse caso, como se fossem suas próprias opções. É nesse sentido que o Estado hoje estimularia ativamente a competição, transformando-se ele mesmo numa grande empresa que promove ajustamentos ao livre mercado em todas as áreas da vida, inclusive na educação.

Deleuze (1990), por sua vez, refere-se a uma transformação onde os confinamentos disciplinares produzidos pela família, escola, fábricas, hospitais e presídios que antes modelavam sujeitos padronizados através do esquadramento do espaço e do controle de seus gestos no tempo, são substituídos por moldes que se espalham por todo o tecido social, determinando para cada pessoa, a cada momento uma posição distinta e única, de modo que ela satisfaça com precisão a uma economia em constante transformação. Com isso as antigas fronteiras entre as instituições disciplinares começam a desaparecer, bem como o sujeito universal que antes produziam. Um exemplo disso é o caso da união entre família, escola e empresa, num processo de regulação que se traduz hoje na chamada “formação permanente” (Deleuze, 1990, p. 221).

Assim observamos que as práticas de controle sobre a infância operadas pela família, pelos profissionais e pela mídia, inseridos que estão nesse contexto, podem mostrar-se mais diversos em suas formas de atuação. Atualmente a diferença interessa economicamente, desde que as pessoas sejam levadas, nos variados grupos e contextos, a fazerem as escolhas mais “vantajosas” e “racionais”. Para cada um, em cada momento, existe um caminho certo a ser seguido para aumentar as suas competências e as chances de sucesso.

2.6

Defesas no trabalho e parentalidade

Dejours (1999) ao constatar a falta de resistência coletiva às atuais condições laborais tão adversas, busca explicá-la através das defesas psíquicas do trabalhador. O autor quer entender como é possível que os sujeitos se submetam à injustiça, sob uma aparência de normalidade. Como pode o sofrimento intenso, embora tão presente, não culminar em movimentos transformadores? Nesse sentido ele critica a tradição sindical que desqualifica a experiência subjetiva como herança secundária da cultura burguesa, colocando-a, ao contrário no primeiro plano para compreender os fatores que limitam hoje a ação coletiva.

Segundo o autor, muitos que trabalham sentem-se culpados em falar de suas dificuldades, quando outros estão numa condição pior, isto é, desempregados. Entretanto, a desconsideração defensiva do próprio sofrimento perturba também a sensibilidade frente ao sofrimento dos outros, o que acaba impedindo uma solidariedade verdadeira. Nesse sentido podemos pensar, que a classe média, possuindo condições sem dúvida mais favoráveis do que as classes mais pobres, pode considerar seu próprio sofrimento no trabalho como desprezível quando comparado ao daqueles que estão em pior situação. Entretanto, nem por isso ajudam os mais pobres quando evitam falar de suas dores. A defesa no trabalho é ao contrário um mecanismo que implica a indiferença, levando a uma espécie de anestesia que permite a adaptação às situações ameaçadoras.

O autor nos fala de uma negação por parte da atual administração do chamado real do trabalho. Na empresa de nosso tempo transmite-se a idéia de uma gestão perfeita, de uma qualidade total, onde a estratégia gerencial seria impecável, não deixando espaço para que o trabalhador fale das diferenças entre o que lhe é solicitado formalmente e as dificuldades que realmente encontra para cumprir sua tarefa.

Nesse sentido, ele nos diz que a inteligência, hoje tão valorizada, acaba sendo, de fato, movida pelo medo. Por não poder fazer críticas à organização do trabalho, com receio de ser visto como mal profissional e ser demitido, o trabalhador procura sozinho, através de sua capacidade inventiva, suprir a diferença entre a tarefa prescrita e as condições reais (e em grande parte adversas)

para sua execução. Dessa forma observamos que o pensamento que hoje chamam de “criativo”, (devendo ser desenvolvido desde a infância), pode ter na verdade, um cunho defensivo, pois permite que o sujeito se enquadre em situações difíceis. O sofrimento existe, mas o fato de não encontrar um canal de escuta, faz com que tenha que ser negado pelo próprio sujeito para que possa continuar “funcionando”.

Penso que a experiência da pessoa como pai e mãe também pode trazer certos elementos reais que resistem àquilo que é formalmente pedido no trabalho. As tarefas envolvidas no cuidado com as crianças inclui uma série de atividades que não são em geral levadas em conta pela organização produtiva. Como pude notar em certos depoimentos, a expectativa hoje é de que não apenas os homens mas também as mulheres mantenham o mesmo padrão de desempenho e envolvimento, independente do atendimento a seus filhos pequenos. É dessa forma que fatos como: gravidez, amamentação, ou adaptação do filho na creche, acabam tendo que ser na prática resolvidos pelos pais solitariamente, de modo que não interfiram no nível de produtividade que lhes é exigido. Além disso, até mesmo certos direitos garantidos por lei, tais como licença a maternidade e dispensa por ocasião de adoecimento do filho, podem chegar a ser descumpridos na prática, seja pelo receio do sujeito em perder o emprego, ou porque continua a realizar o trabalho em casa, o que não é formalmente considerado.

No âmbito das defesas pude observar que os pais podem chegar a negar o próprio envolvimento emocional com os filhos pequenos e as vivências particulares trazidas pela gravidez em função do abismo que percebem entre a tarefa prescrita pelo trabalho e a tarefa real cotidiana que envolve também ser pai e mãe.

É assim que S., pedagoga ocupando um cargo administrativo numa fundação é levada a continuar trabalhando intensamente durante a gravidez. Tentando encobrir o seu cansaço e as idas ao médico, acaba tendo um parto prematuro. Ela então nos fala, referindo-se à própria gravidez:

“No começo foi chocante. Achei que fosse ser demitida, a empresa não esperava isso...E eu nunca fui de chegar atrasada, de faltar... Eu cheguei para a vice diretora para comunicar que estava grávida e ela sequer me parabenizou. A primeira coisa que ela fez foi dizer: Ai meu Deus do Céu, terei que colocar alguém de contrato temporário no seu lugar... não terei

tempo de preparar essa pessoa ...É por isso que a matriz não gosta de colocar mulher nesse cargo! Até então não tinha nenhuma mulher a ocupar o cargo que eu ocupo lá. Eu fiquei bastante abalada com o que ela me disse, pensei que o meu trabalho estivesse correndo risco, pensavam que eu ia chegar atrasada, faltar, tirar licença, ficar de repouso... Então teriam que justificar para a matriz que pediram uma mulher para esse cargo e agora ela está grávida, e isso é um problema... Aí eu fiz questão de continuar fazendo tudo o que eu sempre fiz, não mudar nada... Procurava marcar minhas consultas médicas fora do horário de trabalho, de maneira que a gravidez não influenciasse ... Tanto é que o T. nasceu fora de hora. No final do sétimo mês comecei a ter complicações. Fiquei internada no hospital um tempinho tentando segurar... Nasceu com insuficiência respiratória e teve que ficar naqueles aparelhos! E depois quando ele era pequeno, eu demorei a relaxar, fiquei durante muito tempo ligada lá no trabalho..."

Pude também constatar que algumas situações onde os pais tiveram que se separar dos filhos pequenos para trabalhar, acabavam trazendo para eles uma experiência de distanciamento emocional talvez defensivo, que dificultava para a criança a elaboração da situação. Alguns diziam preferir deixar a adaptação de seus bebês à creche a cargo exclusivo da instituição, que saberia melhor do que eles como proceder. Isso acontecia, mesmo quando sua entrada era formalmente permitida pelos educadores nos primeiros dias. Pude observar em uma das creches pesquisadas alguns bebês cuja família não pôde por isso participar dessa passagem, e que tiveram um início bastante difícil, com longos períodos de choro. Pergunto-me aqui se, de alguma forma, a dificuldade dos pais em compartilhar com eles os sentimentos envolvidos na separação teria tornado esse processo efetivamente mais difícil.

Por outro lado, penso que a idéia de Dejours a respeito da defesa em relação ao sofrimento no trabalho permite-nos mais uma vez, lançar luz sobre o consumismo que hoje cerca a relação pais e filhos. Refiro-me não apenas à compra excessiva de brinquedos e presentes, como também à busca compulsiva por parte dos pais por serviços e conselhos especializados. Já falamos do conflito vivido pelos sujeitos entre a necessidade de por um lado proteger seus filhos com sua presença e envolvimento e por outro satisfazer a organização produtiva. Entretanto, quando começam a pensar no trabalho como um instrumento para que possam oferecer mais serviços, mais educação e mais brinquedos para seus filhos, o sofrimento provocado pelo conflito entre ser bom pai ou ser um trabalhador eficiente pode ser amenizado. Dessa forma podem

considerar que a criança não corre o risco de ficar desassistida na medida em que está cercada por especialistas e produtos destinados a ela.

Dentro dessa “solução”, pude observar que para alguns entrevistados a creche sofisticada para seus bebês pequenos tornou-se um produto necessário a ser consumido; para eles a criança não pode desenvolver-se bem sem os recursos estimuladores que ela oferece. Essa instituição, concebida dessa forma, e a necessidade de separar-se desde cedo do filho, não trariam assim maiores questionamentos em relação ao trabalho, pois são tratados como elementos indispensáveis para o saudável crescimento infantil.

Com isso aparece entretanto uma outra contradição já que o bebê super estimulado pela creche e tido como mais independente, é por outro lado considerado extremamente frágil porque dependente da supervisão especializada para desenvolver processos tão simples como: brincar, andar, falar e conhecer novos alimentos. De forma análoga observei que os pais passavam a se sentir extremamente inseguros se não contavam com o conselho externo para orientar suas condutas.

Com essa reflexão não quero negar a viabilidade das creches, como instrumento de ajuda e apoio aos pais, nem mesmo sua função educacional, mas pretendo reconhecer a necessidade de repensarmos essa instituição para que ela não funcione apenas encobrindo os conflitos dos pais com o trabalho. Para isso seria necessário que os profissionais pudessem se posicionar num lugar menos idealizado, procurando ao invés disso valorizar a experiência dos próprios pais (ou de seus substitutos), permitindo-lhes mais espaços para compartilharem seu sofrimento e a busca de soluções menos defensivas.

2.7

Pais separados e trabalho

As separações inserem certamente a parentalidade em novas situações que não são o objeto central da análise a qual me proponho. Entretanto pude observar durante as entrevistas uma variedade de experiências que sugerem certas considerações. Embora alguns pais e mães parecessem viver com certa tranquilidade a condição de morarem sozinhos com seus filhos pequenos, compartilhando com o antigo parceiro os cuidados com a criança e recorrendo a ajuda de familiares e amigos, outros diziam passar por uma experiência de maior sobrecarga ao exercerem suas funções parentais. Foi comum que as mães separadas relatassem a dificuldade de não terem com quem contar além da creche, uma vez que não conseguiam uma presença maior do pai ou da família na vida da criança. Por outro lado alguns homens falavam também do peso que representava para eles o fato de terem que ajudar nos gastos de uma segunda residência (a da ex-mulher) e do maior esforço que faziam para garantir a sua relação com os filhos (por morarem em outra casa), tendo além disso que cumprir com as obrigações da vida profissional.

Entretanto, penso que a experiência de separação conjugal não pode ser tomada em si como uma fonte necessária de dificuldades no trato com os filhos independente do contexto em que aconteça. Nesse sentido convém lembrarmos da concepção de Lasch (1991[1977]): para ele tanto a antiga forma da família nuclear, com sua moral sexual rígida e uma forte expectativa de união duradoura entre o casal, quanto a crítica mais recente de que essa estrutura apenas limita a liberdade individual, colocam a intimidade como espaço exclusivo de realização, ao passo que desvalorizam as relações sociais e o trabalho como espaços desencantados de submissão.

Hoje esse desencantamento surge com força na medida em que o trabalho é, como vimos, permeado de mais incerteza. A necessidade de acompanhar as exigências cambiantes do mundo produtivo pode tomar de assalto a vida do casal submetendo cada um ao que o mercado lhe cobra no momento. Viagens e tarefas de última hora para atender aos clientes, aumento do tempo de trabalho que reduz o tempo passado com o parceiro e a dificuldade de projetar o futuro,

abrem possivelmente, um amplo campo para a insatisfação nas relações amorosas.

O desemprego e a dificuldade de inserção profissional parecem trazer, por sua vez, novos impasses para quem já se separou, sendo que mais uma vez a promessa moderna de liberdade, expressa também no ideal de poder desfazer e refazer as parcerias amorosas, pode não se concretizar plenamente em função da precariedade de inserção do sujeito no trabalho.

A partir dessas reflexões podemos ressaltar pelo menos um aspecto fundamental : Não parece ser a experiência de separação aquela que impõe a certas pessoas o peso de uma parentalidade solitária (e que pode repercutir também sobre a criança). Ao invés disso, talvez seja a perda cada vez maior dos suportes mais amplos o fator que perturbe a liberdade dos sujeitos de romper o casamento sem cair no desamparo.

2.8

Considerações sobre algumas experiências de desemprego

A análise de Castel (1998), nos mostra que o trabalho produtivo e gerador de valor de troca, tornou-se desde o advento da sociedade industrial o passaporte para todo o reconhecimento em nossa cultura, substituindo as antigas formas de inserção através da sociabilidade tradicional, em que cada um, apesar das grandes diferenças sociais, tinha o seu lugar assegurado. Com esse autor vimos como esta mudança não foi consolidada até que o Estado providência começasse a compensar a desproteção diante do mercado instável por mecanismos – hoje enfraquecidos – que conferiram aos sujeitos certas garantias a partir de sua condição de assalariados.

Com isso, podemos entender que a dor de quem se encontra desempregado não diz respeito apenas ao receio que sente quanto às suas condições de sobrevivência material. Ele é freqüentemente assolado pela perda do trabalho como objeto que ao longo do último século assegurou a identidade social do sujeito e seu lugar como alguém capaz de influenciar, por menos que fosse, os destinos da sociedade. Se Baumann (2000) sinaliza a emergência de uma ética do consumo que tende a substituir a do trabalho, precisamos entretanto ponderar que

não se trata aqui de um mecanismo que dispense esse último como veículo fundamental de inclusão, uma vez que para a maior parte das pessoas não é possível consumir sem trabalhar.

Mas em que medida, ao perder o emprego, o sujeito pode tentar, como recurso extremo, ver nos papéis de pai e mãe formas últimas para tentar ainda garantir seu reconhecimento e valorização? Ao longo de meu trabalho pude ouvir algumas mulheres desempregadas que tentaram reinvestir em sua função materna como mecanismo alternativo de encontrar um lugar respeitado na cultura. Este recurso parece ser claramente mais difícil de ser utilizado pelo homem em função de seu papel paterno ter sido construído, como vimos, desde o início da modernidade, em estreita conexão com o de provedor. A mulher, ao contrário, até as últimas décadas, podia ser valorizada pela sociedade do trabalho apenas criando seus filhos para a vida produtiva, não devendo estar totalmente incluída na mesma.

Entretanto, essas mulheres que hoje, na falta de emprego desejam voltar-se para os filhos, parecem logo perceber que infringem os valores atuais do trabalho, bastante diversos daqueles que, antes, priorizavam o seu lugar no refúgio familiar. Se opta por ficar em casa acaba, por vezes, acusando a si mesma não apenas de cercear a tão exaltada "autonomia" do filho, como de acarretar o seu próprio insucesso profissional, deixando-se ficar "ultrapassada" para o mercado.

É assim que U. (36 anos) falando do período em que esteve desempregada:

“Eu tinha ficado muitos anos como secretária numa empresa... Estava grávida e pensei que agora precisava de um salário melhor. Consegui um outro trabalho como professora de francês que acabou não dando certo... Perdi o emprego... No começo pensei: bem agora vou deixar as coisas como estão e curtir só o meu bebê... Dar um tempo, ser mãe mesmo... Mas não agüentei... Voltei logo a procurar emprego e cada mês que passava eu ia ficando pior. Ele fez três meses e depois quatro, cinco e eu não encontrava nada... Foi horrível, eu sentia como se a cada mês que passasse eu fosse emburrecendo, cuidando só do V. Não me sentia crescendo como pessoa, era como se eu estivesse me desperdiçando, passei a me sentir mal quando conversava com as pessoas... Não acompanhava mais o que elas falavam... Hoje se a gente pára o mundo lá fora não perdoa, tudo gira muito rápido e logo você fica desatualizada... Mesmo desempregada achei que devia colocar o V. na creche para ele não ficar restrito ao contato comigo. Achamos melhor dar um jeito de pagar a creche mesmo só com o salário do X. (companheiro)... Seria

importante a socialização, a estimulação, essas coisas... Ele foi desde os 5 meses e eu só fui me recolocar agora que ele está com dois anos e meio...”

Observamos que o desemprego, embora num primeiro momento possa “devolver” as mulheres para a maternidade, pode também transformá-la numa experiência de cerceamento, quando lhes falta o caminho de volta ao trabalho, meio hegemônico de reconhecimento, hoje diretamente extensivo às mulheres. Se não tem o seu lugar na vida produtiva, uma mãe pode sentir-se ameaçada de acabar aprisionada ao filho e à casa. Acredita portanto que deve o quanto antes recorrer à creche para evitar que ela e o bebê fiquem definitivamente “colados” e restritos em suas experiências. Mas podemos nos indagar se bebês de poucos meses precisam necessariamente da creche para não serem limitados em seu desenvolvimento, ou se a generalização deste fato deve-se aos atuais modelos que surgem a partir da organização produtiva?

2.9

O que mudou afinal?

Assistimos atualmente ao enfraquecimento dos mecanismos que foram construídos ao longo do século XX para contornar o vazio absoluto de laços sociais protetores, que se colocava para os primeiros trabalhadores industriais. Com a retração das formas de reinserção coletiva que antes se afirmavam através do emprego estável e do direito, o problema da desproteção do indivíduo destacado, que nasce com o advento do capitalismo, retorna. A diferença com relação a outras épocas é que a nossa cultura parece atualmente se satisfazer com essa ruptura e não mais buscar formas de recolocar minimamente o sujeito num sistema alternativo de vínculos. Dessa forma a própria crença na função protetora da família nuclear, também encarregada de oferecer um refúgio compensador diante da rudeza do trabalho, parece estar mais do que nunca abalada, expondo com isso as contradições que, como vimos no primeiro capítulo, lhe são inerentes desde a sua constituição.

Dentro desse contexto notamos que um dos pilares da concepção moderna de família, a idéia de infância como etapa particular da vida, que pressupõe um acolhimento próximo à pessoa em desenvolvimento, começa a perder a sua

força. Os pais passam, lenta e conflituosamente, a acreditar que seus filhos se desenvolverão melhor se formarem laços menos sólidos com os adultos, o que os leva a oferecer-lhes uma experiência mais fluida, permeada pela diversidade de estímulos, pessoas e objetos que mudam a cada instante. A aparente preocupação em satisfazer os desejos infantis através do consumo e a forte procura por uma educação sofisticada e variada não podem, a meu ver, encobrir o fato de que a tendência emergente hoje é a de deixar as crianças, como os trabalhadores, mais por conta própria, trazendo-lhes uma socialização voltada já para a solidão.

Nosso desafio é o de problematizar essa questão evitando culpar os pais por tudo o que acontece aos filhos, o que só reforçaria a lógica que responsabiliza o sujeito individualmente por tudo. O problema encontra-se situado muito além do espaço familiar, na falta de canais para a transformação das relações produtivas e na ausência de um projeto de futuro. Em função dos novos impasses aqui sugeridos, seria importante romper plenamente com a noção, já esgotada, que atribui exclusivamente à família a tarefa de assistir às crianças, criando novos canais de discussão que envolvam, numa outra base, os pais, a escola, o mundo do trabalho e os demais espaços sociais.

3

Um olhar sobre a questão parentalidade e trabalho a partir do pensamento de Winnicott

“Temos aqueles, dentre nós, que se restringiram sempre ao comportamento ou à vida extroversa e observável de pessoas (...) Outros dão ênfase à vida “interna” e reivindicam que os efeitos da economia, e até mesmo da própria morte pela fome, têm pouca importância, quando comparados a experiência interna(...) Tento colocar-me entre esses dois extremos. Se examinarmos nossas vidas, provavelmente descobriremos que passamos a maior parte de nosso tempo nem em comportamento nem em contemplação, mas em outro lugar. Pergunto: onde? Tentarei sugerir uma resposta.” (Winnicott, 1975[1971] p.146)

Como vimos, a versão ideal de sujeito colocada hoje pela organização produtiva pressupõe a sua independência quase total em relação às proteções sociais e trabalhistas. Essa visão coloca em relevo absoluto a idéia de que a liberdade baseia-se no desprendimento do indivíduo em relação ao seu contexto relacional: cada trabalhador deve vender-se por si mesmo contando menos com empregos fixos, e quanto mais puder se adaptar às circunstâncias que variam, mais autônomo e realizado será. Influenciando a vida familiar, essa noção parece introduzir gradualmente a expectativa de uma infância que solicite menos o cuidado adulto, e desenvolva-se mais rapidamente.

A teoria Winnicottiana será tomada aqui como contraponto crítico importante já que pressupõe que o indivíduo forma com o seu suporte ambiental uma totalidade indissociável. Não apenas o bebê em seu estado de máxima dependência precisa do manejo suficientemente bom de sua mãe (ou de um adulto sensível) para o seu desenvolvimento pleno, como a própria autonomia, conquistada ao longo do tempo, só pode acontecer na presença de cuidadores que suportem a necessidade da criança em separar-se sem perder o contato afetivo que mantém com eles.

Tomada em seu significado pleno, veremos que a noção de cultura como área intermediária, se contrapõe à idéia que coloca na pessoa isolada ou no âmbito apenas das experiências privadas a realização subjetiva. Em Winnicott, para que alcance a independência, o indivíduo precisa encontrar em seu ambiente mais amplo (que envolve depois dos pais também os grupos e a sociedade) um espaço que aceite as suas contribuições pessoais, sem que essas manifestações tragam uma ameaça de ruptura ou abandono. Desse modo o crescimento não

pode se dar através do confronto com o desamparo (seja na família, no trabalho ou na vida social), mas na presença do cuidado externo, do qual, como veremos, até para discriminar-se a pessoa precisa estar relacionada.

A partir desse referencial é possível criticar a tentativa atual de reduzir ao máximo as proteções sociais como sendo meros cerceadores da liberdade. Pode-se tentar por outro lado resgatar o fator cuidado tanto no âmbito do tratamento dado às crianças quanto nas relações coletivas e de trabalho.

A própria experiência parental, ao ser também localizada no espaço transicional, é incluída nas trocas significativas com a cultura. A tradição que culpa os pais e quer lhes ensinar como exercer suas funções, apenas impede que suas vivências sejam integradas numa interação criativa com o mundo que inclui também as relações com o trabalho.

3.1

Adentrando nos impasses de uma crítica que não acuse os pais

Se Winnicott nos fala da mãe biológica e da sensibilidade especial que ela desenvolve para os estados do bebê durante a gravidez e o pós-parto, aponta por outro lado, diversas vezes, para o fato de que qualquer adulto, capaz de identificação profunda, pode acolher o lactente de forma satisfatória. Entretanto, se essa afirmação é importante porque rompe com uma visão que atribui apenas à família a responsabilidade pela criança, podemos com facilidade esquecer da sutileza da função ambiental descrita pelo autor, entendendo-a como passível de ser conduzida por técnicos ou pela educação especializada.

Em especial, hoje, afirmar que os cuidados iniciais são realizados de modo igualmente satisfatório pela creche, ou pelas escolas integrais, pode ser uma maneira de evitar os conflitos entre os pais e essas instituições. Certamente eles podem sentir uma culpa intensa se percebem que, apesar de passarem a maior parte do tempo dedicados ao trabalho, são mais importantes para seus filhos pequenos do que os profissionais de educação - e isso não por serem pais biológicos mas por serem pessoas mais próximas a eles no início da vida. *Parece, entretanto que só contribuimos para aumentar esta culpa da família quando livramos a organização do trabalho de qualquer acusação.* Se não

problematizamos esta última como podendo impedir um envolvimento pleno entre adultos e crianças, só nos resta duas opções: criticar os pais por sua ausência ou deixar tudo como está em matéria de cuidado infantil. Como muitos não desejam a primeira, contentam-se com a segunda.

Além disso, se recusamos a idéia de que ter filhos é um pré-requisito da maturidade plena, se não temos a intenção de prescrevê-los como receita para uma felicidade restrita à vida privada e aos papéis femininos e masculinos ditos “naturais” (segundo a tradição moderna) como afirmar que a parentalidade é uma experiência cada vez mais prejudicada pelo trabalho? Mas, por outro lado, como não reconhecer que muitos homens e mulheres gostariam de participar mais de perto da educação de seus filhos e são impedidos pela instabilidade e sobrecarga na esfera produtiva? Afinal ao longo de suas trajetórias culturalmente inseridas, esses sujeitos incluíram em seu projetos e ideais a tarefa de cuidar de crianças. Entretanto lhes é negado freqüentemente o direito de se envolverem plenamente com elas devido às atuais condições da vida laboral.

O recurso à concepção de desenvolvimento em Winnicott visa ampliar a reflexão sobre esses impasses. Suas idéias sugerem, a meu ver, que, se por um lado, não precisamos idealizar os pais biológicos, isso não implica em banalizar a função ambiental a ponto de atribuí-la a serviços que priorizam a performance infantil e a vitória na disputa mercadológica. Além disso sua concepção de maturidade pode nos ajudar a pensar de modo mais amplo o significado da experiência parental, entendendo-a não mais no sentido estrito de cuidado com a “prole”, mas como gesto criativo, passível de ser inscrito na história pessoal, que se manifesta no acolhimento à dependência de alguém: seja um filho, um paciente, um amigo ou um grupo social.

3.2

O desenvolvimento segundo Winnicott¹

“Poder-se-ia dizer que, com seres humanos, não pode haver separação, apenas uma ameaça dela, e essa ameaça é máxima ou minimamente traumática, conforme a experiência das primeiras separações.” (Winnicott, 1975 [1971] p.150).

A experiência clínica de Winnicott foi marcada pelo tratamento psicanalítico de pacientes graves – borderlines – que mostravam como certos processos emocionais do início da vida tinham sido desviados de seu curso. Eram situações que sugeriam a necessidade de oferecer no setting analítico algumas condições próximas daquelas que faltaram ao paciente na primeira infância, e que permitiriam a retomada de seu amadurecimento. Tendo sido pediatra, o autor também teve a oportunidade de observar mães e bebês em interação podendo refletir sobre o significado da mesma.

Em função dessas características de sua prática profissional, Winnicott debruçou-se sobre aspectos muito precoces do desenvolvimento, e suas principais contribuições nos falam de um momento anterior ao reconhecimento pleno, pelo

¹ As idéias de Winnicott que utilizo nesta sessão e nas seguintes se baseiam nas reflexões que ele expõe nas seguintes obras:

Do livro **Da Pediatria à Psicanálise**, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993:

- 1- “O desenvolvimento emocional primitivo” (1945).
- 2- “A mente e sua relação com o psicossoma” (1949).
- 3- “A agressão e suas relações com o desenvolvimento emocional” (1950).
- 4- “O ódio na contratransferência” (1947).

Do livro **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975:

- 1- “A criatividade e suas origens”.
- 2- “Objetos e Fenômenos Transicionais”.
- 3- “A localização da experiência cultural”.
- 4- “O lugar em que vivemos”.
- 5- “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil” (1967).

Do livro **O Ambiente e os Processos de Maturação**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

- 1- “Distorção do ego em função do verdadeiro e do falso self” (1960).
- 2- “Comunicação e não comunicação levando ao estudo de certos opostos” (1963-A).
- 3- “A Capacidade para estar só” (1958).
- 4- “O desenvolvimento da capacidade de se preocupar” (1963- B).
- 5- “Psicanálise e Sentimento de Culpa” (1958).
- 6- “Moral e Educação” (1963-C).

Do livro **A Família e o Desenvolvimento do Indivíduo**. Belo Horizonte: Interlivros 1980.

- 1- “O primeiro Ano de Vida” (1958).

Do livro: **Tudo Começa em Casa**, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- 1- “A delinquência como sinal de esperança” (1967).

Do livro: **A criança e seu Mundo**, Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Capítulo 17: “E o Pai?”

Farei referências por data ao longo do trabalho apenas se estiver me referindo mais especificamente a um texto do autor.

bebê, do mundo e dos objetos como externos a ele. Ele está interessado na passagem, – muitas vezes tida como óbvia por aqueles que entendem o indivíduo já em suas relações triangulares com pessoas totais- de um ponto onde o bebê está fusionado com a mãe² (ou sua substituta) para o momento de separação onde ela é vista como pessoa total e distinta.

Esses dois momentos – da fusão e da diferenciação – ocuparão a maior parte de suas reflexões, ao mesmo tempo, em que serão considerados como momentos permanentemente retomados ao longo da vida, mesmo em se tratando do homem adulto. Além disso, como veremos, seu conceito de experiência transicional implica que a realidade só pode ser tida como externa ao indivíduo se puder paradoxalmente ser vivida como parte dele.

O bebê vem ao mundo com sua força instintiva, através da qual, como tudo o que é vivo, busca apropriar-se do ambiente de modo a harmonizá-lo com suas necessidades. Nesse sentido, o aspecto mais importante das tendências que traz é a agressividade, produto da própria motilidade vital, que nesse início não têm propósito intencional destrutivo, sendo também passível de fundir-se às experiências prazerosas.

No começo o bebê depende tão absolutamente do cuidado humano adaptado, que não pode saber da existência da mãe, e nem mesmo de sua própria dependência. Entretanto, o paradoxo é que ela precisa existir como entidade externa ao bebê para atendê-lo do modo sensível que precisa. A agressividade é o que no lactente anseia por se apropriar do meio, estando relacionada ao processo corporal de interação com o ambiente. A mãe, entretanto, só pode satisfazer seu bebê se estiver lá para ser apropriada. Assim uma simples alucinação não o atende, mas sim o encontro entre a sua elaboração psíquica rudimentar a partir de uma necessidade física, e o cuidado tão adaptado que lhe parece parte de si mesmo, embora não o seja.

A união entre o bebê preparado para ter uma experiência de satisfação e o objeto externo que se aproxima de perto daquilo que ele precisa, permite ao lactente viver a ilusão de onipotência. Segundo Winnicott (1967), a mãe, por seu estado extremo de identificação com o bebê (e não pelo conhecimento técnico

² Daqui em diante usarei a palavra “mãe” apesar de referir-me a qualquer pessoa que mantenha com a criança um contato próximo no início da vida.

adquirido junto a especialistas), é capaz de fazê-lo sentir que é ele quem cria o cuidado que recebe, como se este fizesse parte dele. Ele pode com isso começar a “existir”, refletido nessa vivência de domínio sobre a realidade.

Nesse sentido, os instintos do bebê podem também ser vividos como partes de uma unidade(integração) e como pertencentes a ele, o que não acontece quando o manejo insensível obriga o bebê à submeter-se à realidade para “satisfazer-se” e garantir a sua sobrevivência. Se um bebê é obrigado precocemente a se adaptar às condições externas de uma mamada, oferecida sem considerá-lo como totalidade, esta não passa de uma sedução, e sua fome será vivida como uma imposição, ou seja como algo que não pode ser integrado ao self. Observamos que o elemento agressivo perde aqui a sua força já que o bebê, nesse último caso, se acomoda docilmente à realidade invasiva.

Por outro lado, o cuidado adequado permite ao bebê sentir que seu psiquismo vive integrado no soma, o que não acontece quando, diante das imposições de um manejo deficiente, o lactente acaba sendo controlado pelo meio. Pode ao mesmo tempo começar a relacionar-se com o ambiente na medida em que este pode ser transformado a partir dele. A simplicidade desse mundo apresentado ao bebê, permite a vivência básica fundamental de “ser”, ainda antes que qualquer adaptação à realidade lhe seja solicitada. Apenas em outro momento ele poderá levar em conta o “fazer” que incluirá as concessões como aspecto adicional da experiência criativa.

Nesse momento inicial o ego da criança é o ego da mãe, já que é ela quem acomoda a realidade ao bebê poupando-o inicialmente dessa tarefa. Embora o autor nos fale da importância da satisfação nessa fase, e nesse sentido se refere à prontidão da mãe às necessidades instintivas do bebê, Winnicott faz, várias vezes, a ressalva de que nesse momento não poderíamos falar plenamente de instinto ou de frustração como faríamos ao nos referir ao bebê que já repudiou a realidade e com ela se relaciona.

Para que essa fusão inicial possa se realizar, é necessário, segundo ele (1971) que haja um suporte adicional para aquela (ou aquele) que cuida diretamente do recém nascido nos primeiros meses. A mãe precisa do apoio empático de um companheiro (ou de outra pessoa substituta) que a libere de preocupações adicionais, lidando com o mundo mais amplo e permitindo a ela

um momento de retraimento em relação aos demais interesses. Cuidados sociais também são mencionados pelo autor e podemos pensar na importância da licença maternidade e paternidade (esta última no caso brasileiro consiste apenas em alguns poucos dias). Seria talvez fundamental aqui que a mãe tenha condições de sentir-se segura a ponto de poder esquecer-se de seu trabalho nesse período, sem a ameaça de vir a perdê-lo. Hoje, entretanto, observamos pelo contrário (ver a entrevista de S. pág. 77) que o risco de desemprego e a continuação do trabalho empresarial em casa podem impedir a tranquilidade necessária a esse momento.

Se tudo corre bem nos primeiros meses, a experiência de onipotência proporcionada pelo manejo satisfatório, permitirá ao bebê desenvolver o seu verdadeiro self. Este seria para o autor o núcleo da experiência subjetiva. Nessa área da personalidade o mundo existe como criação pessoal e não são reconhecidas exigências. Sem essa base não seria sequer possível que o lactente, em outro momento, pudesse reconhecer o que se apresenta como insatisfatório, discriminando-se do objeto na época em que as falhas ambientais se tornam necessárias.

Se o ambiente falha no início é o próprio self do bebê que se torna mutilado, podendo dar origem a um sentimento de vazio e caos. O indivíduo, ao invés de encontrar o mundo, desenvolve-se meramente como reação às suas solicitações. A mente, que em condições normais apresenta-se mais tardiamente para dar conta, através da inteligência, de um cuidado que se torna crescentemente menos adaptado, pode emergir, diante da precocidade das falhas ambientais, como uma coisa em si que apenas se adapta ao mundo, sem transformá-lo. Com essa deturpação, o chamado falso self vai se desenvolver de modo dissociado: ao invés de tornar-se gradualmente a instância que faz concessões à realidade, sem deixar de permitir a expressão criativa relacionada ao verdadeiro self, passará a ocultar esse último que terá, quando muito, uma existência secreta.

Embora Winnicott possa nos dar a impressão de falar de uma essência referindo-se ao verdadeiro self, como se houvesse um ponto inato no indivíduo ao qual o mundo deve inicialmente se curvar, é possível entender essa questão de outra forma. O que o bebê precisa inicialmente, e que a mãe “saudável” atende tão bem, já pode ser produto de uma interação com o ambiente. Afinal cada lactente passa desde o início por vivências minimamente diferentes, e isso já nas

primeiras horas de vida, a partir das características específicas dos estímulos que recebe e que podem sofrer a influência da história dos pais e da própria gestação. Nesse sentido, o autor não parece prender-se à idéia de uma natureza (do bebê) independente das trocas com o meio, o que sugere, talvez, um rompimento com o dualismo tradicional instinto/cultura.

O importante aqui é que a mãe (ou outra pessoa) possa, por certo tempo, permitir ao lactente fundir-se com ela, de modo a percebê-la como objeto criado por ele (subjetivo). Esta experiência uma vez tendo sido estabelecida no psiquismo poderá então ser “representada” pelo bebê mesmo em situações menos adaptadas que aos poucos são introduzidas. Segundo Winnicott, o lactente, ao começar a apegar-se a certas coisas – por exemplo a ponta de um lençol, ou um travesseiro macio – mostra que já é capaz de conservar na memória a idéia de um objeto vivido como parte de si e base de seu sentimento de ser, mesmo quando sua mãe passa a lhe responder menos prontamente. O vínculo com essas primeiras possessões aponta para os primeiros fenômenos transicionais quando o cuidado recebido e os objetos nele envolvidos, não sendo sentidos inteiramente como partes do mundo interno do bebê, tão poucos são vistos como externos a ele. Para tanto é preciso que a mãe passe a oscilar sensivelmente entre uma atitude de considerável sintonia e outros momentos de menor prontidão.

Observamos então que quando a experiência de onipotência permite um sentimento de existência, refletido primeiramente no cuidado inicial bastante adaptado e, mais tarde, consolidado no manejo que permite ao lactente “representar” esse último em situações menos ajustadas, o bebê está finalmente preparado, e tem mesmo a necessidade de afastar de si o objeto para começar a relacionar-se com uma realidade reconhecida como externa. Este processo vai lhe permitir aos poucos transformar criativamente uma esfera mais ampla do mundo e finalmente lhe trará a possibilidade de inserir-se de modo participativo naquela parte da cultura situada além de seu círculo familiar.

Esse momento é bastante significativo, e também não pode ser realizado sem o apoio constante do cuidado humano que só gradualmente pode aumentar as suas “falhas”. Essa é uma ressalva importante já que, por vezes ouvi, no contato com alguns educadores de creches, que apenas as primeiras semanas de vida do bebê são fundamentais, ocorrendo uma recusa em considerar os impasses que as

exigências de trabalho colocam para mães de bebês pequenos que só recentemente adquiriram condições de lidar com a separação.

Segundo Winnicott (1963-B), a mãe, ao perceber que o filho está mais amadurecido, tende a continuar diminuindo a sua adaptação a ele. Nesse ponto, o bebê já ampliou, também através dos primeiros fenômenos transicionais, a sua capacidade de preservar na memória a imagem do objeto vivenciado como parte sua, podendo por isso reconhecer claramente o que agora aparece como uma versão menos satisfatória do mesmo. Pode então odiar a mãe e querer destruí-la passando a ter uma agressividade intencional. Aqui já podemos falar propriamente de uma vida instintiva endereçada ao mundo, já que o ódio se dirige para o objeto que começa a ser visto como externo.

Nesse momento em que a criança faz uma fantasia destrutiva, repudiando com isso o objeto, é fundamental que a mãe “sobreviva”, o que significa que mantém-se atenta aos aspectos ambientais que devem continuar a existir. Nesse sentido embora dedicada de forma menos intensa, precisa poder manter uma ligação emocional viva com o seu filho. Na medida em que o bebê percebe que, apesar de seu ataque, ele não consegue destruir os aspectos fundamentais do cuidado, passa a amar e aceitar a existência externa daquela que suporta seu ódio continuando a mostrar-se confiável.

A agressividade intencional, expressa não só no momento de uma mamada, mas também no choro e na raiva manifesta, ao mesmo tempo em que se opõe a existência externa do objeto, o afasta do eu. Na medida em que a mãe recebe essa recusa, aceitando-a, ela restabelece a ligação com o impulso criativo de seu filho, potencialmente capaz de modificá-la. O bebê pode por isso também religar-se a ela, integrando seus impulsos amorosos e agressivos, passando a preocupar-se com as conseqüências de seus ataques. Adquire confiança de que ela vai estar lá para receber a reparação, que corresponde a uma reconstrução que ele faz da mãe, utilizando para isso a força de sua ambivalência recém conquistada.

Na medida em que a crença no seu poder reparatório se confirma em repetidas experiências, o bebê será capaz de transpor a fidedignidade dessa primeira relação para objetos que a simbolizam e para outras ligações significativas que possa estabelecer. O manuseio das coisas a sua volta, as brincadeiras e, mais tarde, toda manifestação cultural humana será expressão

dessa interação onde o indivíduo em parte se adapta ao caráter diferenciado dos objetos porque eles lhe permitem, em contrapartida, modificá-los de modo pessoal, fazendo uso também de sua agressividade.

Nesse sentido, para que um trabalho, um código ético, uma idéia religiosa, ou uma brincadeira façam sentido para o sujeito, é preciso, segundo o autor (1963-C) que não se tornem uma mera inculcação imposta de fora. O objeto precisa “tolerar” que o indivíduo se aproprie dele, sem perder a sua consistência própria. A vida plena se dá, durante a maior parte do tempo, na chamada terceira área, onde a realidade está a meio caminho entre o que é interno ao sujeito (porque deixa-se ser por ele transformada) e o que é externo (porque ao mesmo tempo resiste e exige concessões).

A questão da confiabilidade do ambiente ao longo da passagem do estado fusional para uma relação plenamente transicional com os objetos, é para nós um tema crucial. Só gradualmente o indivíduo pode, ao longo da vida tomar contato com um cuidado menos adaptado, sem perder de vista a sua experiência de onipotência (dessa última depende, como vimos, a sua capacidade de repudiar os objetos, e recriá-los no processo de reparação). Embora isso se aplique em especial ao bebê, permanece como marca também do desenvolvimento da criança, que, só aos poucos, pode ser confrontada com uma realidade mais exigente sem prejuízo de sua espontaneidade pessoal.

Podemos já vislumbrar que o ideal atual de sujeito absolutamente autônomo relacionado ao novo modelo de trabalhador, na medida em que tende, como vimos, a promover expectativas precoces de independência infantil, pode impor rupturas na experiência da criança. O ambiente que a invade com uma torrente de estimulações, informações e demandas pedagógicas desproporcionais à sua idade poderá ser vivido por ela como aquele que não suporta a expressão de qualquer recusa de sua parte. Teríamos, talvez, aqui representada, a relação com objetos que não sobrevivem a agressividade infantil impedindo o seu uso criativo. Veremos também que a exigência de dedicação pessoal total à organização produtiva pode tirar dos adultos a possibilidade de envolvimento com seus filhos durante essa fase de diferenciação, impedindo que a criança possa viver a continuidade do cuidado no momento delicado em que se descremina do ambiente.

Winnicott (1963-C) pressupõe que, para qualquer atividade criativa, seja ela o trabalho, a brincadeira infantil, ou outra, é necessário que o indivíduo se veja diante de uma realidade confiável, onde não se sinta desamparado quando a ela se opõe. Nesse sentido podemos pensar que atualmente a constante ameaça de desemprego, ou o medo que a criança pode ter de ver-se rejeitada caso não alcance a alta performance educativa, tendem a enfraquecer mais do que promover a espontaneidade, embora, formalmente, esta última possa ser exaltada nos ideais de trabalho e educação. Esse tema será retomado mais adiante quando pensarmos as interferências da atual organização produtiva na função ambiental facilitadora.

Por ora, seria importante marcar que a maturidade, para Winnicott envolve um ganho crescente de confiança (proporcionada por repetidas experiências) na existência de um mundo que suporte a ação do indivíduo sem romper-se deixando-o inteiramente só. Embora essa crença no caráter fidedigno das coisas contribua, segundo ele, para a formação de um meio interno pessoal que previne o sujeito de vivenciar o desamparo diante da menor ruptura externa, serão sempre necessários elementos concretos da realidade que confirmem essa segurança. Assim existe sempre um aspecto de dependência no homem que precisa sentir-se acolhido por pessoas (também representadas por leis e instituições) para que possa ousar agir sobre elas.

Podemos então afirmar que o homem criativo de Winnicott seria o oposto da concepção atual tão bem descrita por Castel (exposta no segundo capítulo) onde o sujeito se contenta com a desproteção, vende-se no mercado de forma solitária, regulando-se para acomodar-se às flutuações do mundo do trabalho que o deixam temeroso. Os suportes externos não são dispensáveis nem mesmo ao sujeito maduro. O homem solitariamente responsável por si mesmo, dos tempos atuais, não constitui uma opção viável.

Observamos que a concepção de uma área intermediária da experiência humana, e os aspectos ambientais necessários para que ela se consolide, transcendem em muito a esfera familiar que envolve os pais e a criança em desenvolvimento. Ao pressupor a ampliação, no devido tempo, do espaço de interação entre indivíduo e realidade para toda a esfera cultural, Winnicott dá margem para pensarmos que o ambiente facilitador deve ser encontrado não só na

esfera doméstica, mas também na escola, nas relações de trabalho, na arte e na política. Dessa forma embora o autor se refira bastante à “mãe suficientemente boa”, parece que as implicações plenas de seu pensamento sugerem a imbricação entre as esferas privada e pública. Podemos mesmo indagar como seria possível aos pais se apresentarem a seus bebês como objetos a serem recriados, se a realidade econômica se coloca hoje para eles como modelo cada vez mais imperioso ao qual devem apenas se ajustar?

3.3

Por um conceito ampliado de parentalidade

A idéia de que existem padrões universais na forma com que os sujeitos desempenham suas funções de cuidado com os filhos não têm se mostrado interessante para nosso objetivo, culturalmente datado, de respeito às liberdades individuais. Como vimos no primeiro capítulo, esta noção contribuiu para normatizar a vida familiar, aparentemente valorizando a infância, o indivíduo e a privacidade, apenas para ajustar os relacionamentos às regras da produção impessoal. Entretanto se não desejamos corroborar com a imposição de papéis aos pais pelas profissões sócio educativas, como, ainda assim, seria possível apontar para uma experiência parental importante que acontece na vida de muitas pessoas? Tentarei aqui utilizar algumas idéias de Winnicott para propor uma reflexão a esse respeito.

Embora o autor relacione o estado especial de preocupação materna (que permite o manejo sensível do bebê) ao parto e à gestação, penso que dificilmente, considerando a totalidade de seu pensamento, ele se curvaria à idéia de um instinto biológico que, de forma rígida, determinaria um padrão único de condutas à mãe. Se ele usa o termo instinto, quando pensa na vivência das pessoas, isso se deve, talvez, ao fato de ele ser um naturalista. Quero com isso dizer que Winnicott entende a experiência psicológica dentro do escopo geral dos fenômenos da vida, sem entretanto deixar de reconhecer a complexidade infinitamente maior desta última entre os homens em função da inteligência, da linguagem e da cultura.

Dentre os processos instintivos “naturais” que considera, parece conferir como vimos, maior importância à agressividade entendendo-a como o movimento de apropriação feita pelo indivíduo sobre a realidade. Entretanto, é no ser humano que esse processo pode ser plenamente entendido como criativo, porque é extremamente sensível à influência de condições ambientais únicas às quais cada um está exposto desde o nascimento (que podemos talvez chamar de “históricas”). É nesse sentido, a meu ver, que Winnicott (1975[1967]) afirma que não podemos sequer pensar na existência de um bebê sem descrever as circunstâncias específicas do cuidado que ele recebe. Aqui está talvez sugerida, a idéia de que entre seres humanos, os instintos não podem ser tomados como formas fixas de agir, uma vez que se constroem apenas na medida em que interagem com certas circunstâncias datadas, que não são passíveis de repetição de um indivíduo para outro.

Com isso, podemos dizer que se Winnicott fala de uma satisfação que homens e mulheres vivem ao cuidar das crianças, ele parece referir-se a mais um aspecto do viver criativo, que por estar relacionado às experiências singulares de cada um, não pode pressupor padrões universais. Dentro dessa perspectiva, como seria possível compreender a experiência que aqui estou chamando de “parentalidade”, mas que, tomada mais amplamente, pode referir-se à satisfação que o sujeito obtém através do acolhimento à dependência de um outro, seja ele seu filho biológico ou qualquer outra pessoa?

Penso que essa vivência pode ser incluída no âmbito maior das experiências transicionais, onde em parte ocorre uma adaptação e reconhecimento amoroso da realidade externa, e por outro uma modificação da mesma num gesto que se apropria dela, fazendo uso da agressividade transformadora. Entretanto, o que é dessa forma alterado criativamente no caso específico do cuidado que dirigimos a alguém dependente, talvez seja a nossa própria experiência da dependência, que foi vivida, com especial intensidade, no início da vida. A necessidade do sujeito em ocupar agora a posição daquele que cuida - noção mais larga de parentalidade – pode referir-se à possibilidade de ele recriar o cuidado recebido (principalmente, mas não apenas, no tempo em que foi bebê).

Dessa forma não somente quando apoiamos nosso próprio filho, mas o filho de um companheiro, um paciente, um amigo, um grupo de pessoas ou uma

classe social, estamos modificando algo no manejo que nós mesmos recebemos quando estivemos dependentes. É assim que observamos, por exemplo, que cada mãe tem um modo original de ninar seu bebê, de amamentá-lo, de falar com ele, de modo tal, que seus gestos não podem ser reproduzidos por outra pessoa. Do mesmo modo diante das situações em que os outros precisam de nós, revelamos também atitudes únicas, que nos remetem, talvez, ao fato de estarmos reconstruindo vivências específicas de nossa história, nas quais, estivemos na posição inversa.

Entretanto o que acontece se os especialistas prescrevem de modo intrusivo, a cada instante, o que os pais devem fazer com seus filhos para torná-los futuramente “homens de sucesso”? Ou mesmo se a rotina com as crianças é ditada pelas exigências de trabalho dos adultos sem que estas possam ser alteradas? Isso talvez seja vivido como se não pudesse haver espaço para a força criativa, também incluída, potencialmente, nos gestos parentais. Podemos pensar que, por essa falha do ambiente mais amplo, as atitudes dos pais podem se tornar meramente adaptativas, da mesma forma que as do bebê quando, na fase de diferenciação, sua mãe não é capaz de “sobreviver” às suas investidas de ódio potencialmente criativo.

Segundo a noção que tento aqui desenvolver, as relações que incluem o acolhimento à dependência não podem ser impostas por condições externas com as quais o sujeito pouco dialoga, sendo comandadas pelas regras abstratas da economia. O anseio dos pais em oferecer seu cuidado de modo singular, pode acabar esbarrando no que o mundo apenas lhes dita de fora, já que não encontram canais de participação onde possam falar de suas necessidades como “cuidadores”. Nesse sentido, se queremos que a parentalidade seja mais do que uma resposta reativa a certas imposições, seria importante dar às pessoas mais voz no âmbito das relações externas à família e que dizem respeito ao campo político.

Mas quais seriam as dificuldades que a atual organização produtiva nos coloca para atingirmos esse ideal?

3.4

Interferências do mundo da produção no ambiente facilitador

Podemos traçar algumas hipóteses sobre o tipo de invasão que a organização do trabalho coloca hoje sobre a parentalidade. As reflexões que desenvolvo aqui se ancoram na pesquisa de campo e teórica que realizei e poderão vir a ser repensadas futuramente à luz da prática diária daqueles que lidam com pais e filhos, seja na clínica, na escola ou nas demais instituições.

Notamos que existe uma característica da atual organização do trabalho que traz atualmente sérios impasses. Esta seria fundamentalmente, a imposição de uma entrega total dos sujeitos às suas condições e a intolerância à qualquer forma de repúdio ou resistência às mesmas. Verificamos no segundo capítulo como este fato se manifesta na forma voraz com que as empresas pedem de seus funcionários uma aderência completa a seus projetos. Hoje, afinal, exige-se que o trabalhador não apenas execute mas “invente” junto à sua equipe, em circunstâncias diversas, o modo mais eficiente de produzir. Espera-se que ele empregue não apenas habilidades específicas mas que possa utilizar a sua “imaginação”, devendo esta última continuar a operar para além do espaço empresarial propriamente dito. O temor ao desemprego e a fragmentação do processo produtivo em atividades precárias, terceirizadas e mesmo domésticas, reduzem a capacidade do trabalhador de manifestar-se assertivamente através de reivindicações coletivas, impedindo também que possam, dessa forma, expressar o seu desagrado.

Com Dejours (1999) pudemos perceber como essa impossibilidade de manifestar a insatisfação pelas condições de trabalho faz surgir a negação do sofrimento (próprio e alheio), já que o reconhecimento deste último traz a ameaça de perturbar o esforço de adaptação do sujeito às situações laborais. Foi possível, com Sennet (1999), perceber que essa necessidade de aceitação integral das exigências impede uma real participação do trabalhador, pois embora se fale muito em cooperação entre os membros de equipes menos hierarquizadas, o funcionamento dessas últimas impede que haja um espaço real para o conflito (fundamental para uma tomada de decisões realmente participativa).

Baumann (2000), como vimos, vê nesse padrão de respostas imediatas e sem questionamentos do sujeito às solicitações que lhes são feitas pelas organizações, um importante fator que contribui para o surgimento de uma “ética” do consumo. Esta última começa a substituir a ética da criação do futuro pelo trabalho. Não mais podendo construir de modo contínuo a sua própria carreira, os indivíduos são obrigados a se enquadrar no espaço que ainda lhes resta na vida produtiva, numa aceitação passiva do que já existe. Dessa forma vivem para o momento, e não podem adotar outra postura senão a de consumidores ávidos por tudo o que lhes é oferecido: seja por chances de trabalho ou por novos produtos que possam comprar.

A partir dessa relação entre a ética do consumo e a insegurança quanto à inserção do sujeito na vida produtiva, podemos considerar que os vários produtos - inclusive educacionais- consumidos hoje no mercado dirigido às crianças, não são neutros no que tange à sua relação com o trabalho dos pais. As novidades que introduz são feitas para permitir que esses últimos tenham a sua presença substituída pelas creches, escolas integrais, atividades esportivas ou recreativas, mas também por brinquedos, televisão, computador, jogos eletrônicos e tecnologia. Pelo caráter fluido da experiência propiciada por esses recursos, eles “liberam” aparentemente a criança de ter que formar laços afetivos estáveis, deixando os pais mais disponíveis para uma total dedicação ao trabalho. Por transmitirem a impressão de que oferecem uma atenção permanente ao indivíduo em desenvolvimento, previnem uma maior preocupação com a tonalidade emocional da experiência infantil. A meu ver não devem ser vistos como fenômenos periféricos à organização produtiva, sendo ao contrário parte imprescindível da mesma, já que operacionalizam e justificam o tipo de tratamento a ser dado à infância de modo a permitir que os adultos de hoje trabalhem cada vez mais.

Falar de consumo, ou em condições de trabalho que exigem aceitação total, é numa linguagem Winnicottiana, falar em objetos que não podem resistir à qualquer repúdio por parte do sujeito inerente ao processo de diferenciação: ou são incorporados por inteiro tal como se apresentam (consumidos), ou se esfacelam caso tentemos dirigir-lhe alguma oposição agressiva. A meu ver, segundo a exposição que procurei fazer, é dessa forma que a organização

produtiva e os serviços voltados para substituir os pais tem se apresentado para adultos e crianças. Se não são totalmente aceitos colocam o sujeito diante do risco de uma ruptura, seja pelo receio quanto às demissões, seja pelo temor de que a criança, caso não receba todas as estimulações disponíveis, possa vir futuramente a não se enquadrar no mercado de trabalho. Este talvez seja o ponto crucial que nos convida à reflexão.

Gostaria agora de adentrar um pouco mais profundamente na forma como essa questão se apresenta em certos momentos cruciais do desenvolvimento infantil precoce descritos por Winnicott. É importante sublinhar, como disse anteriormente, que essas etapas não ficam para trás depois da primeira infância mas são retomadas ao longo da vida.

Como pude notar em algumas entrevistas (de S. pág. 77 por exemplo), logo que o bebê nasce, ou ainda durante a gravidez pode surgir uma insegurança na mulher quanto ao risco de um afastamento em relação ao trabalho. Podendo ser criticada, perder o emprego ou ser pressionada a continuar suas atividades laborais em casa, a mãe (ou seu substituto) tende a encontrar dificuldade em viver o estado regressivo relaxado necessário à fusão inicial com seu bebê.

Como que em parceria com esse tipo de pressão vinda diretamente da vida laboral, o mundo do consumo e dos serviços interfere, perturbando a mulher que, nesse momento, pode desejar dedicar-se exclusivamente ao recém nascido que têm em seus braços. Desde o período da gestação, os pais são invadidos por vários tipos de aconselhamento e por novas tecnologias destinadas à “praticidade” e “eficiência” no manejo com o lactente. O contato com os filhos parece ser freqüentemente apresentado em nossa cultura como se exigisse uma tarefa altamente especializada, que requer instrução em seus mínimos detalhes. Os pais parecem se tornar, com isso, inseguros quanto à *sua forma singular de cuidar*, sendo que esta, como vimos, constitui o cerne da criatividade quando experimentada na parentalidade.

Permeando essa impossibilidade da mãe de “esquecer-se” do trabalho ou do consumo para voltar-se para o filho recém nascido, encontra-se um fator a meu ver fundamental. Trata-se da emergência do ideal de uma infância minimamente dependente, que acompanha, como vimos no segundo capítulo, a expectativa de um trabalhador mais “autônomo” e capaz de vender-se por si mesmo no

mercado competitivo. Esta concepção parece hoje também ser absorvida (isto é “consumida”) sem que possa ser criticada. Como observei anteriormente (ver entrevista de A. pág. 53) as creches para bebês tão pequenos quanto os de 3 meses já eram elogiadas por alguns pais como instrumento necessário para que esses últimos viessem a ser independentes, sociáveis e inteligentes, o que, segundo eles, facilitaria, mais tarde a sua inserção profissional. Em outras palavras a desproteção como condição naturalizada (ver p. 57) que hoje, segundo Castel (1998), é amplamente aceita e não precisa mais ser compensada por nenhum tipo de amparo substituto, pode impor-se já ao bebê pequeno no início de sua vida. A questão central aqui, mais uma vez não é o fato da permanência na creche em si, mas o uso que é feito dessa instituição, que passa muitas vezes a estar incumbida da tarefa de “acelerar” a maturidade infantil.

Podemos mesmo considerar que a experiência parental pode, atualmente, ser tida como marginal visto que permitiria ao sujeito reviver e recriar a dependência, aspecto da vida que, como vimos, é hoje fundamentalmente negado. A intolerância à gravidez, mal vista entre colegas de trabalho e chefes, e a discriminação às mães que querem parar de trabalhar para se dedicarem a seus bebês (ver entrevistas de S. pág. 77 e F pág. 61) ilustram talvez esta tendência. As implicações podem ser amplas incluindo aqui até mesmo a ocorrência de partos prematuros, (como no caso de S.) quando já em seu corpo a mulher manifesta a impossibilidade de amparar, num mundo que naturaliza o desamparo.

O risco que se coloca a partir dessa questão, é o de que o bebê venha a receber um cuidado inicial pouco sintônico, uma vez que a sensibilidade especial de sua mãe sofre o impacto de uma condenação social. Diante dessa situação, ele poderá não ter condições de viver a ilusão, tão fundamental segundo Winnicott no começo da vida. A vida reativa que pode manifestar-se no lactente obrigado a responder às condições iniciais adversas, talvez possa ser repetida mais tarde, quando, sendo trabalhador, deverá apenas reagir às raras oportunidades restantes, pouco podendo participar do trabalho como sujeito criativo.

É importante notar a existência de uma relação fundamental entre a subjetividade submissa que pode ser construída no bebê através de suas primeiras relações, e a imposição de uma total receptividade do adulto à organização

produtiva. Da mesma forma, um ambiente social e de trabalho pouco sensível às necessidades dos pais que desejam cuidar de seus bebês pequenos, pode repetir e potencializar falhas ambientais de suporte à criatividade que eles viveram, quando pequenos, na relação com seus próprios pais.

Contudo, não é apenas sobre o momento mais precoce do desenvolvimento do bebê que o trabalho atual dos adultos pode impor uma interferência na função ambiental facilitadora. Grande parte dessa intrusão pode se dar ao longo do processo de diferenciação do indivíduo em relação ao cuidado externo. Este momento embora partindo do tempo em que o bebê inicia seu repúdio ao objeto (ver pág. 92), deve continuar ao longo da vida através dos processos chamados transicionais. Nesse sentido, descreverei certas dificuldades observadas entre algumas crianças e seus pais nas creches em que trabalhei e pesquisei.

Essas instituições costumam oferecer um período de “adaptação” em que supostamente os pais podem estar mais disponíveis para o caso de seus filhos necessitarem de sua presença. Este é em geral um momento crítico em que o novo integrante costuma chorar e mostrar seu ódio por ser deixado, desse modo vivendo ou revivendo a fase de separação na qual passa a ver sua mãe como objeto externo a si. Pude constatar que essas situações eram por vezes complicadas pela dificuldade dos pais e dos profissionais em suportar as manifestações de dor e raiva do bebê e da criança pequena. Os primeiros muitas vezes deixavam a adaptação completamente a cargo da creche, não conseguiam ver o filho chorar, sentindo-se pressionados a voltar para o trabalho o mais rapidamente possível. As professoras e auxiliares, por sua vez, pareciam evitar, na prática, dar uma atenção individual nesses casos, para impedir um prejuízo no andamento de suas tarefas corriqueiras. Parecia inevitável que nessas condições as expressões normais de recusa do bebê recém chegado diante da nova situação não encontrassem um lugar de acolhimento: ou ameaçavam o trabalho dos pais ou o funcionamento regular da instituição (que como vimos, parece ser parte integrante da organização produtiva).

Sabemos a partir de Winnicott, que um cuidado incapaz de reconhecer e suportar as manifestações de ódio destrutivo do bebê (expressas também no choro) quando ele começa a perceber o caráter insatisfatório do objeto, significam no final, perda de contato, ou seja, trata-se de uma separação impossível de ser

vivida porque o objeto não sobrevive ao que o indivíduo expressa diante dele. O bebê tende então a proteger o ambiente de si mesmo, encobrindo suas próprias manifestações. Ao invés de alcançar a fase de preocupação que envolve a aceitação plena da ambivalência dirigida a um objeto que passa a ser amado porque resiste à agressão, a criança pode apenas poupar as pessoas, tornando-se “boazinha”. Ou então pode permanecer irritada, chorando ainda mais, na esperança de encontrar finalmente alguém capaz de resistir e manter com ele, ao mesmo tempo, uma comunicação empática. Sabemos (ver pág. 92) que a menos que a ambivalência seja atingida porque permitida pelo cuidado, não poderá se estabelecer uma relação verdadeiramente criativa onde a reconstrução do objeto possa ser oferecida pelo bebê como doação reparadora que envolve amor e ódio.

Entretanto podemos nos perguntar sobre o que leva os pais e a creche a demonstrarem tamanha dificuldade de manejo nas situações em que a criança expressa seu desagrado, podendo levar esta última a desenvolver-se no caminho de uma vida dócil. Aqui penso que podemos fazer uma relação entre a impossibilidade do ambiente em acolher a expressão de sofrimento e recusa infantil e a impossibilidade dos pais de ter seu próprio sofrimento e recusa recebidos no mundo do trabalho.

Vimos com Dejours (1999) que a negação da dor pessoal, vivida diante das atuais condições laborais, implica também a negação da dor alheia. O sofrimento na medida em que não pode ser usado para transformar os processos de trabalho, não sendo de fato levado em conta pelas atuais organizações, só pode ter a sua expressão impedida, não devendo sequer ser admitido pelo próprio sujeito. Com isso, se o “choro” e o protesto dos adultos são vistos como “improdutivos” pelas empresas, o choro e o ódio da criança também devem ser recusados pelos pais, uma vez que os remetem ao próprio sofrimento que deve ser negado. As manifestações de desagrado do bebê que é deixado na creche para que eles trabalhem, trazem, afinal, o perigo de trazer à tona a insatisfação que os adultos mesmo sentem em relação à própria organização produtiva, que nesse caso impõe também o ritmo com que devem separar-se dos filhos.

A creche por sua vez, como é organizada para “facilitar” a ida dos pais ao trabalho pode contribuir através de seus profissionais para reforçar esse esquema defensivo. Um discurso comum nesse sentido, que pode frequentemente

presenciar, é o de que se as crianças choram ou mostram-se “difíceis” é porque os pais estão com dificuldade em ir embora. Quando isso acontece, ao invés da dupla mãe e filho (ou pai /substituto e filho) que então se separa ser acolhida por um olhar que considere a legitimidade de suas vivências, ocorre um estranhamento no qual os afetos envolvidos são vistos como sinais de patologia. Penso que o que acaba sendo negado não é apenas a raiva dolorosa das crianças diante da entrada na creche, mas também os sentimentos ambivalentes de seus pais tanto em relação ao trabalho, como em relação aos filhos, quando podem experimentar um intenso conflito entre a dedicação a um e outro.³

Observamos com isso que a tendência hoje pode ser não apenas a dificuldade de envolvimento inicial entre os primeiros cuidadores e o bebê recém-nascido, o que pode por em risco o estabelecimento satisfatório da ilusão (ver pág. 90), como também o encobrimento das experiências suscitadas pelo processo um pouco mais tardio de diferenciação, tanto nos pais como na criança. Se os primeiros não podem compartilhar e suportar com seus filhos as dores e o ódio inerentes à separação em função de defesas contra o próprio sofrimento no trabalho, a criança percebe que seus pais não “sobrevivem” à expressão de seus sentimentos. Se acontece da mãe (ou do pai) perder defensivamente a capacidade de empatia com a criança para conseguir voltar a trabalhar, esse processo introduz uma ruptura ameaçadora na comunicação ao invés de um processo gradual de desilusão.

É interessante notar que, em geral, quando ao contrário, as mães toleram o incômodo que sentem ao voltar para o trabalho, podendo inclusive demonstrar para o bebê certa tristeza em ter que deixá-lo e certo pesar pelo conflito que vivencia, o ingresso na creche costuma acontecer de forma mais tranquila, embora neste caso possa ser despertada a sua insatisfação diante das condições

³ Se o mundo da produção hoje não tolera oposições, pode fazer o sujeito negar não apenas o ódio que sente em relação ao trabalho, mas também aquela que sente em relação ao próprio filho. Uma vez que nada pode perturbar a adaptação do sujeito às novas organizações e à ética do consumo, o contato com as crianças também não deve despertar afetos intensos e ambivalentes nos pais. Parece ser esperado, ao contrário que eles se adaptem de forma morna ao cotidiano. Winnicott (1947) aponta entretanto para a importância de os pais poderem reconhecer não apenas o amor, mas também a raiva diante do filho pequeno, que no início representa mesmo uma “carga” que lhes exige constantes sacrifícios. Para o autor a aceitação desses afetos agressivos é imprescindível para que estes não apareçam de forma descontrolada, desconsiderando o nível de maturidade do bebê para lidar com os mesmos.

de sua vida produtiva. O bebê pode, sentindo-se amparado durante o período de choro intenso, deixar aos poucos sua mãe partir. O objeto, nesse caso, mantém-se “vivo” apesar das investidas agressivas da criança. Com isso, pode gradualmente ser representado em novas experiências transicionais que ocorrem na creche, onde o brincar começa a aparecer.

O que é ilustrado por essa situação de separação em relação a crianças tão pequenas é a meu ver fundamental para entendermos a imbricação entre a vida laboral do sujeito e o tratamento que é oferecido hoje à infância. Como vimos a partir das idéias de Winnicott, apenas se as pessoas puderem agressivamente chorar, manipular, se opor, e transformar podem de fato amar e reconstruir os objetos seja numa brincadeira ou numa tarefa produtiva. Entretanto, se qualquer conflito endereçado hoje à organização do trabalho incorre em risco de demissão, então a família, as creches e as escolas como instituições incumbidas de formar os futuros trabalhadores parecem impedir também as manifestações de ambivalência infantil. Com isso por mais que aparentemente enfatizem em seus discursos a criatividade, a inteligência e a sociabilidade acabam, muitas vezes, trazendo docilidade para o sujeito em desenvolvimento.

Mais tarde durante a fase da escolarização, esse processo que nega o aspecto agressivo dos envolvimentos amorosos e construtivos parece encontrar respaldo na idéia de que é preciso hoje fazer a criança trabalhar em equipe de modo que aprenda a “cooperar”, evitando os conflitos de modo a otimizar a tarefa proposta. (ver entrevista G. pág. 61 e 62). A busca de uma aceleração no desenvolvimento desde a creche continua na idéia de uma criança um pouco maior já preparada para trabalhar em grupo, com objetivos prévios que não podem ser questionados por seus membros, mas sim acatados com máxima eficiência.

Ao mesmo tempo, a expectativa dos pais e da escola de aquisição contínua e rápida de informações e habilidades múltiplas (ver entrevista Q. pág. 72 e texto distribuído por uma escola pág. 73) pode privar as experiências da durabilidade necessária para que as crianças sintam que os objetos resistem à sua ação criativa. Quando concluem uma atividade (escolar ou recreativa) devem ser, segundo essa lógica, já solicitadas a executar uma nova, sendo que o valor de suas ações pode ser perdido de vista como se estas não tivessem acontecido.

Podemos reconhecer que as falhas ambientais mencionadas somadas a uma ampla preocupação com a inteligência infantil como meio de inclusão no mercado de trabalho futuro, nos coloca diante do risco apontado por Winnicott (1949) de que a mente da criança se desenvolva como entidade dissociada do viver integral. O pensamento desenvolve-se neste caso não mais para permitir que o sujeito modifique o ambiente, mas para compensar as suas falhas significativas, procurando evitar o colapso dos objetos que não toleram a expressão de seus impulsos. Da mesma forma que o trabalhador precisa hoje ser inteligente meramente para adaptar-se às novas circunstâncias e não perder o seu emprego, a criança é, muitas vezes, forçada a ampliar a sua capacidade intelectual para não desagradar os adultos.

Contudo, apesar desses problemas, poderíamos ainda assim nos indagar se a substituição dos pais pelos novos serviços e produtos não poderia ser uma maneira de reverter a enorme responsabilidade sobre as crianças que, desde a modernidade, foi atribuída exclusivamente aos pais biológicos. Afinal a família nuclear estaria menos sozinha atualmente diante da tarefa de cuidado infantil? A parentalidade estaria mais amparada, principalmente pela escola, e a criança contaria mais com os suportes extra-familiares, ampliando seu círculo de convivência para além do espaço privado?

Conforme o que tentei expor podemos pensar que a parafernália de ajuda oferecida hoje aos pais pode não ir muito além de uma estrutura capaz de otimizar o seu processo de trabalho. Na medida em que os mecanismos feitos para substituir a família junto à criança servem a um modo de produção reificado, a função destes últimos parece ser muito mais a de regular a vida de pais e filhos de modo a torná-la conveniente ao novo capitalismo. Ao mesmo tempo se o ambiente que advém desses novos recursos é incapaz de considerar a dependência da criança, ela não pode sentir-se, de fato, mais apoiada pelo meio extra-familiar. Numa análise mais profunda a infância continua, talvez, sendo assunto exclusivo da esfera privada, já que permanecem fechados os canais de diálogo entre os pais e o mundo mais amplo, que inclui o trabalho e sua organização.

3.5

A nova face da clínica infantil

Para Rodrigues dos Santos (2002) os psicanalistas recebem hoje em seus consultórios crianças que trazem toda uma nova gama de questões, pouco observadas há algumas décadas atrás: hiperatividade, agressividade exacerbada, apatia ou voracidade quanto ao desejo de algo da sociedade de consumo, e até mesmo o amadurecimento precoce e brutalizado pela vida. O autor sugere que, se consideramos que o sintoma infantil nos diz algo sobre as dificuldades dos pais, podemos pensar, por outro lado, que também nos diz algo sobre certos impasses sociais contemporâneos. Além disso ele se pergunta por que deveríamos considerar a criança que reage sintomaticamente às atuais condições tão adversas, (pressão pedagógica excessiva, reprodução pela escola dos discursos afins ao novo capitalismo e invasão consumista) como mais adoecida do que aquela que se mostra aparentemente mais ajustada?

Para Winnicott (1967) uma personalidade extremamente submissa pode ainda assim aparentar certa normalidade quando falhas precoces privaram o sujeito sequer da esperança de receber do ambiente o cuidado necessário que um dia lhe faltou⁴. Ao passo que problemas um pouco mais tardios, relacionados à fase em que o caráter externo dos objetos já foi reconhecido, podem levar o indivíduo a um adoecimento através do qual, com o sintoma, endereçam um pedido ao ambiente. Ele chega a dar mais importância à criatividade pessoal do que à saúde quando esta última é entendida meramente como ausência de doença.

Para o autor (1960) quando o cuidado insatisfatório coloca para o indivíduo exigências de pura acomodação às situações como as que hoje temos presenciado, o falso self começa a ocupar um espaço excessivo, não permitindo que o verdadeiro self – para o qual não existe adaptação mas apenas criação – se expresse. Este último passa a ter uma existência oculta, aparentemente protegida das invasões externas. Entretanto o sintoma, quando não está relacionado a um comprometimento tão precoce e intenso que até mesmo a existência secreta do

⁴ Um outro extremo dessas falhas precoces seria a psicose, quando a gravidade da invasão ambiental inicial impõe ao indivíduo uma retração em relação à realidade através da alucinação e do delírio.

verdadeiro self fica comprometida, pode significar uma tentativa de buscar esperançosamente condições satisfatórias para a sua expressão.

Nesse sentido podemos pensar que a agressividade e a hiperatividade, que aparecem hoje com frequência na clínica infantil, podem expressar a tentativa das crianças de ainda encontrarem na realidade um espaço seguro, capaz de suportar a sua força criativa, permitindo finalmente que seu verdadeiro self possa se manifestar. A não emergência da agressividade em crianças submetidas a um regime que, como vimos, inclui separações bruscas em relação a seus cuidadores, excesso de exigências pedagógicas e negação da dependência, pode em certos casos sinalizar para uma condição ainda mais grave, na qual elas se encontram tão temerosas de provocar uma ruptura no ambiente que sequer podem produzir um sintoma.

Uma outra manifestação clínica que sugere reflexão é a dificuldade de aprendizado infantil, esta, em especial, é fonte de preocupação para os pais, inseridos que estão na cultura do trabalho que busca a excelência. Entretanto, a criança que recusa-se a aprender no momento em que é permanentemente solicitada para isso, pode estar, pedindo que os adultos aceitem a sua oposição. Ao mesmo tempo pode estar tentando “atacar” a própria mente, que, como nos diz Winnicott (1949) tende a tornar-se uma inimiga quando serve apenas à realidade externa.

Para o autor (1960) as doenças psicossomáticas – também hoje bastante presentes na clínica infantil – podem funcionar estrategicamente, para chamar o indivíduo de volta ao próprio corpo, retirando-o de uma aderência total às imposições externas que fez uso de seu próprio intelecto. Em especial, as anorexias alimentares – que implicam também um tipo de recusa a consumir – podem se apresentar como recursos adicionais onde a criança pede ao ambiente que lhe permita finalmente repudiar agressivamente o objeto, o que como vimos, é fundamental para que ela alcance plenamente a experiência transicional. Essa recusa ao alimento representa um caso extremo, onde essa necessidade pode se fazer tão imperiosa a ponto de incluir um risco à vida do paciente.

Uma outra dificuldade que podemos observar na clínica diz respeito à impossibilidade de implicação de alguns pais nas entrevistas que seriam, em princípio, voltadas para o entendimento dos impasses vividos pelo filho. Estando,

como vimos, tão atravessados pela necessidade de sobreviver no mercado de trabalho, por vezes o único sofrimento que ainda podem permitir-se expressar é aquele resultante da inadequação do filho às demandas da realidade. A criança parece nos ser apresentada nesses casos como uma peça defeituosa de uma engrenagem que não pode parar e nem mesmo suscitar questionamentos na vida dos pais. Quando somos deixados a sós com o paciente na sala de consulta temos a impressão de que lidamos apenas com a ponta de um problema muito maior, que em sua totalidade inclui não apenas a família mas toda a questão social contemporânea.

3.6

Encaminhando soluções possíveis

Penso que o psicólogo se vê diante do desafio de reverter uma cisão da qual ainda somos herdeiros: aquela que separou as questões inerentes ao mundo do trabalho daquelas relativas à realidade familiar. Para levar a cabo essa tarefa precisa romper com uma outra dissociação : aquela que se deu entre indivíduo e cultura, entre liberdade pessoal e suporte externo. Winnicott é um autor que vê o homem ocupar principalmente a área intermediária que relaciona esses espaços. Nesse sentido, a parentalidade como experiência transicional não pode ser vivida numa atitude meramente receptiva ao que é posto pelo mundo do trabalho e do consumo. Seu exercício pleno pressupõe também a existência de canais para que o pai/ trabalhador possa determinar mais as suas condições sociais, levando também em consideração a singularidade das relações que estabelece no âmbito familiar.

Entretanto, se conservamos esse objetivo como guia central, como seria possível afinal, pô-lo em prática em nosso trabalho diário de modo a permitir que o adulto possa lidar com a criança de modo mais satisfatório e criativo?

Penso que uma escuta psicológica na qual possamos levar em conta o sofrimento dos adultos no trabalho pode ter uma função importante. Abrir espaço, seja na clínica, nas creches ou nas escolas para que os pais possam falar-individualmente ou em grupo- de seus incômodos com o ambiente profissional, e dos conflitos que estes suscitam na relação com seus filhos, pode dar início à

possibilidade do sujeito, gradualmente, diferenciar-se do modelo atual. Começa-se com isso a romper com a cadeia que vai do trabalho dos adultos à vida da criança, impedindo qualquer recusa das condições externas.

Aos poucos essas manifestações de raiva e insatisfação que chegam aos nossos ouvidos, se acolhidas por nós, podem ser integradas aos impulsos amorosos construtivos daquele que é escutado, podendo, talvez, virem a ser expressas em reivindicações dirigidas ao mundo do trabalho, à escola dos filhos ou à sociedade como um todo.

Entretanto, quando contribuímos, dessa forma, para o resgate da confiança do sujeito em poder se opor à realidade, estamos marcando uma diferença nem sempre confortável em relação aos serviços que atendem à criança facilitando, sobretudo, o bom andamento do trabalho dos pais. Se estamos numa creche ou numa escola, consideramos que a opinião desses últimos deve ser levada em conta, servindo para modificar o seu funcionamento. Se trabalhamos na clínica infantil podemos ver como secundária a aquisição de excelência no desempenho escolar. Passamos a considerar legítimo e mesmo desejável que a partir de nossa escuta os sujeitos possam vir a se engajar em propostas coletivas de mudança.

Nesse sentido, é importante marcar que conferindo legitimidade às queixas dos pais não estamos estimulando uma atitude de impotência ou de simples lamento, mas sim procurando sinalizar, através de nossa capacidade de suportar o seu ódio e a sua dor, para a possibilidade de ainda existirem na sociedade outros canais que possam, como nós, tolerar as suas críticas e a sua oposição. Talvez se trate aqui de aumentar a confiança do sujeito quanto à capacidade do ambiente em receber a sua força criativa, na medida em que, nós mesmos, não nos assustamos com ela. Penso que realçamos com isso, indiretamente, os espaços de transformação que, apesar de tudo, nossa realidade ainda oferece.

Conclusão

No início deste trabalho (pág. 15) afirmei tomando por base o pressuposto pragmático descrito por Rorty (2000) que uma discussão em torno das idéias de parentalidade e trabalho não deve buscar essências universais, mas sim considerar as descrições que, ao longo da história, surgiram em torno desses temas para dar conta de determinados objetivos socialmente construídos. Segundo o autor, o que nos norteia na adoção de uma ou outra forma de conceber as relações entre as coisas expressas na linguagem deve ser a sua utilidade para os propósitos que compartilhamos. Esses últimos, entretanto não podem ser justificados por critérios absolutos, mas dependem das preferências que adotamos na especificidade de nossas condições históricas.

Gostaria de adotar portanto, nessas considerações finais, uma discussão que reexamine a utilidade de certas descrições que relacionam a vida produtiva e o cuidado com os filhos, tendo em vista um certo objetivo comum que perseguimos, embora com grande dificuldade, desde o advento da democracia moderna: ou seja a construção de uma sociedade que dê espaço para a diversidade de crenças e modos de vida, onde as pessoas possam ser valorizadas, quaisquer que sejam os seus referenciais familiares ou culturais.

Como vimos no primeiro capítulo, a família nuclear moderna, onde reinaria o amor igualitário entre homens e mulheres e entre adultos e crianças, procurou estabelecer uma independência das relações privadas com relação aos antigos interesses de uma sociedade hierárquica. O casamento deveria acontecer por amor e não mais segundo a posição social estratégica dos cônjuges. A criança teoricamente deveria ser cuidada e valorizada sendo menino ou menina, caçula ou primogênita, a partir de sua condição infantil e não pelas alianças que pudesse trazer para seus pais quando viesse a se casar.

O problema entretanto é que essa nova forma de descrever a vida familiar não estava comprometida apenas com os objetivos igualitários de debelar os velhos privilégios dos senhores nobres que comandavam a vida na idade média. A idéia de que toda criança tem valor e deve ser cuidada, assim como a de que os seres humanos precisam ser respeitados em suas escolhas pessoais, trazia o contraponto importante de que a família precisava fazer de seu filho o

trabalhador eficiente do futuro, ao mesmo tempo em que, para tanto, deveria viver de forma a privilegiar a intimidade doméstica, evitando conflitos com o regime produtivo que então se estabelecia.

Nesse sentido a criança longe de ser igualmente considerada passa a ser preferencialmente valorizada segundo sua possibilidade de corresponder à disciplina da sociedade industrial, tal como esta passou a ser apresentada pela escola e pela família. Seus pais também passam a ser valorizados apenas se puderem, em suas práticas de cuidado infantil, reproduzir modelos de subjetividade esperados pelo mundo do trabalho. A idéia de uma parentalidade cujo campo de atuação se restringe à esfera privada, por considerar menos válidas as experiências que possam questionar a organização produtiva, limita a diversidade e mostra-se portanto pouco útil aos propósitos democráticos. A relação com as crianças nos foi apresentada como tendo uma essência e a necessidade de correspondê-la superou, muitas vezes, a possibilidade de redescrevê-la a partir dos contextos singulares de cada um.

Na atualidade podemos observar que esse modelo se manteve apesar de apresentar-se em novas configurações. A mulher não deve mais, como antes, restringir-se à vida doméstica e ao casamento duradouro para exercer sua função materna. Ela praticamente não deve hoje oferecer refúgio para o homem trabalhador e para seus filhos, futuros trabalhadores. Homens e mulheres precisam agora trabalhar intensamente e proporcionar para seu filho, um modelo de educação que venha a prepará-lo para a enorme desproteção encontrada atualmente na vida produtiva.

Observamos também que a expectativa de que as relações privadas correspondam de perto às exigências da mundo do trabalho pode estar sendo intensificada hoje pela necessidade urgente de conservar os empregos e sobreviver no mercado competitivo. As condutas hoje prescritas à família podem ser aparentemente mais diversas: se as solicitações feitas ao novo trabalhador mudam a cada instante, as relações íntimas devem também ser mais fluidas, mas isso traz, como contrapartida a imposição de que não só o casal mas também a criança apenas se ajuste a essas exigências variadas. Desde a infância, o sujeito deve cumprir com expectativas pedagógicas que embora tragam uma variedade aparentemente libertadora de estimulações, impõem, muitas vezes a rigidez da

obrigação performativa nas mínimas atividades realizadas. Mais uma vez, a possibilidade de acolhermos os diferentes modos de vida não acontece se nossa forma de descrever a parentalidade a situa como prática destacada das questões políticas.

Entretanto, se esta dissociação mostra-se pouco útil podemos certamente dispensar essa concepção que nos diz que ser pai e mãe são funções tanto mais bem desempenhadas quanto mais estejam remetidas exclusivamente à esfera privada. Nesse sentido penso que pode ser mais interessante incluirmos a parentalidade na esfera intermediária da experiência descrita por Winnicott, que por acontecer na interação entre o sujeito e o mundo, pressupõe também a troca com o campo social mais amplo, ao invés da mera submissão a este último. Dessa forma, se é verdade que para um adulto viver a experiência de contato pleno com seu bebê recém nascido, ele precisa em certo momento esquecer-se do trabalho, da comunidade, dos amigos, é preciso por outro lado, que esses “objetos” possam “estar firmemente lá” para permitirem o seu afastamento temporário sem risco de perda definitiva. Se esse mundo mais amplo “sobrevive”, passa a ser modificado numa experiência que, a meu ver, é também política, onde os pais podem enriquecer criativamente as demais trocas sociais, munidos também das experiências parentais únicas que vivem na esfera mais íntima. Trata-se portanto de uma noção que situa a parentalidade tanto no espaço privado quanto no espaço público, ao invés de eleger apenas um deles como campo prioritário.

Penso que mesmo que em nossa prática profissional não possamos impedir diretamente que as condições adversas de trabalho interfiram, podemos ainda assim contribuir, através de uma escuta sensível a esse problema, para evitar que ele seja apenas visto como natural. Dando legitimidade aos conflitos que os pais vivenciam no trabalho, com os seus filhos, e na sociedade, evitamos preencher a noção de parentalidade com conteúdos supostamente absolutos. Podemos então apresentá-la como mais uma área de criação a partir da história de cada um e de sua inserção na cultura

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, S. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANTES, E. Entre o educativo e o carcerário: análise do sistema sócio educativo do Rio de Janeiro in **Cadernos Prodeman**, n.1, (junho 2000), Rio de Janeiro: UERJ,2000.
- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar,1981[1973].
- . A família e a cidade in **Família, Psicologia e Sociedade**. Org. Figueira, S. e Velho, G. Rio de Janeiro: Campus,1981.
- BADINTER, E. **O Mito do Amor Materno**. São Paulo: Nova Fronteira,1980
- BARRETT, M.& MCINTOSH, M. **The Anti-Social Family**. Londres: New Left Book, 1994.
- BAUMANN, Z. Trabalho in **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- . **Globalização: As conseqüências Humanas**: Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- BENEDECK,T. La condicion de progenitor durante el ciclo de vida. In: **Parentalidad**. Org. Anthony, E.J. & Benedeck,T. Buenos Aires: Talleres Gráficos,1983.
- CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DA MATTA, R. **A Casa e A Rua: Espaço, Cidadania e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1999.
- DELEUZE, G. Sobre a Sociedade de Controle in **Conversações**. São Paulo, Editora 34,1992.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ENGELS, F. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000[1884].

- FREITE COSTA, J. A inocente face do terror. In: **Razões Públicas e Emoções Privadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- . Conjugalidade, ética sexual e parceria homoerótica. In: **A Inocência e o Vício: Estudos sobre o Homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- . O sujeito como rede lingüística de crenças e desejos. In: **A Face e o Verso: Estudos sobre o Homoerotismo II**. Rio de Janeiro: Escuta, 1995.
- . **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HELMUT, W. Crianças como produtoras e consumidoras: sobre o significado da relevância econômica das atividades das crianças. In: **Crianças e Jovens na Construção da Cultura**. Org. Rabello de Castro. Rio de Janeiro: Nau, 2001.
- HIRATA, H. Globalização, trabalho e gênero. In: **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Orgs. Jerusalinsky, A.; Merlo, A.C. e Giorgio, A.L. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.
- JARDIM, S. O Trabalho e a Construção do Sujeito. In: **A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento psíquico**. Orgs. Silva Filho, J.F. e Jardim, S. Rio de Janeiro: Tecorá, 1997.
- KINCHELOE, J.L. Esqueceram de mim e Bad to the Bone: O advento da infância pós moderna. In: **Cultura Infantil: A Construção Corporativa da Infância**. Org. Steinberg, R.S. & Kincheloe, J.L. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LASCH, C. **Refúgio num Mundo sem Coração** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991[1977].
- MACHADO, R. Por uma genealogia do poder in Foucault, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARX, K. O processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: **O Capital: A Crítica da Economia Política**, livro 1, vol. 11: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MINAYO DE SOUZA, M.C. Dores e encantos da independência: contexto familiar. In: **Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

- RABELO DE CASTRO, L. Infância e adolescência hoje. In: **Infância e Adolescência na Cultura do Consumo**. Rio de Janeiro: Nau, 1998.
- RODRIGUES DOS SANTOS, L.A. A criança, seu lugar na contemporaneidade e as implicações na clínica psicanalítica. Disponível em: http://www.estadosgerais.org/gruposvirtuais/santos-a_crianca-shtml, acesso em 22 set. 2002.
- RORTY, R **Pragmatismo: A Filosofia da Criação e da Mudança**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- RIFKIN, J. A civilização da eugenia in **O Século da Biotecnologia**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- SARAIVA MENESCAL, J.E. Do individualismo moderno ao narcisismo contemporâneo: a produção de subjetividade na cultura do consumo. In: **Subjetividade em Questão: A Infância como Crítica da Cultura**. Org. Jobim e Souza, S. Rio de Janeiro: Letras, 2000.
- SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- STEINBERG, S.R. & KINCHELOE, J.L. Sem segredos: cultura infantil, saturação da informação e infância pós-moderna. In: **Cultura Infantil: A Construção Corporativa da Infância**. Org. Steinberg, R.S. & Kincheloe, J.L. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- VEIGA-NETO. A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: **Retratos de Foucault**. Orgs. Portocarrero, V. e Castelo Branco G. Rio de Janeiro: Nau, 2000.
- WEBER, M.A. **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2001[1904].
- WINNICOTT, D.W. Desenvolvimento Emocional Primitivo (1945). In: **Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- . A mente e sua relação com o Psicossoma (1949). In: **Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- . A agressão e suas relações com o desenvolvimento emocional (1950). In: **Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- . O ódio na contratransferência (1947). In: **Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

- . A criatividade e suas origens. In: **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- . Objetos e fenômenos transicionais. In: **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- . A localização da experiência cultural. In: **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- . O lugar em que vivemos. In: **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- . Distorção do ego em função do verdadeiro e do falso self (1960). In: **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- . Comunicação e não Comunicação levando ao estudo de Certos Opostos (1963-A). In: **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- . A Capacidade Para Estar Só (1958). In: **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- . O Desenvolvimento Da Capacidade de se Preocupar (1963B). In: **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- . Psicanálise e Sentimento de Culpa (1958). In: **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- . Moral e Educação (1963-C). In: **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- . O Primeiro Ano de vida (1958). In: **A Família e o Desenvolvimento do Indivíduo**. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.
- . **Conversando com os Pais**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- . A Delinqüência como Sinal de Esperança (1967). In: **Tudo Começa em Casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- . E o Pai? In **A criança e seu Mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- . La experiencia de mutualidad en la relación madre-hijo. In: **Parentalidad** Org. Anthony, E.J. & Benedeck, T. Buenos Aires: Talleres Gráficos, 1983.

Anexo

Roteiro de entrevista utilizado na pesquisa.

1- Dados gerais

a - Idade:

b - Estado Civil:

c - Número de filhos e idade dos filhos:

d - Escolaridade:

e - Quem são as pessoas que moram na casa? Quantos possuem trabalho remunerado?

f - Renda mensal em salários mínimos (individual) e (familiar).

g- Casamento anterior? Filhos? (idade dos mesmos).

Entrevista:

1- Trabalha atualmente? Como se situa:

() cuida dos filhos e da casa?

() empregador () empregado () licenciado

() autônomo () terceirizado () desempregado

Possui mais de um emprego? Ou mais de uma atividade de trabalho? Quais?

2 - Trabalho na família: a - Em que os pais trabalhavam? b - O que você ouvia deles sobre o tema trabalho?

3 - Quando criança ou adolescente você tinha alguma profissão em mente? Qual?

4 - Descreva sua trajetória de trabalho e formação. Com quem contou durante esse percurso?

5 - Descreva seu trabalho atual? Como seria um dia típico na sua rotina? Você trabalha cuidando dos filhos e /ou da casa? Como é essa experiência?

6 - Você trabalha em casa? Final de semana? Recebe hora extra?

7 - Você gosta do seu trabalho? Existiriam aspectos bons e insatisfatórios do seu trabalho? Quais?

8 - Como é seu relacionamento com as pessoas no trabalho (colegas, chefes, etc...).

9 - Algo mudou no trabalho nos últimos tempos? O que?

10 - Atualmente gostaria que algo fosse diferente no trabalho?

11- Quando vieram os filhos em que momento você estava de sua trajetória de trabalho ou formação?E seu companheiro(a)?

12 - A chegada dos filhos ou a gravidez teve alguma influência no trabalho?

Fez você parar? Como foi?

13 - A partir de que idade precisaram ficar com alguém para você ir trabalhar? Com quem passaram a ficar e quanto tempo? O que os levou a escolher essa opção? Foi boa essa opção? **Em caso de período de licença maternidade: Com quem e onde pensam em deixar os filhos quando retornarem ao trabalho? O que consideram mais importante nessa escolha? O que te ocorre quando você pensa no momento da volta ao trabalho, depois do período de licença? Você chegou a considerar a creche como opção, o que pensa sobre essa instituição?**

14 - O seu companheiro(a) trabalha? Como você vê o seu trabalho? Qual a relação de sua forma de trabalho com a vida familiar? Ou do fato de não estar trabalhando com a vida familiar?

15 - Descrever a rotina aproximada de seus filhos durante a semana, fins de semana e férias.

16 - Alguma mudança no trabalho influenciou de alguma forma a sua relação com os filhos?

17 - O que você considera mais importante na educação dos filhos atualmente e na forma de se relacionarem com eles? O que consideram mais difícil no relacionamento com eles?

18 - O que mais esperam: Da creche (se usarem ou estiverem pensando em usar? Da pré- escola? Da escola?

19 - Você e seu filho falam sobre o tema trabalho? O que falam a esse respeito?

20 - Você já esteve (ou está) desempregado? Como foi (ou tem sido) essa experiência?

21 - Como você relacionaria essas duas esferas da vida: “Trabalho” e “relação com os filhos”, atualmente e ao longo da história de vida do(s) filho(s)? Percebe nesse sentido alguma diferença da geração de seus pais para a sua?